

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

GERSON CARLOS CAVALIN

**A IGREJA CATÓLICA COMO AGENTE CIVILIZADOR DO SERTÃO
PAULISTA - São José do Rio Preto
(1847 – 1940)**

Uberlândia – MG
2013

GERSON CARLOS CAVALIN

**A IGREJA CATÓLICA COMO AGENTE CIVILIZADOR DO SERTÃO
PAULISTA – São José do Rio Preto
(1847 – 1940)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: História e Historiografia da Educação.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Raquel Discini Campos

Uberlândia – MG
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

C376i Cavalin, Gerson Carlos, 1974-
2013 A igreja católica agente civilizador do Sertão Paulista – São José Do
Rio Preto (1847-1940) / Gerson Carlos Cavalin. - 2013.

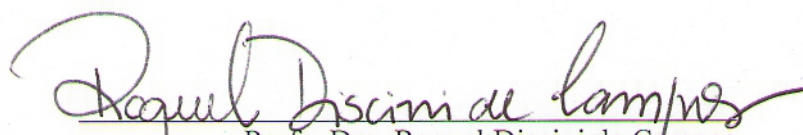
119 f. : il.

Orientadora: Raquel Discini de Campos.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Educação.
Inclui bibliografia.

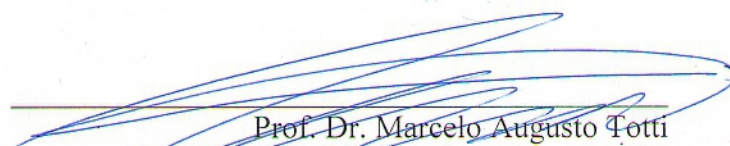
1. Educação - Teses. 2. Igreja Católica – São José do Rio Preto –
História - Teses. 3. Igreja Católica – Educação - Teses. I. Campos, Raquel
Discini de. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

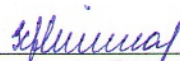
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Raquel Discini de Campos
Universidade Federal de Uberlândia - UFU



Prof. Dr. Marcelo Augusto Totti
Universidade Estadual Paulista - UNESP



Profa. Dra. Sandra Cristina Fagundes de Lima
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

AGRADECIMENTOS

Ao término desse trabalho, não poderia deixar de agradecer aqueles que certamente contribuíram para que ele fosse efetivado:

À Deus pela sua generosa presença em minha vida.

À minha querida orientadora Raquel, exemplo de professora e pesquisadora, companheira desde a graduação, com quem aprendi muito nas orientações e aulas, grato pela confiança, oportunidade, atenção e paciência com este atarefadíssimo padre.

À minha secretária Marli, pela dedicação e solicitude para comigo.

Às queridas Irmãs Gisele e Luísa pela acolhida e generosa hospitalidade.

Aos queridos professores do programa, principalmente aos professores Sandra e Haroldo pela leitura pormenorizada no exame de qualificação.

À minha revisora, professora Rosimar pelas preciosas correções do texto e profundo respeito pelas idéias do autor.

Aos colaboradores da pesquisa, a bibliotecária Beth, a professora Nilce Lodi, os funcionários do arquivo público municipal e da cúria diocesana.

Aos meus familiares, pelo apoio, incentivo e compreensão nas ausências.

Ao programa de Pós-Graduação em Educação da UFU e funcionários do PPGED.

RESUMO

Este trabalho analisa o papel da Igreja Católica em São José do Rio Preto, São Paulo, na primeira metade do século XX, compreendendo-a como um importante agente civilizador, educativo e normativo do Sertão Paulista no período. Busca atentar para sua relevância política, social e cultural e também identificá-la como uma Instituição aglutinadora de um dos grupos de intelectuais mais destacados do país. Discute-se ainda, as transformações modernizadoras ocorridas tanto no país quanto na região noroeste paulista, atentando para as intersecções entre a esfera nacional e a local e para o papel educacional desempenhado pela Igreja daqueles tempos. Conforme consenso na historiografia contemporânea, a presença da Igreja Católica em terras brasileiras confunde-se com a própria história nacional. No que diz respeito especificamente às décadas de 1920, 1930 e 1940 no interior paulista, essa Instituição desempenhou um importante papel civilizatório a partir de um movimento intencional de convencimento do outro numa situação de excepcionalidade, marcada pelo fortalecimento contraditório do capitalismo, da secularização e dos dogmas cristãos. As fontes utilizadas foram o livro Tombo da Igreja mãe de Rio Preto, o livro de atas do Apostolado da Oração, da Confraria do Rosário e do Centro Dom Vital rio-pretense e a imprensa escrita. Vestígios que apontaram o papel civilizador desempenhado pela Igreja.

Palavras-chave: Igreja; Civilização do sertão paulista; São José do Rio Preto.

ABSTRACT

This paper examines the role of the Catholic Church in São José do Rio Preto, São Paulo, in the first half of the twentieth century, understanding it as an important civilizing agent, educational and normative Hinterland Paulista in the period. This search attends to their political, social and cultural relevance, as well as to identify it as a unifying institution of one of the most outstanding groups of intellectuals of the country. It is also discussed, modernizing transformations occurring both at home and in the northwest region of São Paulo, noting the intersections between the local and national level and to the educational role played by the Church of those times. As consensus in contemporary historiography, the presence of the Catholic Church in Brazilian lands intertwined with. Its own national history. Regarding specifically to the 1920s, 1930s and 1940s in the Paulista's country side, this institution played an important civilizing role from an intentional move to convince the other on an exceptional situation, marked by the strengthening contradiction of capitalism, secularization and Christian dogmas. The sources used were the book Tombo of Mother Church of Rio Preto, the minutes book of the Apostleship of Prayer, Confraternity of the Rosary and the Centro Dom Vital from Rio Preto pretense and the press. Traces showed that the civilizing role played by the Church.

Keywords: Church; Civilization hinterland of São Paulo, São José do Rio Preto.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Mapas

Mapa 1 – Mapa do Sertão Paulista.....	47
Mapa 2 – Mapa da região administrativa de Rio Preto.....	55

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Contingente populacional da cidade de Rio Preto.....	58
Tabela 2 – População da região de São José do Rio Preto.....	61
Tabela 3 – A presença da Igreja em Rio Preto.....	64

Lista de figuras

Figura 1 – João Bernardino de Seixas Ribeiro.....	49
Figura 2 – Imagem de São José de Botas.....	51
Figura 3 – Igreja Matriz de São José.....	53
Figura 4 – Padre José Bento da Costa.....	54
Figura 5 – Casa Paroquial.....	56
Figura 6 – Dom José Marcondes – Bispo de São Carlos.....	59
Figura 7 – Bula de criação da Diocese de Rio Preto.....	61
Figura 8 – Dom Lafayette Libâneo.....	62
Figura 9 – Colégio Santo André.....	70
Figura 10 – Circular do Congresso Eucarístico de Rio Preto.....	80
Figura 11 – Oração do Primeiro Congresso Eucarístico.....	81
Figura 12 – Hino do Congresso Eucarístico.....	83
Figura 13 – Cidade de Rio Preto.....	86
Figura 14 – Loja de Rio Preto.....	87
Figura 15 – Dom José Gaspar e Adhemar de Barros.....	88
Figura 16 – Congresso Eucarístico de Rio Preto.....	89
Figura 17 – Homens no Congresso Eucarístico.....	90
Figura 18 – Estatuto do Centro Dom Vital de Rio Preto.....	94
Figura 19 – Cartaz das Festividades Católicas.....	102
Figura 20 – Propaganda de Filme Católico.....	103
Figura 21 – Carta do Bispo de Paris.....	104
Figura 22 – Propaganda de Quermesse Católica.....	107

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I	
A IGREJA CATÓLICA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA	15
1.1 Marcos para a compreensão da história da Igreja nos séculos XIX e XX	15
1.2 Concílio Vaticano I: resposta religiosa aos problemas do século XIX	20
1.3 Igreja e sociedade no Magistério de Leão XIII (1878-1903)	23
1.4 A Igreja e o século XX: homens e ideias	25
1.5 A Igreja Católica no Brasil	30
1.5.1 Aspectos históricos da colonização até o início da república	30
1.5.2 A Igreja Católica no início da república	33
1.5.3 A reconstrução do modelo de cristandade	38
CAPÍTULO II	
A IGREJA CATÓLICA EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	45
2.1 A gênese do movimento migratório para o sertão paulista	46
2.2 A formação do Distrito e a organização político-administrativa local	48
2.3 A presença da Igreja em São José do Rio Preto	50
2.4 A criação da diocese de São José do Rio Preto	58
CAPÍTULO III	
OS DOCUMENTOS ECLESIASTICOS E MOVIMENTOS ASSOCIATIVOS	65
3.1 O processo civilizatório – educativo na Igreja de Rio Preto	65
3.2 A mobilização da população	78
CAPÍTULO IV	
INSTITUIÇÃO CULTURAL E A IMPRENSA NA IGREJA DE RIO PRETO	91
4.1 Uma elite intelectual a serviço da Igreja em Rio Preto	91
4.2 Educação e cultura religiosa na imprensa de Rio Preto	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108

REFERÊNCIAS.....	112
------------------	-----

FONTES.....	117
-------------	-----

INTRODUÇÃO

O interesse pela história da Igreja, e de suas relações com a história da Educação, é fruto de um longo percurso que tracei perpassando por vários campos e áreas do saber. Em 2006, ao concluir o curso de Ciências Sociais no Instituto Superior de Educação Ceres, de São José do Rio Preto, SP, iniciei minha pesquisa sobre a História da Igreja naquela região abordando essa temática no trabalho de conclusão do curso. Como graduando, tive acesso a temas relacionados com a História Política, Social e também com a Historiografia da Educação local por meio de grupo de estudos organizados na instituição e que tratavam de assuntos como a revolução de 1932, o integralismo, a educação feminina, a história das mulheres e a história das instituições escolares. Os trabalhos eram então coordenados pela professora Raquel Discini de Campos.

Dentre as correntes teóricas abordadas e temas de pesquisa levantados pelo grupo visualizei, com bastante nitidez, que a linha de pesquisa *História e Cultura*, ofertada no curso de especialização em Sociologia Política que passei a cursar na mesma Instituição após o término da graduação, possibilitava um maior aprofundamento sobre a temática da Igreja Católica como agente civilizadora e educadora do sertão paulista. Outro fator que despertou meu interesse pelo universo da educação foi o trabalho realizado como profissional da educação junto ao Município de São José do Rio Preto na administração de unidades escolares de educação infantil, na periferia do mesmo município.

Não há como negar, todavia, que talvez o maior gosto pela temática esteja relacionado ao percurso que tenho percorrido dentro da Instituição Igreja Católica, por meio dos estudos filosóficos e teológicos e, depois de minha ordenação presbiteral, por intermédio dos trabalhos desenvolvidos nas Igrejas da região do noroeste paulista.

O genuíno apreço pela história da igreja, bem como a estima pela história da região onde nasci e vivi, além do desejo de realizar uma pesquisa no mestrado que abarcasse o papel dessa Instituição milenar no sertão paulista, conduziram-me à Universidade Federal de Uberlândia, mais especificamente ao programa de pós-graduação em Educação (PPGED) e à linha de pesquisa *História e Historiografia da Educação*.

A dissertação ora apresentada é, portanto, o resultado dessa trajetória acadêmica e pessoal que buscou compreender o papel desempenhado pela Igreja Católica no interior do Estado de São Paulo, mais especificamente na região de São José do Rio Preto.

Como foi amplamente demonstrado pela historiografia contemporânea, nas décadas de 1920 e 1930 houve no Brasil uma disputa política muito intensa entre vários setores sociais da sociedade organizada (católicos, liberais, comunistas, feministas, integralistas, renovadores, etc.), cada um desejando, à sua maneira, que o país progredisse e se modernizasse. Dentre esses grupos destacou-se a Igreja Católica, com sua inconfundível relevância política, social e cultural. (FAUSTO, 1986; CARVALHO, 1989; CURY, 2009).

No interior do Estado de São Paulo, particularmente na região de São José do Rio Preto, naqueles tempos conhecida como “boca do sertão” e “fim de linha” não foi diferente. Atualmente, uma das regiões mais ricas do Estado, Rio Preto era, na primeira metade do século passado, palco de disputas entre fazendeiros e grileiros, católicos e espíritas, médicos e curandeiros, comunistas e capitalistas, imigrantes e brasileiros...

Nesse conflituoso contexto, percebemos discursos e práticas católicas manifestando-se nas mais variadas situações - nos espaços escolares, nos sermões religiosos, nas construções de Igrejas, nos Congressos Eucarísticos e nos movimentos associativos e congregações religiosas, nas instituições filantrópicas e de saúde, na imprensa cotidiana, na câmara dos vereadores etc. Em todos esses espaços de manifestação da linguagem e desenvolvimento de ações a instituição eclesiástica exerceu um papel fundamental no ordenamento, povoamento, ocupação e civilização do noroeste paulista. Considerando que a igreja católica tenha exercido grande papel no percurso de formação sociocultural da região, tomaremos como referencial teórico o conceito de *processo civilizador*, definido por Norbert Elias (1939), e que nos auxiliará na análise das fontes e na organização do recorte temático. Segundo o autor:

O processo civilizador corresponde a um percurso de aprendizagem involuntária pelo qual passa a humanidade. Começou nos primórdios do gênero humano e continua em marcha, com inúmeras vicissitudes, no presente momento. Não há fim à vista. Só a direção é clara. Também nesse caso, a linguagem nos impele a usar conceitos que dão a ilusão de um estado final absoluto. [...] Não há

sociedade ou indivíduos dos quais se possa dizer: “Eles são civilizados.” Existem, contudo, critérios tangíveis por meio dos quais se pode verificar que algumas sociedades tornaram-se *mais* civilizadas, em certos aspectos, do que eram um século antes. O processo civilizador pode ser demonstrado inequivocamente, com a ajuda de comparações sistemáticas, tanto entre estágios diferentes de uma mesma sociedade quanto entre sociedades distintas. No entanto, concebida como um estado, a civilização é, no máximo, um ideal. (ELIAS, 1939, p. 37).

A partir desse excerto, em si tratando de percurso de aprendizagem, podemos dizer que o processo civilizador é um processo educativo (que não está totalmente acabado) e também universal, porque acontece em todas as sociedades. Onde está o gênero humano (ser social), podemos dizer que aí está presente o caminho civilizador, que Elias contrapõe à barbárie.

Sendo assim, podemos afirmar que a Igreja Católica foi uma Instituição civilizadora/educadora, que fez e faz parte de um processo civilizador importante e em curso, juntamente com outros agentes que se destacaram, sobretudo, nas décadas de 1920 e 1930 – os institutos médicos, a imprensa, os profissionais liberais, as associações de imigrantes, as escolas de todos os níveis, etc.

Além do *processo civilizador*, outro conceito também auxiliou o olhar lançado para as fontes descobertas ao longo da pesquisa, qual seja: o de estratégia. Segundo formulação clássica de Michel de Certeau, este pode ser definido como

o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta (CERTEAU, 1990, p. 46).

O autor emprega essa categoria para definir as ações dos grupos sociais dominantes que detêm o poder. Dessa forma, podemos aplicá-la à Igreja Católica, que se serviu de estratégias por meio de seus discursos e práticas para arquitetar um modelo civilizador/educativo católico que a colocava numa condição privilegiada.

Antoine Prost (1933, p. 33), em suas *Dozes Lições sobre a História* ao apresentar o ofício do historiador como aquele que vai em busca da veracidade das fontes, parte do princípio de que, na História existem fatos verdadeiros e que estes devem ser conhecidos. Segundo o autor, “precisamos conhecê-los e em seguida explicá-los”. Prost demonstra que esses fatos não estão prontos e precisam ser

construídos como “pedras utilizadas para a construção de um grande edifício chamado História”.

A prática historiográfica dá-se também por meio da produção de fontes, ou seja, o historiador isola e rearticula fragmentos do vivido e constitui uma nova série, que no dizer de Certeau reconstrói o objeto a partir de uma análise científica:

A análise científica contemporânea visa reconstruir o objeto a partir de “simulacros” ou de “roteiros”, ou seja, dar a si, com os modelos racionais e as linguagens (ou metalinguagens) que ela produz, o meio de multiplicar ou transformar sistemas constituídos (físicos, biológicos ou literários), a história tende a colocar em evidência os “limites da significabilidade” desses modelos, o que aparecia no passado sob a forma de um passado relativo a uma epistemologia da origem ou do fim. A partir daí, parece, a história é fiel a seu propósito fundamental que continua sem dúvida por definir, mas do qual já se pode dizer que a liga simultaneamente ao real e à morte. (CERTEAU, 1979, p. 33).

Portanto, conforme proposições de Certeau, Prost e Le Goff, para se chegar a veracidade dos fatos o historiador deve adotar um método que o possibilite reconstruir os fatos históricos de maneira fidedigna. Para isso, faz-se necessário empreender a crítica interna e externa do documento. Na crítica interna devemos levar em conta a coerência do texto e a compatibilidade entre sua data e os fatos mencionados, bem como a temática abordada. Já na crítica externa devemos olhar para os aspectos materiais do documento: papel, tinta, escrita e marcas particulares que o acompanham. (Prost, 1933, p. 57).

As proposições de Carlo Ginzburg (1991), para quem o historiador-pesquisador age como um detetive aos moldes de Sherlock Holmes, procurando ir além daquilo que é dito também iluminaram a presente pesquisa. Segui em busca de “sinais” para interpretar a realidade pesquisada, tentando “examinar os pormenores mais negligenciáveis e menos influenciáveis” e agir, sobretudo com “perspicácia” para aproximar-me com uma maior exatidão dos fatos. Aliás, comenta Ginzburg: “o próprio Marx afirmara que, se a realidade fosse transparente, não haveria necessidade de interpretá-la!”.

Ancorado nesses pressupostos, o presente trabalho visa identificar, por intermédio da análise crítica das fontes descobertas e analisadas, a importância da Igreja Católica como agente civilizador da região de São José do Rio Preto, desde a sua chegada naquelas plagas até o ano 1940, quando aconteceu o primeiro

congresso eucarístico no interior do Estado, não por acaso naquela cidade. Busco responder, sobretudo, quais as ferramentas utilizadas pela instituição para educar – não necessariamente de maneira formal - a população local.

Para isso, analisaremos suas práticas e discursos, depreendidos dos documentos oficiais garimpados nesses dois anos de pesquisas, tais como as atas dos principais movimentos e associações católicas, como o *Apostolado da Oração*, a *Irmandade do Rosário* e o livro de tombo da paróquia matriz de São José. Analisaremos, também, os textos da imprensa do período e fotografias de época, sempre em busca de vestígios acerca do papel civilizador desempenhado pela Igreja naquelas terras.

As fontes referentes à Igreja, tais como as atas e o livro tombo, estão disponíveis na Catedral de São José, armazenadas em um arquivo improvisado e não muito organizado. O estado de conservação dessas fontes é bom, mas elas imprimem ao trabalho de leitura certa dificuldade. Já as fontes sobre o Primeiro Congresso eucarístico e o Centro Dom Vital de Rio Preto encontramos armazenadas na Cúria Diocesana de maneira organizada, mas de acesso restrito ao público em geral.

Os impressos podemos encontrar no arquivo público municipal, na Hemeroteca “Dario de Jesus”, já digitalizados. Essas fontes, portanto, já foram previamente organizadas e estão a espera de análise pelos leitores que vão garimpá-las. Mesmo digitalizados, é permitido manusear os jornais, desde que com os devidos cuidados que a situação exige, uma vez que os mesmos já estão se deteriorando.

No que diz respeito à história local, acreditamos ser pertinente pesquisar e escrever sobre a Igreja Católica justamente por ser um assunto inexplorado pela historiografia, salvo o trabalho de alguns memorialistas, sobretudo padres, que se dedicaram ao tema. Além disso, a própria trajetória institucional da Igreja Católica no sertão paulista precisa ser reconstruída, uma vez que, segundo o historiador Boris Fausto (1998), a presença da Igreja em terras brasileiras confunde-se com a própria história do Brasil.

O recorte cronológico escolhido (1847-1940) coincide com a chegada, ascensão e ápice da “civilização católica” em Rio Preto, identificada aos primeiros registros do catolicismo numa terra ainda a ser desbravada, a constituição dos

primeiros padres e instituições católicas e, finalmente, 1940, momento da realização do Primeiro Congresso Eucarístico – coroamento do processo civilizatório em curso.

O trabalho de pesquisa ora apresentado está organizado em quatro capítulos que trazem a trajetória civilizadora recente da Igreja Católica no mundo, no Brasil e em São José do Rio Preto.

No primeiro capítulo, apresentaremos a atuação da Igreja Católica no mundo, destacando as ações dos principais dirigentes da Instituição nos séculos XIX e XX, que lançaram as bases para o catolicismo que temos configurado até os dias de hoje.

No segundo capítulo trataremos da Igreja Católica no interior paulista, mais especificamente na região Noroeste, naquela época conhecida como “boca do sertão” em função da sua tardia inserção no complexo desenvolvimento capitalista nacional.

No terceiro capítulo, discutiremos como a atuação da Igreja católica em Rio Preto está diretamente ligada ao processo civilizatório e educativo da população do sertão paulista. Propomos então, compreender os principais discursos e práticas postos em circulação pelos dirigentes e também pelas lideranças católicas.

Finalmente, no quarto capítulo, analisaremos a criação de uma filial do Centro Dom Vital em Rio Preto, buscando compreender as relações entre a esfera local e nacional brasileira, particularmente no que diz respeito ao movimento conhecido como Ação Católica.

Ressalte-se que buscamos nos afastar de uma narrativa teleológica, que geralmente marca os estudos sobre o cristianismo. Procuramos, de fato, problematizar uma Instituição terrena a partir de uma concepção histórica da trajetória da Igreja no interior paulista.

CAPÍTULO I

A IGREJA CATÓLICA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

1.1 Marcos para a compreensão da História da Igreja nos séculos XIX e XX

Compreender a trajetória da Igreja Católica no mundo ao longo do tempo não é tarefa fácil, justamente por se tratar de uma Instituição milenar. Além do percurso cronológico que possibilita vários recortes temporais para análise, outras direções de estudo também seriam possíveis, tais como: analisar a trajetória da Igreja sob aspectos históricos, verificar as questões doutrinária e/ou teológica, pesquisar as vertentes evangelizadoras, pastorais e missionárias, focar o olhar no aspecto jurídico, dentre outros.

As possibilidades de análises são múltiplas, mas a delimitação do assunto estudado se faz necessária. Neste capítulo, então, ancorados nos aspectos históricos e doutrinários da Igreja, faremos um estudo sobre a atuação dos católicos, em nível internacional, por meio dos seus principais expoentes e dirigentes¹. Nosso propósito é destacar as mais significativas políticas adotadas pelos superiores dessa hierarquia religiosa para inserir os princípios doutrinários no processo civilizatório/educacional. Demarcamos esse percurso de análise por considerarmos, a partir de estudos realizados, que a Igreja Católica é um agente civilizador e que busca orientar e educar as pessoas conforme seus princípios, procurando configurá-las, desde sempre e cada vez mais, para uma cultura católica que salvguarde os princípios religiosos pregados por ela.

Segundo Zagheni (1999, p. 21), nos últimos dois séculos a caminhada da Igreja foi caracterizada por alguns acontecimentos que marcaram sua trajetória e fizeram com que ela repensasse, enquanto instituição, a sua atuação e missão no

¹ Quando falamos em dirigentes, responsáveis pela Igreja, estamos nos referindo aos Papas e Bispos do período em que estavam a frente da Igreja.

mundo. Dentre essas tendências podemos destacar: a) a separação do Estado que se tornou leigo e assumiu algumas prerrogativas que até então eram realizadas pela Igreja; b) uma ativa preocupação com os problemas especificamente sociais, que vão além da atividade propriamente Caritativa – para tal a Igreja elaborou uma Doutrina Social; c) uma intensa e nova ação missionária, mediante a qual ela se torna de fato católica² ampliando seu campo de atuação; d) a retomada da questão ecumênica; e) uma intensificação da vida religiosa por meio do movimento litúrgico e do apostolado dos leigos, mediante novas formas de evangelização e de religiosidade.

Todas essas ações fizeram com que o catolicismo se apresentasse com uma nova imagem de si mesmo e lançasse as bases para o modelo Institucional que temos até hoje, levando-se em conta também as questões delineadas por dois grandes concílios que marcaram profundamente sua caminhada: Vaticano I e II.

Ainda segundo Zagheni, depois do período da revolução francesa a Europa encontrava-se numa situação política, cultural e religiosa singular; era preciso, conforme os setores conservadores da sociedade acreditavam, retornar à ordem do Antigo Regime. No entanto, a revolução industrial, a alfabetização das populações, o afastamento dos modelos do Antigo Regime, a expansão colonial, a urbanização, a introdução de novas tecnologias, as mudanças na organização do trabalho, os diferentes relacionamentos entre os indivíduos e a modernização administrativa eram inovações já estabelecidas ou em processo de fortalecimento que dificultavam a possibilidade de uma volta ao sistema anterior. Tudo isso provocou significativas mudanças sociais que impossibilitavam, cada vez mais, uma provável harmonia ou aproximação entre as leis estatais e as leis eclesiásticas.

No campo religioso, por conta das constantes mudanças sociais e culturais em curso, tendia-se a reproduzir uma sociedade oficialmente cristã mediante a aplicação de sanções e censuras impostas pelos bispos por meio de uma pastoral baseada na coerção. Essa prática nem sempre foi aceita pela população e o indiferentismo por parte dos católicos provocou no clero um desassossego crescente e a tendência de ler o mundo como “descristianizado” e afastado da verdadeira religião. (ZAGHENI, 1999, p. 23).

² A palavra *católica* significa universal, não somente no que tange a presença, mas também no que se refere a sua doutrina, ação e participação política.

A Igreja respondeu a esses problemas implantando ao longo dos séculos XIX e XX, missões populares e divulgando um sistema devocional que funcionava também como interpretação dos problemas da vida e da sociedade; restaurou as velhas ordens religiosas e fundou novas ordens. O progressivo crescimento do campo missionário, no interior do mundo católico, fortaleceu de maneira significativa a vida religiosa e apostólica e provocou uma forte coesão interna, doutrinária e disciplinar na vida dos líderes e de seus adeptos.

A Instituição Católica, a partir daí, empreendeu uma ampla obra de restauração para redefinir seu papel no conjunto da nova sociedade europeia esforçando-se pela reconstrução de uma ordem social inspirada na exaltação da idéia de autoridade e na busca dos instrumentos políticos e culturais para garantir sua posição. Na defesa de seus papéis, a Igreja opôs-se fortemente ao sistema liberal que defendia o afastamento dos valores espirituais propostos por ela.

Para combater a desordem e a descrença existentes entre as pessoas – e sua respectiva perda de poder simbólico – o catolicismo propunha a busca de uma sociedade baseada em valores tidos como autênticos garantidos pela presença e pela ação da Igreja e do papado e, sobretudo, regia a volta da sociedade aos princípios da ordem e da hierarquia. Sendo assim, sob a visão católica, a população só poderia encontrar o ponto de equilíbrio na doutrina e no magistério (ensinamento) da Igreja (ZAGHENI, 1999, p. 26).

Traçando um perfil dessa época, podemos afirmar que no início do século XIX a vida da Igreja estava dominada pelo problema do seu relacionamento com o mundo, pois, findado o Antigo Regime, o catolicismo vê-se diante da necessidade de criar estratégias que o mantivesse presente e o fortalecesse perante seus fiéis, não só no plano político, para afirmar os direitos de existir como instituição, mas, sobretudo, no plano dos valores que o cristianismo guarda em si, bem como sua teologia, pastoral e missão evangelizadora.

No mesmo século, o confronto da sociedade católica se dá com os regimes liberais e um novo embate se estabelece, já que havia uma sólida contraposição entre Igreja e Estado. Enquanto a primeira preocupava-se em afirmar os valores sobrenaturais que a sociedade tendia a limitar ou a negar, o segundo apresentava-se como representante de uma sociedade civil coletiva e terrena, distanciando-se da relação indivíduo-Deus.

A ordem político-civil temporal e a ordem espiritual-religioso-sobrenatural são não somente diferentes, mas totalmente separadas. O estado e a Igreja caminham por estradas que jamais se encontram (as duas paralelas, imagem cara a vários estadistas dos séculos XIX e XX), e que não tem relação alguma. A sociedade civil tem uma natureza coletiva, enquanto a religião é uma relação totalmente individual com Deus; a sociedade se propõe como fim unicamente a prosperidade temporal, limitada e esta vida, a religião diz respeito a vida ultraterrena, eterna; a sociedade não pode violar o sacrário das consciências, tentar impor-se a elas, enquanto a religião se desenvolve toda no íntimo da consciência; não existe, portanto, nenhum elemento comum entre a vida da sociedade civil, do Estado, e da religião e da Igreja, e as duas instituições podem e devem se ignorar mutuamente. (MARTINA, 1996, p.52).

Nesse contexto configuram-se duas esferas: a religiosa e a política, cada vez mais apartadas. Cada uma delas com leis próprias e diferentes, de tal modo que o que é permitido pelo Estado nem sempre o é pela Igreja.

O problema da relação entre catolicismo e Estado é um ponto importante para compreendermos as condições concretas em que se encontrava a Igreja naquele momento histórico. A polêmica sobre o separatismo teve grande influência no campo dos chamados “leigos” e no campo eclesiástico, provocando, assim, divergências dentro do próprio catolicismo e possibilitando a segmentação entre católicos intransigentes e católicos liberais³.

O liberalismo, no que se refere ao relacionamento Estado – Igreja, criou condições para que as duas organizações seguissem uma trajetória independente mas, ao mesmo tempo, estabeleceu uma situação de controle, já que a Igreja não é mais reconhecida como uma sociedade de direito público. Aos poucos o Estado tende a tirar da organização religiosa todo tipo de apoio e vínculo institucional e a mantê-la sob rígido controle.

Giacomo Martina (1996, p. 55), aponta ainda que o comportamento hostil da sociedade liberal em relação a religião foi aplicado concretamente. Uma característica marcante do liberalismo foi considerar que a sociedade e a autoridade

³ Por católicos intransigentes entende-se católicos ultraconservadores que defendem a estreita união entre trono e altar típica do *Ancien Regime* e do Absolutismo e condenam as liberdades modernas; eles consideravam o Liberalismo um pecado e faziam uma crítica feroz às lacunas e aos erros do sistema. Para marcar o conservadorismo, opunham-se com energia aos esforços de laicização propostos pelos liberais e se colocavam em defesa das estruturas cristãs da sociedade. Por católicos liberais entendem-se aqueles católicos que aceitavam os novos princípios em curso, bem como a nova concepção de Estado; defendiam que qualquer tipo de privilégios fazia mais mal do que bem para a Igreja e viam no liberalismo aspectos positivos que salvaguardavam a dignidade da pessoa humana. (MARTINA, 1996 pp. 147- 186).

nascem de uma livre convenção humana, de um consenso implícito ou explícito, não de uma exigência inerente a própria essência das coisas e, por isso, em última análise, de Deus. Sob o olhar liberal, os cidadãos se sentem parte da mesma comunidade política porque ela e somente ela representa para todos garantia e instrumento do bem comum.

Outro aspecto relevante nesse processo é que o conceito de “religião de Estado” perde força e se afirma plena liberdade de consciência. A concepção de religião torna-se inaplicável ao Estado justamente porque ele não tem competência para fazer um julgamento sobre a verdade de uma dada religião, ou pelo respeito que o próprio Estado deve ter para com todos os cidadãos, garantindo as leis civis sem levar em conta a organização jurídica da Igreja, ou seja, o Estado não reconhece as leis eclesiásticas.

A introdução do matrimônio civil e o divórcio foi uma das maiores conquistas do Estado moderno contrapondo-se veementemente com a posição da Igreja. Várias outras atividades, até então exercidas pela Igreja, também são reivindicadas pelo Estado - o registro do estado civil, a administração dos cemitérios, a direção de inúmeras obras de caridade (asilos, hospitais, orfanatos) e, sobretudo, o gerenciamento da educação que nas escolas públicas das democracias ocidentais vai paulatinamente deixando de ser cristã para se tornar laica. (CAMBI, 1999, p. 372). É o fim das imunidades típicas do *Ancien Regime*; os clérigos não têm direito, perante o Estado, a nenhum privilégio porque são cidadãos como todos os outros, gozam dos mesmos direitos e devem, igualmente, se submeter as mesmas leis .

Ainda segundo o autor, diante de tais questões a Igreja viu-se obrigada a procurar sua identidade, perdeu sua força política, mas intensificou sua força espiritual. Houve uma maior centralização e intervenção de Roma na vida das Igrejas particulares (dioceses)⁴, e uma maior uniformidade na disciplina da Instituição. A situação do clero, embora apresentasse certos progressos no que dizia respeito à unificação das práticas e doutrina, ainda trazia alguns problemas que muito preocupava os dirigentes da Igreja, além do número de sacerdotes ser insuficiente para suprir as necessidades pastorais, existia, também uma formação deficitária e muitos levavam, sob o ponto de vista religioso, uma vida imoral.

⁴ Por Diocese ou Igreja particular entende-se “porção do povo de Deus confiada ao pastoreio do Bispo com a cooperação dos padres...”. Definição segundo o Código de Direito Canônico da Igreja Católica de 1983.

Nesse ambiente de mudanças necessárias e de dificuldades de implementá-las, os Institutos Religiosos apresentavam, simultaneamente, uma forte crise interna nas relações de formação e comportamento da comunidade eclesial e contraditoriamente, um promissor desenvolvimento. Nesse contexto, como aspecto positivo, ressaltam-se a criação das inúmeras congregações femininas de vida ativa, bem como o trabalho pastoral tentando tornar-se mais próximo dos fiéis. Houve, ainda, um crescimento no apostolado leigo por meio de uma maior participação na vida da Igreja, na vida social e política. A Igreja retomou a ação missionária, tentando regressar ao cristianismo primitivo; o movimento evangelizador tornou-se cada vez mais popular e a obra civilizadora da Igreja chegou com novo vigor a países da África e da América. (MARTINA, 1996, p. 112).

1.2 O Concílio Vaticano I: resposta religiosa aos problemas do século XIX

O Concílio Vaticano I (1869-1870) é um acontecimento emblemático da trajetória da Igreja no século XIX. Dali saiu propostas para o restauro de um modelo de Igreja que havia se perdido, conforme muitos afirmavam, e também porque representa uma forma do modelo de Igreja que temos hoje configurado. Traçando um percurso histórico, podemos afirmar que no pontificado de Pio IX⁵ três ações foram fundamentais para uma resposta e apologia da fé católica e da ordem sobrenatural: a) a proclamação do dogma da Imaculada concepção em oito de dezembro de 1854; b) o *Silabo* de 1864 e c) a convocação de um Concílio Ecumênico. Esses três momentos sucessivos, mas estreitamente conexos de uma idêntica campanha contra o racionalismo teórico e prático do século XIX serviu para o catolicismo se reafirmar numa sociedade que, depois da Revolução Francesa, era levada a negar os valores sobrenaturais e aceitar sem muita dificuldade uma política laicista e secularizante. (MARTINA, 1996, p. 257).

O *Silabo* e o Concílio, dizia o Papa, eram “os necessários e salutareis remédios” para os males que ameaçavam a Igreja. O *Silabo* foi um documento

⁵ Pio IX (1792-1878) foi eleito Papa em 1846 e se destacou por defender veementemente a fé católica contra o que considerava ser os erros da modernidade e por convocar o Concílio Ecumênico Vaticano I.

composto de oitenta proposições que condenavam os chamados “erros” da modernidade e eram assim divididos: a) nas teses enumeradas de 1-18 do *Silabo* são condenados os erros do panteísmo, do naturalismo, do racionalismo, do indiferentismo, com o objetivo de defender e de afirmar os valores da ordem sobrenatural; b) nas teses de 19-55 são evidenciados os erros sobre a natureza (essência) da Igreja, do Estado e sobre as relações entre os dois poderes, c) nas teses 56-76, os erros sobre a ética natural e sobrenatural: em particular, os erros da moral laicista, que tendia a desvincular a ética de qualquer relacionamento ontológico com Deus e; d) nas teses 77-80 é condenada a atitude dos Estados modernos que se opunham à religião católica, não a reconhecendo como religião oficial do Estado ou limitando-a ao exercício da religião, tal atitude provocava um indiferentismo religioso. (MARTINA, 1996, p. 140).

Com a promulgação do documento do *Silabo*, vê-se claramente a preocupação política do Papa e um empenho incessante por parte da Igreja para salvaguardar seus princípios e a própria instituição dos perigos e ameaças que o liberalismo poderia causar não apenas à fé católica, mas também ao poder político e simbólico historicamente detido pela Instituição.

Segundo Guido Zagheni (1999, p. 146), a convocação do Concílio Vaticano I foi feita por meio da Bula *Aeterni Patris* (Pai Eterno) de 29 de junho de 1868 por ocasião das festas do centenário do martírio de São Pedro. A abertura foi fixada para o dia 08 de dezembro de 1869 e o documento lembrava alguns pontos centrais da fé católica, em especial a centralidade da obra redentora realizada por meio da Igreja.

Foram convidados para o concílio os bispos residenciais e titulares, os abades e os principais teólogos da Igreja. Os chefes de Estado não foram convidados uma vez que, em muitos países, Estado e Igreja estavam separados e muitos governos seguiam uma política anticlerical.

Os trabalhos do Concílio foram divididos em várias comissões. A primeira delas, denominada como teológica, tomou como ponto de partida os esquemas das constituições dogmáticas (verdades de fé) do *Silabo*. A segunda comissão denominada “Para a disciplina eclesiástica” abordou questões relativas a vida do clero e da pastoral, do ministério dos bispos, da legislação matrimonial eclesiástica, da formação de um catecismo único para a Igreja e da posição que se deveria tomar diante do movimento espírita que florescia no século XIX.

Já a terceira comissão cuidava dos diversos problemas das ordens e das congregações religiosas. A quarta tratou das missões e das Igrejas de rito oriental e a quinta, denominada político-eclesiástica, apresentou um programa mais amplo, pois falava das relações entre Igreja e Estado, da administração dos bens da Igreja, dos seminários, das cartas pastorais, dos sínodos provinciais, do matrimônio, da tolerância religiosa e dos cultos.

Uma comissão específica, a sexta, ficou destinada a produzir os vários documentos do Concílio, mas só dois deles foram promulgados: *Dei Filius* (O Filho de Deus) e *Pastor aeternus* (Pastor eterno).

Esses dois documentos foram considerados como principais do Concílio justamente por tratarem de temas apologéticos que tocam a natureza da Igreja e da autoridade do papa.

A constituição “*Dei Filius*” sob o ponto de vista das autoridades eclesiásticas, expõe a fé católica contra os mais importantes erros do século XIX: o materialismo, o racionalismo, o panteísmo, o tradicionalismo e o fideísmo, erros que nascem de correntes filosóficas que proclamam a autonomia do indivíduo e os levam a negar a idéia da intervenção de um Deus pessoal e transcendente na história humana. O documento ainda reforça a fé como virtude sobrenatural e que se pode conhecer Deus de maneira segura à luz da reta razão, ou seja, procura fazer emergir um paralelo entre dogma e pesquisa científica, entre fé e experiência pessoal. (ZAGHENI, 1999, p. 154).

Já a constituição *Pastor aeternus* tratou de um dos assuntos mais polêmicos do concílio, a infalibilidade do papa. Esse tema causou ferrenhas divergências entre os conciliares mais liberais e os mais conservadores que defendiam o primado do papa. Para os conservadores, Cristo tinha concedido superioridade a Pedro, sendo assim, essa prerrogativa foi concedida também aos sucessores de Pedro, os pontífices romanos⁶. O primado do pontífice romano não é um primado de honra, mas de jurisdição, isto é, dá-lhe o poder real de governar e dirigir a Igreja no campo da fé, da moral e da disciplina. (ZAGHENI, 1999, p. 160).

Certamente com as promulgações das constituições dogmáticas (verdades de fé) do Concílio Vaticano I, sobretudo, o da infalibilidade papal o princípio de autoridade do papa como pastor supremo da Igreja foi reforçado, houve uma

⁶ O termo “pontífice romano” é aplicado na Igreja ao Papa, como autoridade máxima da Igreja que a governa de Roma.

significativa tentativa de reconstrução da cristandade e também da Igreja responder de maneira religiosa aos problemas que assolavam os homens cristãos do século XIX.

1.3 Igreja e sociedade no magistério de Leão XIII (1878-1903)

Com o pontificado de Leão XIII, a Igreja Católica viu-se diante da possibilidade de abertura ao mundo moderno e também de continuar tentando promover a reconciliação com a situação cultural caracterizada por um marcante anticlericalismo, uma vez que o pontificado de Pio IX havia deixado a Igreja de certa forma numa atitude de isolamento em relação mundo.

O Papa Leão XIII tinha como projeto inserir os católicos na sociedade contemporânea a partir de uma releitura em termo de “crise” da sociedade da época. Essa crise colocava em questão os valores cristãos; portanto era preciso reatualizar a validade desses valores tanto para a vida dos indivíduos como para a da sociedade.

Para Guido Zagheni (1999, p. 170), o projeto histórico de Leão XIII compreendia três frentes de ações na Igreja: a cultural, o ordenamento dos Estados e a realidade social e propunha, sobretudo, uma “Igreja Católica como a única verdadeira mãe da civilização e a religião como base da convivência humana”.

A renovação cultural se deu por meio da restauração dos estudos teológicos seguindo, retomando os preceitos de São Tomás de Aquino que buscava aliar fé e razão. Foram abertos também os arquivos do vaticano impulsionando, assim, os estudos históricos e renovando os estudos bíblicos com a fundação da Escola Bíblica de Jerusalém. Com isso, o Papa encorajou a pesquisa científica, assumindo uma atitude mais aberta ante às novas formas culturais e sociais existentes. O ordenamento do Estado e a democracia também foram propostos pelo Papa, mas sem fugir de uma concepção cristã de Estado em que a autoridade vem de Deus e o regime político autêntico é aquele que respeita o bem comum e a justiça.

Conforme proposição de Leão XIII,

O homem é naturalmente orientado para a sociedade civil; dado que sozinho não podia conseguir o necessário para a vida e para seu crescimento intelectual e moral, a Providência dispôs que ele nascesse com a disposição de unir-se aos outros, tanto na sociedade doméstica quanto na sociedade civil, as únicas que lhe podem fornecer tudo o que ele necessita para viver. E dado que nenhuma sociedade se sustenta sem uma autoridade, agindo todos com os meios eficazes e unitários em vista do bem comum, segue-se que essa autoridade é indispensável à convivência civil, e ela, não diferentemente da sociedade, deriva da natureza e, portanto, de Deus. (LEÃO XIII, 1881 apud ZAGHENI, 1999 p. 175).

Dado que a autonomia do Estado baseia-se na origem do Criador, na visão do pontífice, o Estado deve honrar a Deus com atos de cultos públicos e harmonizar a sua ação com a autoridade da Igreja.

A questão social foi, no entanto, um dos temas mais marcantes no pontificado de Leão XIII porque com sua encíclica *Rerum Novarum* (Das coisas novas) de 1891 a Igreja abriu-se de maneira evidente aos problemas sociais típicos do século XIX, condenando veementemente os males que provinham da crescente industrialização que estava assolando grande parte da população, provocando significativas mudanças na estrutura social conhecida até então e potencializando sobremaneira a desigualdade social. (HOBSBAWN, 1988, p. 134).

Ainda segundo Hobsbawn, com o advento e o aperfeiçoamento das máquinas, muitos artesãos se arruinaram e se transformaram em assalariados. Outros fugiam dos campos para os centros industriais rompendo as tradicionais estruturas da sociedade e vivendo em condições miseráveis de existência. Faltava uma legislação que defendesse os interesses dos trabalhadores e um salário mínimo suficiente para garantir as necessidades fundamentais e básicas das famílias. Essa nova forma de organização social gerou uma situação de verdadeiro pauperismo entre os trabalhadores dos centros urbanos e industriais.

A Igreja procurou responder a esses problemas sociais de modo bastante prático, criando formas de associacionismo, como, por exemplo, as sociedades de mútua ajuda, as cooperativas de consumo, as ações caritativas que se encarregavam de distribuir alimentos para os pobres, etc. E, sobretudo, a Igreja procurou elaborar uma Doutrina Social, um conjunto de normas e saberes construído a partir de um confronto entre os princípios considerados como imutáveis do evangelho (sobretudo a justiça) com a realidade social do século XIX, procurando, assim, salvaguardar a missão de cuidar dos setores mais desprotegidos

da população, naquele momento representado pela classe operária – mas não apenas por ela.

Sendo assim, podemos perceber que o pontificado de Leão XIII foi uma marca de grande esperança para a Igreja Católica ao abrir-se para a modernidade capitalista em curso. O Papa manteve a concepção de uma Instituição centralizada e hierárquica e seus posicionamentos marcaram profundamente a caminhada da Igreja e sua doutrina (ensinamento) tem lugar de destaque até hoje no discurso social da Igreja quando se fala da opção preferencial pelos pobres; tema recorrente, ainda, no projeto de evangelização da Igreja contemporânea.

1.4 A Igreja e o século XX: homens e idéias

Se no século XIX a Igreja viu-se obrigada a repensar sua missão no mundo, no século XX ela foi obrigada a enfrentar os complexos e marcantes acontecimentos que alteraram significativamente a vida do homem e o seu ambiente. Segundo Hobsbawm (1996, p. 30), o século XX foi o mais violento da história da humanidade, por ter sido um tempo marcado por um progresso científico jamais visto, duas guerras mundiais, crises econômicas de toda ordem, prosperidade desigual, revoluções comportamentais e políticas, dentre outras. Nas palavras do autor, trata-se de “um século breve, pela aceleração assumida pelos eventos históricos e pelas transformações na vida dos homens, que ocorreram num ritmo cada vez mais vertiginoso”.

É nesse contexto acelerado e marcado por mudanças jamais vistas que analisaremos a Instituição eclesiástica por meio de seus pontífices. Estes que buscaram, cada qual a sua maneira, governar, manter a Igreja com o bastão da ordem, da ética e do transcendente num mundo de aceleradas mutações. Foi na era de Pio X (1903-1914) que a Igreja travou um forte embate com a sociedade moderna que tinha se afastado, conforme seus princípios, de Deus e conseqüentemente, dos valores defendidos pela Instituição. Essa leitura é feita pelo próprio Papa:

Vemos na maioria dos homens extinto todo respeito por Deus Eterno, sem mais atenção a sua suprema vontade nas manifestações de vida pública e privada... Quem considera tudo isso tem razão de temer que essa perversidade de mentes seja como que um ensaio e talvez até o começo dos males que estão reservados para os últimos tempos. (PIO X, 1903 apud ZAGHENI, 1999, p. 235)

A manifestação mais rigorosa da Igreja contra a modernidade foi estabelecida por meio do documento *Motu Próprio Sacrorum Antistum* (Ofício do ministério dos bispos), nele Pio X impunha um juramento antimodernista, obrigatório para diversas categorias profissionais. Nesse documento adotava-se medidas drásticas como a excomunhão para quem não fosse obediente à voz da Igreja. Romualdo Dias (1996) em seu trabalho sobre a Igreja diz:

A mentalidade moderna ameaçava a unidade visível da instituição eclesial e destruía sua soberania à medida que recusava qualquer tutela sobre a razão e sobre o ordenamento social. Daí a intolerância diante desta mentalidade e o rigoroso zelo doutrinal, que resultou numa concepção excessivamente instrumental da Igreja, com perigosas repercussões na religiosidade. Diante dos indivíduos que experimentavam a liberdade, a Igreja se antepunha como um freio e um instrumento disciplinador. Diante das oscilações de um debate que buscava estabelecer novas relações entre autoridade e liberdade, ela, zelosa por seu poder, apresentava o papa como autoridade absoluta. (DIAS, 1996, p. 48).

Segundo o autor, para proteger a fé e reforçar as noções cristãs junto à sociedade, Pio X empreendeu amplas reformas e mudanças internas na Igreja que abrangiam todos os aspectos da vida cristã: o culto, a disciplina e a integridade doutrinária. Tudo isso para que os católicos tivessem uma correta orientação em relação a sociedade e aos Estados. Para tal, o Sumo Pontífice tinha como objetivo “Restaurar tudo em Cristo”⁷, ou seja, tornar a comunidade católica mais “espiritual e livre” dos desvios doutrinários.

Percebendo a necessidade de uma coleção sistemática de regras na Igreja, o Papa Pio X determinou a redação de um Código de Direito Canônico⁸ que continha leis que visavam à centralização do poder da Instituição nas mãos do Papa e das Congregações romanas. Com isso, o líder espiritual da Igreja tendia a criar

⁷ Foi o lema assumido pelo Papa Pio X quando foi eleito em 04 de Agosto de 1903.

⁸ O Código de Direito Canônico, preparado por Pio X e promulgado por Bento XV em 1917, constava de 2.414 cânones. No dia 23 de novembro de 1983, entrou em vigor na Igreja novo Código de Direito Canônico, inspirado nos princípios do Concílio Vaticano II, composto de 1.752 cânones.

condições para uma certa uniformidade na Instituição. O grande risco que poderia ocorrer era de prevalecerem os elementos jurídicos sobre os carismáticos, uma vez que o código tomou como modelo a codificação civil. (ZAGHENI, 1999, p. 242).

Outra reforma substancial proposta por Pio X ocorreu na área da catequese quando foi publicada a encíclica *Acerbo nimis* (Causa dos males presentes) de 1905, para afirmar a fundamental importância do ensino da doutrina cristã e para cessar qualquer ignorância religiosa. A responsabilidade de transmitir essa catequese foi confiada aos párocos e, também, aos catequistas leigos.

O catecismo tinha normas práticas que deveriam ser seguidas por toda a Igreja e servia, também, para preparar as crianças para a primeira comunhão e crisma e preparar os fiéis para o sacramento da confissão. Outra função da obra era orientar o sermão dos padres nas missas dominicais e nortear as aulas dos professores das escolas onde eram ministradas aulas de religião. De uma forma ou de outra, o catecismo de Pio X formou todas as gerações do início do século praticamente até o Concílio Vaticano II. (ZAGHENI, 1999, p. 246).

A reforma na liturgia da Igreja foi, também, uma preocupação de Pio X⁹, essa reforma se deu no campo da música sacra, no breviário e na eucaristia. Quanto à música sacra o Papa estabeleceu que ela estivesse a serviço da liturgia e que, durante as celebrações litúrgicas, só o celebrante poderia cantar sozinho. As mulheres eram do coro e era proibido o uso de instrumentos como o piano, tambores, bumbos, pratos ou qualquer instrumento de percussão. O Papa propunha, ainda, a restauração do canto gregoriano por meio dos monges beneditinos. A reforma do breviário, livro de oração dos clérigos e dos religiosos, foi adaptado para que a prece da Igreja estivesse de acordo com as exigências litúrgicas. Em relação à Eucaristia, era recomendada a comunhão diária como “remédio para a fragilidade humana” e para manter os fiéis afastados do pecado venial. (ZAGHENI, 1999, p. 249).

Com o programa de “Restaurar tudo em Cristo”, Pio X deixou significativo legado que fundamenta e orienta as ações da Igreja hodierna nos seus principais campos de ação: catequese (ensino), liturgia (celebrativo) e Direito Canônico (Jurídico).

⁹ Foi no magistério de Pio X que se acenou, pela primeira vez, para a participação ativa dos fiéis na liturgia.

O período que segue, o do pontificado de Pio XI (1922-1939) foi marcado por um contexto de vários acontecimentos políticos que trouxeram fortes inquietações para a Igreja Católica. Encontramos uma humanidade oprimida pelos totalitarismos presentes na sociedade: fascismo, nazismo, stalinismo;¹⁰ grandes diferenças ideológicas entre as nações e os valores cristãos e os valores cristãos hostilizados e perseguidos por muitos, inclusive sob a ameaça de extinção.

Foi num contexto contraditório e respondendo a esses desafios que Pio XI atuou, por um lado, contra as ideologias dominantes e, por outro, fazendo alianças, estabelecendo, todavia, relações precisas com alguns governantes, como é o caso do italiano Mussolini. Tal relação permitiu, por exemplo, a criação, no ano de 1929, do Estado do Vaticano, de onde emana todo o poder da instituição, desde então.

Em meio ao conturbado contexto da primeira metade do século XX, a Igreja procurou confirmar sua autoridade moral e religiosa publicando várias encíclicas: *Divini illius Magistri* (Divinos seus professores); *Casti connubii* (Casamento Casto); *Quadragesimo anno* (Quarenta anos da publicação da *Rerum Novarum*) e *Mit brennender Sorge* (Com profunda preocupação) para orientar seus fiéis e todos aqueles que tinham uma responsabilidade na religião. (ZAGHENI, 1999, p. 262).

O Sumo Pontífice tinha uma visão clara e profunda sobre a situação em que se encontrava o mundo: nacionalismo exagerado, discórdias internas em diversos países, lutas de classe e desagregação da sociedade. Relata o Papa: “Deus foi expulso da Legislação, da escola, da família, da redução do matrimônio a mero contrato civil e da rejeição da autoridade da Igreja”. (ZAGHENI, 1999, p. 263).

A Igreja, confiando ser a única depositária e intérprete do pensamento divino, e sob os princípios de seu dirigente maior, também, acreditava ser a única “mestra” e “guia” da sociedade, sendo a exclusiva Instituição verdadeiramente capaz de promover tanto a paz interna dos indivíduos quanto a paz externa entre as nações se todos voltassem a confiar nos seus princípios.

Para se contrapor ao ateísmo que se instalara no mundo moderno, o Papa Pio XI instaurou a Ação Católica como instrumento de apostolado leigo, desde que submisso à hierarquia eclesiástica. Assim, tinha em vista instaurar a recristianização

¹⁰ Os regimes totalitários nasceram em oposição ao sistema liberal e pela irrupção da crise econômica pós-guerra. Eles se configuraram da seguinte forma: com o fascismo na Itália tendo como principal expoente Mussolini; com o Nazismo na Alemanha representado por Hitler e o Stalinismo na União Soviética representado por Stalin. (HOBBSAWN, 1996, pp. 61-89).

do social e também promover uma grande coesão interna na Instituição por meio de uma organização das paróquias. Com isso, o Papa deixou como herança para seu sucessor uma Igreja fortemente centralizada e unida. (SAVIANI, 2008, p. 256).

O cardeal Pacelli, ao ser eleito Papa para suceder Pio XI, adotou o nome de Pio XII. Em seu pontificado presenciou a Segunda Guerra Mundial e a violência desencadeada pelos totalitarismos no ocidente. Tal situação marcou profundamente a ação pastoral. Em um de seus pronunciamentos, por meio da imprensa escrita romana, Pio XII apelou veementemente pela paz. A história demonstra que seus apelos, afinal, não foram ouvidos.

O momento é novamente grave para a família humana; é a hora de tomada de tremendas decisões, das quais não pode desinteressar-se o nosso coração, não deve desinteressar-se nossa autoridade espiritual, vinda de Deus para conduzir os espíritos pelos caminhos da justiça e da paz. E ei-nos unidos a vós todos, que neste momento carregais o peso de tanta responsabilidade... Ei-nos convosco, condutores de povos, homens da política e das armas...; hoje que a tensão de espíritos parece ter chegado a tal ponto que se julga iminente o desencadeamento do tremendo turbilhão da guerra, dirigimos com ânimo paterno um novo e mais veemente apelo aos governantes e aos povos... É com a força da razão, não com a das armas, que a Justiça se imporá... Retomemos a negociação... (L'Osservatore Romano, 25 de Agosto de 1939 op. cit. ZAGHENI, 1999 p. 314).

Por intermédio da discussão empreendida até agora, podemos perceber que grande parte da ação da Igreja ao longo dos séculos XIX e XX diz respeito à recuperação de seu poder temporal, fortemente abalado em função da dessacralização do mundo e do inexorável processo de crescimento capitalista em curso.

Isso pode ser constatado pelas principais encíclicas e documentos produzidos, tais como a *Mystici corporis* (O corpo místico) de 1943, que apresentava a Igreja como Corpo místico de Cristo e propunha uma maior valorização do leigo e a *Mediator Dei* (Mediador entre Deus) de 1947, que versava sobre a Sagrada Liturgia como forma de estimular a maior participação dos fiéis nos ritos e no processo de renovação da própria Instituição.

Pio XII também incentivou sobremaneira a devoção ao Sagrado Coração de Jesus e a Nossa Senhora definindo, em 1950, o dogma da Assunção de Nossa Senhora, e instituindo 1954 como Ano Mariano. Dessa forma, incentivou as

peregrinações aos grandes santuários marianos, bem como a realização de numerosos congressos marianos mundo afora. (ZAGHENI, 1999, p. 310).

Por meio das vozes e manifestações dos principais dirigentes da Igreja, os papas Pio X, Pio XI e Pio XII, vimos como a Instituição católica enfrentou de maneira emblemática e apologética os problemas e as mazelas do século XX confirmando sua missão de salvaguardar seus valores e princípios e, sobretudo, deixando clara sua posição civilizadora/ política frente as principais questões postas nesse conturbado século.

1.5 A Igreja Católica no Brasil

1.5.1 Aspectos históricos da colonização até o início da república

No caso específico da história nacional, é impossível dissociar a história da Igreja do próprio desenvolvimento da cultura brasileira. No entanto, conforme bem demonstrou Azevedo (1943), também no Brasil a hegemonia católica foi fortemente abalada diante de um mundo que se transformava inexoravelmente em função, sobretudo, das transformações capitalistas que de forma heterogênea se disseminaram não apenas na Europa e nos Estados Unidos, mas, também na América. Segundo o autor

A religião teve, no período colonial, uma influência sem dúvida preponderante e quase exclusiva na organização do sistema de cultura que, tanto no seu conteúdo como nas suas formas e instituições, acusa fortemente essas relações de estreita dependência entre cultura e a religião. Não são apenas pontos de contato que estabeleceram, entre uma e outra, zonas de influência e interpenetração, mas verdadeiros vínculos que as prendem, desde as suas origens, entrelaçando-lhes as raízes, e obrigando-nos a entroncar a história cultural em sucessos, instituições e influências religiosas. Tributária da religião, de cuja seiva se alimentou por largo tempo, a cultura, só mais tarde e, especialmente, no século XIX, se desprende da Igreja, sem deixar de ser cristã no seu espírito e nas suas manifestações. (AZEVEDO, 1943, p. 265).

Nota-se que Azevedo enfatiza a estreita relação entre religião e vida intelectual na formação/civilização do brasileiro, de maneira que não podemos separá-las, porque foi de intenção, forma e fundamentos religiosos – mas não apenas deles, bem sabemos - que se desenvolveu a cultura em nosso país.

Ainda segundo o autor, o Brasil nasceu cristão por conta da “fé que ardia no peito dos descobridores” e pela maneira como foi solenizada a chegada e a posse dos primeiros colonizadores. A entronização da grande cruz de madeira trazida pelos portugueses, a celebração da santa missa a céu aberto por frei Henrique de Coimbra em Porto Seguro e, principalmente, o nome de Ilha de Vera Cruz dado por Pero Vaz de Caminha, deixavam claros os sentimentos religiosos que pairavam na vida daqueles que aqui chegaram. A propagação da fé católica foi, ao fim e ao cabo, um dos eixos basilares da nova civilização. Essa obra de intensa difusão da fé deu-se de maneira mais evidente em 1549, com a chegada dos primeiros missionários jesuítas que vieram com a missão conferida pelo rei Dom João de converter os gentios. Dizia o rei ao se referir aos missionários: “Porque a principal coisa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente delas se convertesse a nossa santa fé católica”. (SAVIANI, 2008, p. 25)

O autor ainda nos indica que a inserção do Brasil no complexo cenário internacional do período se deu por meio de um processo que envolve três aspectos distintos, mas articulados entre si: a colonização, a educação e a catequese. Para ele, no período colonial, a educação tinha na catequese sua idéia-força e contou com a contribuição imprescindível de diversas ordens religiosas como Franciscanos, Beneditinos, Carmelitas, Mercedários, Oratorianos e Capuchinhos.

O destaque para uma ação mais efetiva dos jesuítas, segundo Saviani (2008, p. 41), ocorreu em função do apoio da coroa portuguesa, que incentivou sobremaneira primeira fase da educação religiosa, marcada pelo plano de instrução elaborado pelo padre Manuel da Nóbrega. O modelo jesuíta compreendia o aprendizado da língua portuguesa (para os indígenas), o ensinamento da doutrina cristã, a função da escola de possibilitar o acesso à leitura e escrita, o aprendizado profissional e agrícola e o domínio da gramática latina para aqueles que iriam realizar os estudos superiores na Europa.

Já Baeta Neves (1978), utiliza o conceito de semelhança para explicar as ações estratégicas dos jesuítas, bem como para mostrar sua atuação educativa no processo catequético/civilizatório do século XVI.

A Companhia de Jesus foi fundada para difundir a Palavra especialmente a povos que não a conheciam – e por meio de uma socialização prolongada. Dirigem-se a homens que não são, portanto, iguais a si – e quer transformá-los para incorporá-los à cristandade. Duas diferenças primeiras: não são padres e não são cristãos. Uma semelhança: são *homens*. É esta semelhança somada àquelas diferenças que dão a possibilidade e o sentido do plano catequético. A catequese é, então, um esforço racionalmente feito para conquistar homens; é um esforço para acentuar a semelhança e apagar as diferenças (pelo menos a segunda delas). (BAETA NEVES, 1978, p. 45).

Os jesuítas tiveram uma ascensão econômica muito expressiva, assegurada por um grande patrimônio que foi se constituindo conforme a colonização avançava e que incluía colégios, seminários, Igrejas, casas de aluguel, fazendas, engenhos e grande número de escravos. Todos esses bens materiais eram considerados “bens divinos” porque davam condições para acontecer a obra evangelizadora. Tanto poder terreno acabou provocando um conflito com a coroa portuguesa que culminou na expulsão da Ordem do Brasil, fato ocorrido em 1759. (SAVIANI, 2008, p. 75).

Fernando de Azevedo (1943) compreende que no cenário social brasileiro nos tempos do Império, mesmo com o abatimento do poder jesuíta no Brasil,

A religião continua um elemento vital da sociedade; estabelece-se uma troca permanente entre a Igreja e o século; surgem batinas liberais e revolucionárias na revolução de XVII, em que aparecem 32 representantes do clero, e em outros episódios, tão expressivos da comunhão, em que se entremeavam a sociedade política e a sociedade religiosa; os monges tornam-se bispos, e os bispos e padres, políticos; e os dois cleros, os regulares e o diocesano, que foram os principais fatores da vida intelectual do país, com essa interpenetração do religioso e do profano, participam ativamente de todas as manifestações da vida política e social. (AZEVEDO, 1943, p. 290).

É impossível afirmar que essa mistura do poder religioso e temporal que caracterizou a história da Igreja no Brasil pode ser vista mais claramente quando observamos a história da maçonaria, por exemplo. Apesar desta forma de associação ser condenada veementemente por vários papas, atraiu muitos católicos leigos e também um grande número de altos representantes do clero brasileiro, figuras proeminentes como Cônego Januário da Cunha Barbosa, o padre Diogo Antonio Feijó, o Conde de Irajá, Frei Santa Teresa de Jesus Sampaio dentre outros.

Discutindo as relações entre Estado e Igreja, Azevedo afirmava que,

A religião católica era, de fato, a religião oficial. No país colonizado e civilizado à sombra da cruz, a sua vida, não só religiosa, mas moral e intelectual, e ainda política, durante cerca de três séculos, se desenvolveu em grande parte senão por iniciativa, ao menos com a participação constante do clero. A Igreja desempenha, na cidade, um papel de primeira ordem; e oculto, entretido sob suas abóbadas, em suntuosas cerimônias e solenidades, as procissões o espalham nas ruas, com a magnificência de seus cortejos, entre as multidões ajoelhadas à passagem do Santíssimo, sob o pátio augusto sustentado por sacerdotes. As missões apostólicas e as visitas pastorais alargam cada vez mais as fronteiras religiosas, dilatando e fortalecendo seus domínios até as vilas e os últimos rincões do sertão. A posição social dos padres, nota Rugendas, nos princípios do século XIX, é um dos traços mais belos e característicos do espírito moral dos colonos do Brasil: são conselheiros, amigos da família, consoladores, protetores dos oprimidos, mediadores nas dissensões e inimizades. É ainda a Igreja que preside, pelo seu clero e especialmente pelas ordens religiosas, à formação da mocidade, nos conventos e nos colégios de padres. (AZEVEDO, 1943, p. 292).

Podemos perceber, portanto, que no caso da história brasileira a atuação dessa Instituição não se restringiu apenas ao que acontecia dentro das Igrejas. A história do catolicismo no Brasil confunde-se sobremaneira com a construção da própria sociedade nacional. Seu poder não se restringia, apenas, às questões estritamente religiosas. Muito pelo contrário.

1.5.2 A Igreja Católica no início da República

Fausto (1990); Schwarcz (2000); Carvalho (2003) e outros demonstraram que o final do século XIX foi marcado pela modernização do Estado e pela inserção de ideias, práticas e técnicas inéditas em diversos setores da sociedade (engenharia, medicina, direito, educação, etc).

O capital que era investido no comércio escravagista, por exemplo, passa a ser aplicado na lavoura cafeeira e em outras atividades financeiras e industriais. Surgem fábricas, bancos, estradas de ferro e a comunicação telegráfica. Enfim, foi uma época de grandes inovações. Com o fim da escravidão um forte movimento imigratório se inicia, surgem novos padrões econômicos apoiados no capitalismo

internacional, tem-se um crescimento demográfico vertiginoso, bem como a expansão da monocultura cafeeira.

Uma das crenças que movia parte da elite ilustrada brasileira de então era a da necessidade imediata do *progresso*. Um progresso relacionado a difusão da ciência e do positivismo – e em oposição à religião, visto que esta representaria um verdadeiro atraso cultural a atravancar a vida das pessoas e das nações. Em tal contexto, o governo imperial apresentou um projeto à Assembléia Geral Legislativa, propondo a liberdade de culto entre as pessoas – o que foi recebido com grande pesar pelos líderes da Igreja. De fato, a partir daí, as relações entre a Igreja e o Estado no Brasil ficaram fortemente abaladas. O bispo Dom Antonio, do Pará, por exemplo, fazia o seguinte apelo as autoridades de então:

Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da Nação. É mister bem considerarmos o verdadeiro estado de nossa sociedade. Nós estamos finando por falta de crenças. O indiferentismo é que nos mata (...) A Igreja entre nós está diminuída no seu prestígio. O nosso clero abatido, mendicante e muitíssimo desfalcado em número. Os bispos sem meios de formar novas vocações. Estamos privados do auxilio eficaz das Ordens Religiosas (...) Não se tem permitido ao Episcopado reunir-se para dar algum remédio aos abusos que fazem gemer a nossa Igreja. E se o nosso Chefe espiritual, o Sumo Pontífice, envia-nos ordens ou conselhos para direção de nossas consciências, dá-se rebate no Parlamento, como se se tratasse da invasão de um inimigo nas fronteiras do Império. Olhando, pois, para o lado do campo católico, esta é a nossa situação: estamos enfraquecidos, desamparados e ainda em cima presos nas algemas do regalismo. Se olharmos para o outro campo, que vemos? Vemos o materialismo e o ateísmo corrompendo a mocidade do alto das cadeiras de nossos liceus e academias. Vemos propagar-se por toda parte o princípio de que a ciência é antítese da fé... (COSTA, 1956 apud MATOS, 2002, p. 244).

Enfim, a 15 de novembro de 1889 é proclamada a República. O novo regime, segundo Matos (2002) e Carvalho (2003), era uma aspiração de um grupo elitizado que queria ver seus interesses contemplados. A Igreja também compunha um desses grupos e, mesmo descontente com a ampla influência positivista em relação aos republicanos mais radicais, saúda as mudanças diplomaticamente: “Arcebispo da Bahia com seu clero saúdam na pessoa de Vossa Excelentíssima novo regime estabelecido e imploram bênçãos do céu sobre os esforços dos filhos da Terra de Santa Cruz pela prosperidade e felicidade da mesma”. (LUSTOSA, 1990, apud MATOS, 2002, p. 252).

O que mais preocupava a Igreja em relação à República era a elaboração de um decreto que determinaria a separação total entre Igreja e Estado. O que de fato aconteceu. O episcopado brasileiro reage com reservas ao decreto, denunciando o que era chamado de “ateísmo social”. Um temeroso Dom Luis Antonio, arcebispo da Bahia, rogava que o Marechal Deodoro não deixasse tal separação acontecer. Suas súplicas não foram atendidas.

Ilmo. Exmo. Sr. General Deodoro. A presente é de caráter todo reservado... Meu excelentíssimo Amigo, Sr. General, depois de muitas notícias animadoras que aqui têm circulado, anunciou o telégrafo há dois dias que em breve serão publicados os Decretos da separação da Igreja do Estado, casamento civil e secularização dos cemitérios. A presença de Vossa Excelência à frente do Governo provisório é uma garantia para a fé. Eu não creio, portanto, que tal aconteça. Mas, Exmo. Sr. General, a gravidade do assunto é tal, que todo o conceito que V. Exa. Merece de quantos o conhecem de perto não me pôde ainda tranquilizar, e é para tirar de minha consciência esta tribulação que venho rogar a V. Exa., pelas entranhas de Nosso Senhor Jesus Cristo, não consinta que façam da gloriosa espada de V. Exa. Instrumento de destruição da fé do povo brasileiro; do mesmo modo não deixe que deslustre um nome – até aqui venerado e hoje idolatrado por esse povo que por confiar na pessoa de V. Exa. Abraçou sem temor e com toda confiança a nova forma de governo que hoje temos. V. Exa. Conhece de ciência própria o que é a fé no coração dos nossos compatriotas. Tocar nesse dom precioso que Deus nos deu será um justo motivo de desgosto, que certamente fará nascer qualquer desconfiança da parte dos brasileiros para com V. Exa. E que foi o penhor de segurança e de ordem que o povo reconheceu na nova ordem de coisas (...) Não deixe V. Exa. Que o desviem do caminho edificante que toda a sua família tem seguido diante de Deus... (BARBOSA, 1945, apud MATOS, 2002, p. 257).

No dia sete de Janeiro de 1890 foi promulgado o decreto 119-A que determinava a separação total de Igreja e Estado, extinguindo o Padroado (Art. 4.º). O documento também abria espaço para a liberdade de diversos cultos ou denominações e reconhecia para todas as manifestações religiosas o direito de adquirir bens, desde que as mesmas fossem reconhecidas como sociedades ou associações legalmente constituídas. (MATOS, 2002, p. 255).

Depois da implantação da República, a primeira manifestação por parte dos bispos do Brasil, foi a Carta Pastoral Coletiva de 19 de março de 1890. Nela encontramos o germe de uma pastoral conjunta para ação diante dos problemas que a Igreja estava enfrentando. Os bispos defendiam o retorno à união entre Estado e Igreja que historicamente existiu no Brasil.

Queremos, sim, a união; mas essa união que resulta do acordo e da harmonia, que é a única compatível com o sagrado dos interesses confiados à nossa guarda, com o decoro e a honra do nosso sacerdócio, com a própria dignidade e os verdadeiros interesses do outro poder. Os bispos reprovam categoricamente uma visão regalista da união como existia no Império: “Entre nós, a opressão exercida pelo Estado em nome de um pretenso padroado foi uma das principais causas do abatimento da nossa Igreja, do seu atrofamento quase completo. Era uma proteção que nos abafava. Não eram só intrusões contínuas nos domínios da Igreja; era frieza sistemática, para não dizer desprezo...”. Uma união bem entendida só pode produzir efeitos benéficos para o Estado, sendo a separação radical, ao contrário, uma ameaça para a própria estabilidade da Nação. “Onde a Religião floresce, reina a paz, a ordem, a prosperidade pública; porque então estas grandes coisas, a que deve aspirar uma Nação, assentam inabaláveis sobre os fundamentos da justiça, do direito, da moralidade e da liberdade (...) República sem Deus é que não pode durar. É casa edificada sobre a areia. A primeira torrente, a primeira ventania dará com tudo em terra. Se a nossa se fundasse em Deus, contra Deus, o mundo só a conhecerá pelo estrondo de sua ruína... A ação da Igreja será para o Estado a mais salutar; e os filhos dela, os melhores cidadãos, os mais dedicados à causa pública, os que derramarão mais de boa mente o seu sangue em prol da liberdade da Pátria”. (RODRIGUES, 1981, apud MATOS, 2002, pp. 260/61).

Para José Carlos Souza Araújo (1986, p. 84), na visão do episcopado, é evidente que o Estado deve ser um colaborador da Igreja. Apesar de serem autônomos, a identidade está no fato de terem os mesmos indivíduos sob dupla jurisdição. Isso posto, considera-se que os membros de ambas as instituições não devem ser antagônicos já que os cidadãos têm as leis civis e devem obedecê-las e os fiéis tem a leis eclesiásticas para normatizar suas vidas; uma lei não pode excluir a outra.

A proclamação da República e a promulgação da primeira Constituição Republicana, em 24 de Fevereiro de 1891 trouxeram novos desafios para a Instituição Católica, uma vez que a Igreja e o Estado passaram a ser instituições separadas e o catolicismo deixou de ser a religião oficial do Brasil. Importantes funções que eram monopolizadas pela Igreja Católica, foram definitivamente atribuídas ao Estado, tais como a administração dos cemitérios, a realização do casamento civil, o monopólio da educação pública etc. Com isso, houve um enfraquecimento no poder político e social da Igreja. (SAVIANI, 2008, p. 180).

Além desses problemas externos, internamente a hierarquia católica viveu o início da República empreendendo múltiplas tentativas para se organizar. Porém, o fortalecimento da Igreja encontrou alguns obstáculos no seu percurso, tais como, um clero mal formado e sem condições de enfrentar as mudanças políticas e sociais em curso e os fiéis que viviam uma religiosidade distante da doutrina.

A sensação compartilhada por muitos membros era a de que a Igreja estava esquecida pelos poderes públicos e que ainda por cima assistia às instituições políticas se afastarem de seu raio de ação. Os dirigentes católicos diziam, ainda, que existia um indiferentismo religioso generalizado na sociedade brasileira e que a instituição família, tão cara à Igreja, estava se “decompondo”. Isso sem falar na forte oposição da maçonaria, que fazia recorrentes campanhas contra o catolicismo. (DIAS, 1996, p. 23).

Preocupada em proteger os princípios evangélicos e manter coerência com as diretrizes formuladas pela Santa Sé a Igreja realizou, em Roma, um Concílio Plenário com os bispos da América Latina na intenção de aproximá-los mais da Santa Sé e de alinhar a Igreja da América às diretrizes romanas.

Em atenção ao clamor dos bispos brasileiros em Roma, o Papa criou novas dioceses (circunscrições eclesiais) para melhor atender seus fiéis, uma vez que no período da proclamação da República, o Brasil contava apenas com uma arquidiocese e onze dioceses para atender uma população de mais de treze milhões de habitantes, sendo assim, no mesmo ano, erigiu mais quatro novas dioceses: no Amazonas, na Paraíba, em Niterói e Curitiba e posteriormente foi criada a diocese do Espírito Santo. (DIAS, 1996, p. 33).

Para frei Henrique de Matos (2003, p. 38), outro fator marcante para a reconfiguração da Igreja do Brasil pós república foi o crescente número de missionários e missionárias que vieram para o país – um número crescente de Ordens Religiosas, sendo 31 masculinas e 71 femininas. Entre os fatores que as trouxeram para o Brasil estão a política anticlerical de vários países europeus no início do século XX, com a expulsão de contingentes inteiros de religiosos. O aumento de congregações femininas, por sua vez, também está relacionado à simbologia positiva envolvendo as religiosas, já que a vida consagrada feminina era um meio de promoção social para as mulheres.

Esses religiosos – homens e mulheres – atuavam no campo da educação católica, mais especificamente em colégios de propriedade das ordens religiosas e

seus clientes eram provenientes, em sua maioria dos setores mais abastados da população.

Ao mesmo tempo em que procuram formar na fé católica as classes médias urbanas, os religiosos e religiosas passam a ter entre eles seu desenvolvimento social e econômico. [...] Em síntese, pode-se afirmar que a fundação de paróquias e colégios entregue à direção de religiosos e religiosas europeus tinha como finalidade específica, na mente dos bispos, fazer frente ao laicismo dominante na República. Mas tais obras constituíam, ao mesmo tempo, a base econômica indispensável para o desenvolvimento dos diversos institutos religiosos. Não recebendo mais o apoio do Estado, era na burguesia e na classe média urbana que encontravam eles o suporte material mediante a prestação de serviços religiosos e educacionais. (AZZI, 1994, apud MATOS, 2003, p. 38).

Bem sabemos, no entanto, o quanto os religiosos se empenharam também no auxílio dos pobres e desvalidos, fundando ou dirigindo asilos, orfanatos, sanatórios, santas-casas e tantos outros espaços destinados ao cuidado e à educação de crianças, doentes e idosos. (SAVIANI, 2008, p. 180).

Em suma a Igreja no Brasil, bem como em várias partes do mundo, vinha passando por dificuldades no que dizia respeito à manutenção do poder temporal. Basta analisarmos os documentos referentes ao seu magistério para percebermos todo esforço que esta Instituição fez para recuperar espaços perdidos.

Poderíamos inferir que Marx, ao dizer que os homens e instituições do século XIX sentiam que “tudo o que é sólido desmancha no ar, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente forçados a enfrentar com sentidos mais sóbrios suas reais condições de vida e sua relação com outros homens” (MARX, 1844) bem poderia estar se referindo à história da Igreja, que via escapar de suas mãos parte significativa do poder construído até então.

1.5.3 A reconstrução do modelo de cristandade

Na década de 1920, o Brasil passa por uma profunda crise causada pelas mudanças socioeconômicas em curso e pela ascensão progressiva de forças sociais emergentes provenientes dos centros urbanos, e essa alteração na sociedade atinge

diretamente a estrutura eclesiástica. O tradicional modelo das elites latifundiárias ligadas à agro exportação, sobretudo do café, é colocado em xeque – a burguesia começa a se movimentar com reivindicações políticas. Uma parcela significativa dos militares torna-se porta voz dessas novas aspirações.

Para Frei Henrique Matos (2003, p. 54), o momento era propício para uma reaproximação entre Igreja e Estado. O governo solicita explicitamente sua colaboração para desarticular os movimentos sociais revolucionários; vê na instituição eclesiástica um instrumento eficaz para restabelecer a ordem e a autoridade. Esta instituição, por sua vez, vê nessa reaproximação a possibilidade de restaurar o Estado Cristão.

Passa, deste modo, para uma política ofensiva, alegando que a instabilidade do país era a consequência lógica do abandono público dos “princípios éticos”, dos quais a Igreja se fazia portadora e guardiã. O episcopado brasileiro rapidamente assumiu a obra restauradora buscando um reordenamento social fundamentado nos valores cristãos. Percebe-se que os bispos do Brasil, embora sendo fiéis ao magistério da Igreja, tiveram uma mentalidade mais aberta em relação aos problemas que tocavam os homens daquela época.

Para Romualdo Dias (1996, p. 52), Dom Sebastião Leme¹¹, segundo cardeal brasileiro e arcebispo do Rio de Janeiro, foi o grande líder do episcopado nacional nas décadas de 1920 e 1930 e reafirmou a posição dos pontífices de que a sociedade havia se afastado de Deus e a nação católica estava sendo governada por homens que não professavam a mesma fé. Já havia afirmado isso em sua carta pastoral programática de 1916, destacando que as leis e o governo tinham se afastado dos princípios cristãos:

Na verdade, os católicos somos a maioria no Brasil, no entanto, católicos não são os princípios e os órgãos da nossa vida política. Não é católica a lei que nos rege... leigas são nossas escolas, leigo o ensino... Enfim, na engrenagem do Brasil oficial não vemos uma só manifestação de vida católica... Somos uma maioria que não cumpre os seus deveres sociais. Obliterados em nossa consciência os deveres religiosos e sociais, chegamos ao absurdo de formarmos uma grande força nacional, mas uma força que não atua e não influi,

¹¹ Sebastião Leme da Silveira Cintra nasceu em 1882 em Espírito Santo do Pinhal (SP), entrou no seminário em São Paulo e concluiu seus estudos em Roma. Foi ordenado padre em 1904 e nomeado bispo auxiliar no Rio de Janeiro em 1911, depois foi transferido como arcebispo de Olinda (1916) e voltou para o Rio de Janeiro em 1921.

uma força inerte. Somos, pois, uma maioria ineficiente... (LEME, 1916, apud MATOS, 2003, p. 48).

Conforme demonstraram Dias (1996), Saviani (2008), Cury (1986) e outros, para Leme a instrução religiosa e a *Ação Católica*, ou seja, a mobilização entre os vários setores da Igreja visando a reconquista do terreno perdido nas últimas décadas deveriam fazer parte das atividades principais do ministério de seu tempo. Dom Leme enfatizou também que a eficácia da pedagogia religiosa dependia das pregações feitas pelos sacerdotes nas celebrações das missas e sugeriu, ainda, uma participação e frequência maior dos homens nas celebrações litúrgicas, uma vez que a maioria do público das mesmas era composta de mulheres e crianças. Em suas cartas pastorais falou da importância da imprensa para a disseminação da instrução religiosa e a divulgação dos assuntos considerados nobres, em contraposição as futilidades do mundo moderno.

Dom Leme tinha também uma grande preocupação com todos os setores e pessoas da Igreja. Mas também, e principalmente, ele fazia questão de ter perto de si a elite intelectual de seu tempo. Para isso, dotou a ação dos católicos brasileiros de um fundamento mais sólido, criando para instâncias de debates permanentes, como o Centro Dom Vital, em 1922. Lá se aglutinavam os principais intelectuais católicos e este espaço se constituiu num local de sistematização de idéias orientadoras do empenho católico na busca de sua soberania social e política no Brasil. (CURY, 1986, p. 56).

Outra maneira que a Igreja encontrou para divulgar sua doutrina foi por meio da revista *A Ordem* organizada pelos mesmos dirigentes do Centro Dom Vital. Os intelectuais acreditavam que a imprensa católica deveria contribuir na restauração da sociedade, divulgando sua doutrina social, informando as atividades de seus inimigos e falando sobre os meios de combate ao ateísmo já experimentado nas diversas regiões do país. As denominações das duas iniciativas são reveladoras por si.

A palavra ordem evoca o lema da República, “Ordem e Progresso”, estampado na bandeira brasileira, de sabor positivista. Em face dos movimentos revolucionários que começam a se manifestar, os católicos, sob a liderança de Jackson de Figueiredo, levantam a bandeira da Ordem. A religião deve constituir um elemento de ordem na nação, em face dos movimentos considerados anárquicos. O nome Dom Vital lembra o caráter combativo do bispo de Pernambuco

na defesa dos direitos da Igreja contra as pretensões do regalismo imperial e contra o poder da maçonaria. A Restauração Católica será implantada mediante a apologia da fé contra o liberalismo, o positivismo e o protestantismo. (AZZI, 1977, apud MATOS, 2003 p. 101).

Como exímio defensor da fé católica, Dom Leme também lutava para que todos os movimentos religiosos que compunham a estrutura pastoral da Igreja fossem promovidos. Ele propunha, acima de tudo, que a debilidade social e a ignorância religiosa teriam que ser combatidas pela instrução religiosa, por meio da pregação, evangelização do operário, pela leitura, pela formação religiosa no lar e, sobretudo, pela escola. No campo político, Dom Leme criou formas de convivência e aproximação entre Estado e Igreja. Sua personalidade política evidenciou-se no papel que ele representou no processo de articulação e coordenação do episcopado brasileiro.

Nossas trincheiras católicas estão sendo invadidas pelo inimigo. Espiritismo, protestantismo, livre-pensamento, ódios sectários, anarquismo, o respeito humano, a descrença, enfim, e o indiferentismo religioso penetram em nossos arraiais. Alerta, soldados de Cristo. Mas... os soldados são poucos, os soldados jazem por terra, sonolentos, feridos de tédio, mortos de torpor... Eis chegado o momento das associações católicas. Elas que saiam no meio dos católicos que dormem, que saíam gritando: Camaradas, que fazeis? Dormis? Morreis? Levantai-vos... Jesus Cristo vos chama. Mortos, de pé! (LEME, 1918 apud MATOS, 2002, p. 49).

Além dos papas e dos bispos, pensadores católicos também escreveram, defenderam e assumiram com Dom Leme, nas décadas de 1920 e 1930, a obra restauradora da Igreja visando tanto o reordenamento social quanto a recuperação da autoridade católica.

Dentre esses intelectuais, talvez o porta-voz mais significativo tenha sido o sergipano Jackson de Figueiredo (1891-1928). Representante das aspirações do catolicismo e com grande capacidade de liderança do laicato, esteve junto ao Centro Dom Vital e à revista *A Ordem*. Foi ele, aliás, o primeiro presidente do Centro.

A Igreja, para Figueiredo, era a instituição capaz de garantir o equilíbrio na estrutura social. Ele combateu ferreamente o liberalismo, que ele tinha como a maior fonte de injustiça social, assim como condenou as idéias comunistas. Defendeu o princípio da autoridade afirmando que o homem precisava da mesma, já que a

hierarquia fazia parte da natureza humana e, desprezando-se este princípio, com certeza aconteceria à desordem social.

Segundo esse pensador, o restabelecimento do princípio da ordem e da autoridade deveria dar-se pela ação política de uma elite que doutrinasse a massa e que indicasse a recristianização da sociedade brasileira por meio do trabalho e do remodelamento da consciência católica. O propósito era fazer com que os princípios de obediência e respeito à autoridade predominassem na ação social do indivíduo.

Podemos destacar, ainda, dentre os intelectuais católicos a figura de Alceu de Amoroso Lima, o Tristão de Athayde, e do padre Leonel Franca. De um modo geral, esses pensadores viam a sociedade moderna de forma negativa, pois, quanto mais as pessoas se afastavam de Deus, mais elas se tornavam anárquicas e desordenadas. Esses pensadores também pressupunham que o reordenamento deveria ser realizado por uma elite que iria implantar entre as massas os princípios da autoridade. (SAVIANI, 2008, p. 180).

Além dos intelectuais católicos, outros grupos intermediários se organizaram por meio da *Ação Católica* para que a Igreja pudesse se posicionar diante dos desafios da modernidade. Como vimos, dentre esses grupos e organismos tivemos o Centro Dom Vital, fundado por Jackson de Figueiredo, em 1922. O seu papel esteve diretamente ligado à conjuntura social brasileira, pois foi fundado num ano importante na história política, intelectual e religiosa.

Segundo Lahuerta (2000), três revoluções nacionais iniciaram-se neste ano: uma revolução política, com o início do movimento tenentista que culminou com a Revolução de 30; uma revolução literária, representada pela Semana de Arte Moderna e finalmente uma revolução espiritual, encabeçada pelo Centro Dom Vital.

Foi criada também a *Liga Eleitoral Católica* (1932) dentro de uma conjuntura em que o país se preparava para elaborar uma nova Carta Constitucional. A liga era composta pela hierarquia da Igreja, ou seja, pelos bispos e padres além de intelectuais, grupos organizados e pela população em geral. Seu objetivo era mobilizar o eleitorado católico para apoiar os candidatos comprometidos com a doutrina social da Igreja nas eleições de 1933, para a Assembléia Nacional Constituinte e, em 1934, para a Câmara Federal. (CURY, 1986, p. 113).

Outra instância que a Igreja preocupou-se em atuar foi junto ao setor jovem. Os estudantes católicos organizaram-se para entrar na luta de restauração da ordem social fundando a *Ação Universitária Católica* (1929), que visava oferecer uma

educação religiosa e preparar militantes. Foi organizado, também, o *Instituto Católico de Estudos Superiores* com a pretensão de restaurar a harmonia e a integralidade nos domínios do saber que se encontravam aparentemente fragmentados pelo pensamento racionalista moderno. (SAVIANI, 2008, p. 256).

A Igreja, por meio do Centro Dom Vital, passou a organizar também o operariado católico em sindicatos. A instituição aproveitou a lacuna deixada pelo Estado e fundou a *Confederação Nacional dos Operários Católicos* (1932), trazendo para si os atores sociais que iam se constituindo ao longo do processo de industrialização no Brasil. (DIAS, 1996, p. 106).

Não obstante, sem dúvida que o ponto culminante de articulação da Igreja na reconstrução de uma identidade religiosa nas décadas de 1920 e 1930 ocorreu quando entraram em cena os grandes movimentos populares. A instituição recorreu a tais movimentos realizando os famosos “Congressos Eucarísticos” com uma força tão intensa que acabou aglutinando, de uma única vez, as elites, os intelectuais e os homens do poder público.

Para Matos (2003, p. 62), os “Congressos Eucarísticos” serviram para difundir a devoção a Jesus Sacramentado e tinham caráter catequético e doutrinário. Neles o assunto principal era o valor e a importância da Eucaristia e também a necessidade de um retorno para os valores cristãos. Tais eventos cultivavam a um só tempo dois princípios: o de despertar a crença e a fé nas pessoas e, também, reforçar o sentimento de patriotismo e amor à nação. Não é coincidência que o primeiro Congresso tenha sido celebrado por ocasião do Centenário da Independência, em setembro de 1922.

O tema do evento foi “A restauração cristã do Brasil pela vida Eucarística, principalmente na família, na infância e na mocidade”. Aqui percebemos quais eram os setores da sociedade tidos como mais importantes pela Igreja Católica.

Desse Congresso participaram os mais importantes líderes do clero e do laicato, chefes e pessoas de movimentos que traziam seus estandartes e respectivos cartazes e flâmulas, representando o que cada segmento significava dentro da Igreja, bem como qual era o valor moral defendido. Por exemplo, as “filhas de Maria” vestiam-se de branco, representando a pureza de uma moça distinta. No Congresso valorizaram-se, ainda, os símbolos nacionais, como a fita com as cores da bandeira, o hino nacional e a própria bandeira do Brasil. A inserção dos símbolos

pátrios nesse contexto religioso tinha o intuito de dizer que toda a nação deveria voltar-se para Deus.

Para a realização do evento todo o Brasil foi convocado a se unir e, no mesmo horário, sair pelas ruas em procissões com o Santíssimo, já que a procissão era símbolo de fé e de nacionalidade. O cortejo final foi reverenciado pelo presidente da República, ministros, embaixadores, senadores e grande número de deputados.

Outros dois acontecimentos importantes demonstrando a retomada do poder político da Igreja ocorrida ao longo dos anos de 1920 e 1930, foram a consagração do Brasil a Nossa Senhora Aparecida, no mês de Maio, e a construção do monumento do Cristo Redentor no Rio de Janeiro. (FAUSTO, 1998, p. 332).

No ano de 1933, nos mesmos moldes do Primeiro Congresso, foi celebrado entre os dias 03 e 10 de setembro em Salvador, na Bahia, o “Primeiro Congresso Eucarístico Nacional”, que defendeu os princípios da unidade, da autoridade e da ordem social. Como o Congresso aconteceu às vésperas da elaboração da nova Carta Constitucional do país, as energias católicas e as conferências do evento estavam todas voltadas para o tema.

Esses grandes movimentos que concentravam um expressivo número de pessoas deixaram clara não só a capacidade mobilizadora do catolicismo, mas também, e principalmente, demonstraram o fôlego renovado da instituição no que diz respeito à retomada de espaços públicos perdidos até então. Destaca-se, ainda, que muitas vezes, mesmo sem perceber, pessoas que não comungavam com os ideais da Igreja a reverenciaram participando desses grandiosos eventos.

CAPÍTULO II

A IGREJA CATÓLICA EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Neste capítulo abordaremos a temática da Igreja Católica em São José do Rio Preto, SP. O estudo será feito a partir da revisão histórica que busca identificar os momentos-chave para a institucionalização da Igreja naquelas plagas. Observaremos, para isso, os marcos de um percurso iniciado ainda na fundação do município, passando pelos principais eventos e ações levados a cabo pela instituição e que deixaram marcas civilizatórias/educativas na constituição da cultura no “sertão do Avanhandava”¹².

Se o nosso ponto de partida é a fundação do município, nosso ponto de chegada é o Primeiro Congresso Eucarístico, realizado em 1940. Em nosso entender, tal congresso foi o ponto culminante da trajetória da Igreja na região. Ressaltamos que nosso olhar para a história da instituição em termos regionais não busca a linearidade evolutiva dos fatos, pelo contrário. Procura trazer à luz uma instituição composta por homens e idéias postos no mundo, no sertão, e que buscaram, à sua maneira, disseminar a sua fé num mundo a ser desbravado.

Como já foi abordado no capítulo anterior, a Igreja Católica também se insere no bojo das discussões relacionadas a outros campos do mundo social, como o educacional, o político e o cultural. Em São José do Rio Preto não foi diferente. A Igreja nasce e cresce seguindo os parâmetros do catolicismo nacional que, por sua vez, ancorava-se nos posicionamentos da Igreja Romana. No entanto, ela dialogou com as particularidades e regionalismos locais, como observaremos a seguir.

¹² Sertão do Avanhandava era a forma como a região noroeste paulista era conhecida na virada dos séculos XIX/XX. Também nos anos de 1920 a cidade de São José do Rio Preto era chamada apenas de Rio Preto, até por volta de 1945, quando volta a ser conhecida e chamada pelo nome de origem.

2.1 A gênese do movimento migratório para o sertão paulista

Do Brasil colonial até épocas bem posteriores, era costume entre os fazendeiros a doação de um patrimônio (pedaço de terra) a um santo da devoção particular do doador e, geralmente, após o levantamento de uma cruz de madeira e construção de uma capela, iniciava-se um povoado. No caso de São José do Rio Preto a tradição foi mantida, sua história e fundação estão ligadas à questão religiosa e também à devoção popular.

Os pioneiros a ocuparem as regiões da província paulista foram os mineiros que estavam inseridos na onda migratória que marcou a história de Minas Gerais, iniciada entre fins do século XVIII e meados do século XIX. Esse movimento deixou um esvaziamento demográfico em numerosas regiões daquele Estado. Pierre Monbeig (1984), sobre a atuação dos mineiros, escreveu:

Vieram quase todos de Minas Gerais, os pioneiros que, a partir de 1850, se chocaram com os índios. Sua província não se restabelecera da crise econômica, acarretada pela decadência da mineração. Crescia a pobreza e contra isso o único remédio era a emigração. Perturbações políticas, a tentativa revolucionária de 1842, vieram reforçar as partidas dos mineiros para novas terras. Por fim, durante a Guerra do Paraguai, de 1864 a 1870, preferiu bom número deles correr os riscos da vida no sertão a sujeitar-se ao alistamento militar. (MONBEIG, 1984, apud BRANDI, 2002, p. 29).

herdeiros do casal, seu filho João Antonio Casemiro e sua esposa Maria Júlia da Conceição. Esta área concedida a Nossa Senhora não despertou, como era o esperado, interesse imediato para a formação de um povoado. Mas, em 1851, três anos após a doação, João Bernardino de Seixas Ribeiro e sua família, vindos de Casa Branca, fixaram residência no local já com a intenção de iniciar um povoado.

É importante frisar, nesse ponto, que, ao fixar-se no patrimônio doado e em cujas imediações já se fizera proprietário, João Bernardino fê-lo com ânimo de estabelecer as nascentes de um núcleo populacional. E tanto isso é verdade que três anos depois, ou seja, em 1855 – e esse fato não admite contestação por emergir do simples manuseio da coleção de leis provinciais, eram criados os Distritos de Paz e policial com sede em São José do Rio Preto. (NOGUEIRA, 1952, apud BRANDI, 2002, p. 41).

Seguindo Brandi (2002), com a fixação da primeira residência principiou - se um núcleo urbano e, dada a formação político-religiosa do Brasil, onde o catolicismo era a religião oficial, fez-se necessário a doação de outro patrimônio melhor localizado, só que agora para São José, uma vez que o primeiro, doado a Nossa Senhora do Carmo, não teve êxito e não vingou para a formação de um povoado. O doador foi o mesmo do patrimônio anterior - Luiz Antonio da Silveira, que registrou a escritura no município de São Bento de Araraquara, em 19 de Março de 1852. Certamente a devoção e a popularidade de São José entre os primeiros colonizadores, fizeram com que a cidade se desenvolvesse e houvesse interesse por parte de mais pessoas a se integrarem no recente povoado.

Com isso podemos ver que a fundação e colonização do povoado do “sertão” se deram por meio da crença religiosa e, certamente, contribuiu para formar a cultura espiritual de um povo e lançar as bases para a formação e expansão do catolicismo no interior do Estado.

2.2 A formação do Distrito e a organização político - administrativa local

Depois de algum tempo da fundação de um arraial nas terras de São José, firmou-se a luta pela institucionalização do “Bairro do Rio Preto”, a primeira

denominação que o local recebeu junto às autoridades de Araraquara e a província de São Paulo.

Os mineiros que lá chegaram e assumiram propriedades fizeram uma campanha reivindicando a criação do Distrito de Paz e de uma Subdelegacia de Polícia, apesar de não terem experiência em assuntos burocráticos. A necessidade imediata dessas repartições devia-se à longa distância para se fazer chegar a documentação necessária para o andamento do novo povoado. Provavelmente, foi João Bernardino de Seixas Ribeiro o articulador e coordenador dessa campanha para a criação do Distrito. Ele também exerceu outras funções importantes no distrito e depois município do “Bairro do Rio Preto” como Juiz de Paz, Subdelegado e vereador. (BRANDI, 2002, p. 77).



Figura 1. João Bernardino de Seixas Ribeiro (1819 – 1907). Considerado o fundador de Rio Preto, foi fazendeiro, negociante e primeiro-alferes (capitão da guarda nacional). Exerceu também a função de subdelegado no ano de emancipação política do distrito. Participou ativamente de todos os movimentos políticos-administrativos dos primórdios da cidade.

Fonte: BRANDI, 2002, p. 42.

A Igreja teve fundamental importância para a formalização burocrática do Distrito, uma vez que, para eleger o Juiz de Paz era necessário existir, ter uma Capela curada, ou seja, uma paróquia com a presença de um pároco no lugar. A cidade de Jaboticabal foi, portanto, a sede eleitoral do Distrito rio-pretense, já que

ela tinha uma Capela curada mais próxima e tinha melhor comunicação com o Distrito.

Em 20 de Março de 1855, o Conselheiro José Antonio Saraiva, atendendo integralmente os anseios dos pioneiros do Rio Preto, aprovou três instrumentos legais que favoreciam o povoado: a resolução baseada na lei n.º 20, de 27 de fevereiro de 1836, criando o distrito de Paz de São José do Rio Preto, município de São Bento de Araraquara, uma portaria determinando a primeira eleição para Juiz de Paz e uma resolução criando uma subdelegacia de Polícia no Distrito. (BRANDI, 2002, p. 105).

Esses cargos não existiam antes, quando a organização político-administrativa do Distrito ficava a cargo do governo provincial, mas com o crescimento dos núcleos urbanos, houve a necessidade da criação de novos cargos para o serviço público, tais como: o de Juiz de Paz, que era eleito de 4 em 4 anos, o de subdelegado de Polícia, responsável pela ordem, segurança e policiamento, o cargo de fiscal que era responsável pela arrecadação de impostos, o de arruador que zelava pelos terrenos e vias públicas, e o de inspetores de caminhos, responsáveis pelos reparos e conservação das primitivas estradas. (BRANDI, 2002, p. 131).

2.3 A presença da Igreja em São José do Rio Preto

A presença oficial da Igreja Católica em Rio Preto deu-se a partir de um movimento marcante de devoção popular em torno de São José de Botas, o padroeiro da cidade, cuja devoção inspirou os pioneiros a se unirem para a fundação e construção de uma igrejinha no sertão.



Figura 2. Imagem de São José entronizada na primeira Capela. Feita de madeira, a imagem tem pouco mais de 50 cm de altura. O santo carrega na mão esquerda o Menino Jesus e na outra mão um cajado com lírios na ponta. Segundo a tradição, a imagem foi encontrada numa choça indígena. São José é o patrono universal da Igreja Católica e patrono da Sé Catedral e dos rio-pretenses. É conhecido como São José de Botas por calçar um par de botas. A imagem encontra-se até hoje na Catedral da cidade.

Fonte: BRACCI, 1999 p. 25.

Os sertanejos ao construírem a capela estavam externando a sua fé e, ao mesmo tempo, demonstrando fisicamente a sua religião. Muito mais do que erguer uma igrejinha, esses sertanejos queriam selar seus ideais para a fundação do povoado. Além do mais a Igreja, até o fim da monarquia, detinha importantes funções públicas que transcendiam a sua função espiritual. Apesar de ser uma instituição religiosa, também desempenhava função política ao executar os serviços de expedição de registro de nascimento, registro de casamento religioso, atestado de óbito e administração de cemitério. Como observado no capítulo 1 deste trabalho, tais atribuições foram suprimidas no final do Império.

Depois de alguns anos de criado o Distrito de Paz construiu-se, com a devida autorização da Igreja, uma capela no povoado de Rio Preto. Além da autorização requerida para o levantamento da capela, as pessoas que moravam no local fizeram um pedido oficial junto à autoridade eclesiástica solicitando a celebração de culto e outros atos religiosos. As autorizações vieram por meio de uma provisão registrada em 18 de Junho de 1857.

Dia 18 – “Provisão da Ereção da capella no lugar denominado Rio Preto do Município da Villa de Araraquara = Don Antonio Joaquim de Melo por Mercê de Deos e da Santa Sé Apostólica Bispo de São Paulo do Conselho de Sua Magestade o Imperador S.a A.a R.a = Aos que esta Nossa Provisão virem Saúde e Benção em o Senhor. Fazemos saber que attendendo Nós ao que por sua petição nos representarão Luiz Antonio da Silveira e sua mulher Thereza Francisca de Jesus e outros moradores do lugar denominado Rio Preto, no Município da Villa de Araraquara: Havemos por bem pela presente conceder lhes facultando para que possão fundar e erigir e edificar humma Capella no referido lugar comtanto que seja decente alto e livre de humidades e desviados quanto possa ser de logares immundos, o qual será designado pelo mto Rev.o Parocho, e que a mesma Capella tenha âmbito em roda para poder andar Procisções. Esta será registrada no livro do tombo da Matriz p. todo tempo constar e depois de concluída não se poderá nella celebrar os ofícios diversos sem nova Provisão p. a qual procederá informação do respectivo Parocho, sobre a descencia e capacidade da dita Capella. Dada em a Câmara Episcopal de São Paulo sob o sello de Nossas Armas, e o Signal do nosso Mto Ver Provisor e Vigário Geral aos 18 de Junho de 1857. Eu Padre Antonio Augusto Araújo Minis Escrivão da Câmara Episcopal e subscrevi. Anacleto José Ribeiro Coutinho? Chan 8\$000”.(BRANDI, 2002, p. 158).¹³

Os aspectos observados nesse texto apontam algumas exigências a serem cumpridas e que eram padronizadas para todo o Brasil. Interessante notar a preocupação dos dirigentes da Igreja não apenas com a localização geográfica, mas também com a higiene.

¹³

Na transcrição das citações, preservamos a grafia do texto tal qual foi publicado na época.

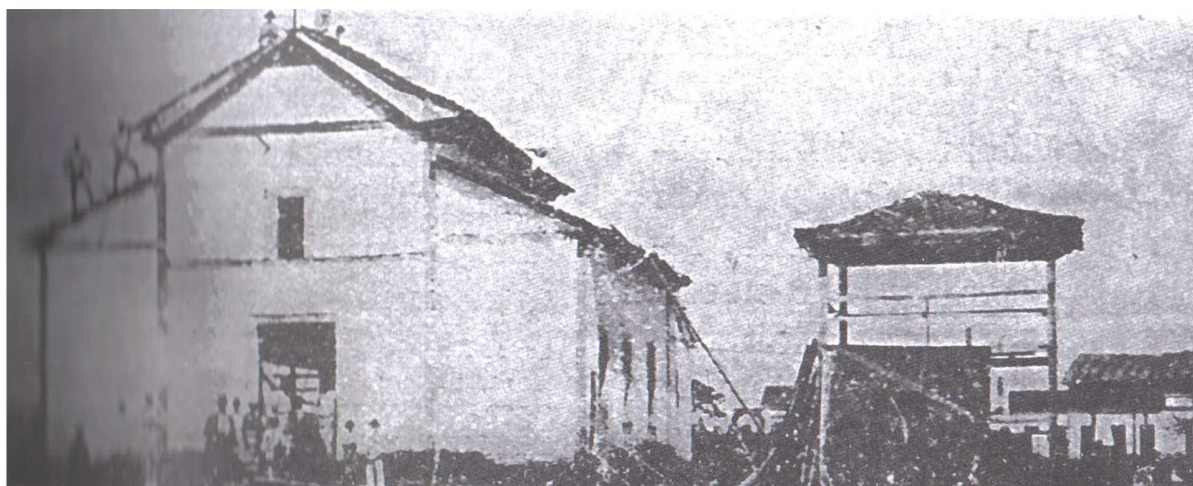


Figura 3. A primitiva capela que serviu de Matriz até 1912 foi construída sob as ordens do português Manoel Pompeu e de José Pedro do Nascimento. A edificação contou com a colaboração de grande parte dos habitantes, seja por intermédio da doação de materiais ou de força de trabalho. Foi consagrada em 1854, pelo padre José Maria de Oliveira, vigário de Araraquara.

Fonte: BRANDI, 2002, p.159.

A partir da provisão de criação da Capela, a assistência espiritual passou a ser ministrada por vigários que, periodicamente, vinham de outras localidades, como o padre José Maria de Oliveira, de Araraquara; o padre Justino Ferreira da Rocha, de Jaboticabal e o padre José Antonio de Arruda Botelho, da colônia Militar do Avanhandava.

Na verdade, o povo do Distrito de Rio Preto queria que fosse criada a Freguesia no povoado, ou seja, a divisão territorial da Igreja que correspondia às paróquias, pois era uma necessidade premente, uma vez que os vigários que atendiam no sertão já não estavam querendo vir, devido à distância e dificuldade de transporte. (BRANDI, 2002, p. 158).

Ainda segundo o autor, muito mais que uma necessidade espiritual, a elevação da Capela de São José do Rio Preto à categoria de Freguesia daria ao Distrito outras prerrogativas por meio das atribuições institucionais conferidas à Igreja, como as funções cartorárias, eleitorais e a concessão do *status* de Freguesia que expressava o reconhecimento oficial daquele povoado pela religião. Esse desejo realizou-se quando o então presidente da Província, Laurindo Abelardo de Brito, concedeu ao Distrito de Rio Preto à concessão de Freguesia.

Depois de elevada a Freguesia a população local pôde receber o seu primeiro vigário, o padre José Bento da Costa que além de exercer as atividades religiosas,

também teve uma intensa atividade no campo político e econômico. A história da época indica que ele possivelmente tenha ido para Rio Preto depois da recusa de outros padres que temiam viver em terras desconhecidas e longínquas.

O padre José Bento atuou na Freguesia por quase 17 anos, em meio a algumas divergências com pessoas do povoado, que alegavam que ele cobrava altos preços por serviços religiosos, como dizia o próprio subdelegado de Polícia, João Bernardino de Seixas Ribeiro em comunicado ao Presidente do Estado Dr. Jorge Tibiriçá. O vigário passou a ter uma vida atribulada e de exacerbadas críticas.

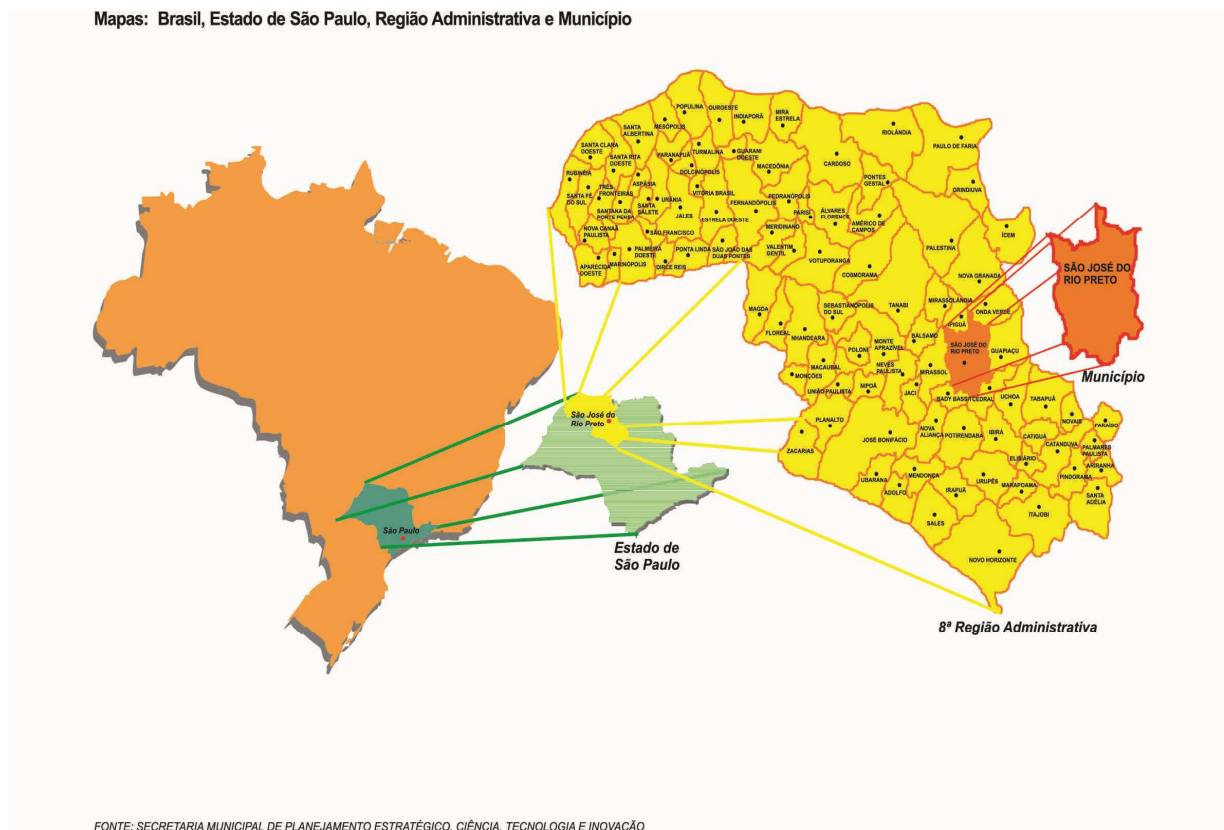
Depois de muitas discussões ocorridas na Freguesia, foi nomeado outro pároco para o local, o padre Januário José Fuschi que teve dificuldade em assumir a paróquia porque o padre José Bento não queria entregá-la para o seu sucessor. Foi necessária a intervenção do Bispo de São Paulo e ameaças por parte da hierarquia da Igreja, de excomunhão e suspensão de ordem para que o padre aceitasse sua transferência para Monte Alto e permitisse que o novo vigário assumisse a paróquia (BRANDI, 2002, p. 188).



Figura 4. Padre José Bento da Costa. Primeiro pároco de São José do Rio Preto iniciou seu trabalho em 1879 e permaneceu na cidade até 1896, onde exerceu intensa atividade sacerdotal, além de participar ativamente de movimentos reivindicatórios.

Fonte: BRANDI, 2002, p.166.

De acordo com a historiadora Nilce Lodi (2002, p. 20), a freguesia de São José do Rio Preto passou a categoria de cidade com o advento do Município, por meio da promulgação da Lei 294, de 19 de Julho de 1894. Separando-se do município de Jaboticabal, a Vila conquistou a posição de sede de Município.



Mapa 2. Mapa da região administrativa de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Na condição de cidade emancipada, a Prefeitura de São José do Rio Preto enfrentou sérios problemas como a escassez de recursos, a precariedade das vias de comunicação e dos meios de transporte, a grande extensão do próprio município, a necessidade de construção de prédios como a cadeia pública e a casa da Câmara, a dificuldade para instalação da iluminação pública, do serviço dos correios e para a abertura da escola municipal. Enfim, grandes obstáculos para conseguir os requisitos básicos para o bom funcionamento de uma cidade. Além disso, os moradores manifestavam descontentamento com o lançamento de pesados impostos e com a cobrança de taxas.

O Paço Municipal, não tendo prédio próprio, funcionou provisoriamente no prédio da casa paroquial de 1895 a 1904 e só foi transferido para outro prédio quando foi instalada a Comarca.



Figura 5. Residência Paroquial do Padre José Bento da Costa, uma das mais antigas da cidade. Lá também funcionou o primeiro prédio da Câmara Municipal, situada na Rua Jorge Tibiriçá, entre as ruas Voluntários de São Paulo e XV de Novembro, área central da cidade.
Fonte: BRANDI, 2002 p.170.

Segundo os memorialistas locais, em 1894 o Município possuía uma extensão superior a 26 mil quilômetros quadrados e uma população de 3.221 habitantes e a cidade contava somente com 72 casas, sendo apenas sete em alvenaria, 25 ruas e a praça central, onde ficava a capela de São José. (LODI, 2002, p. 20).

Não obstante, durante o século XIX, Rio Preto contou com a presença de padres que tiveram importante relevância na formação do Município. Foi nesse período que se deu a construção da Igreja Matriz e de outros prédios que foram aos poucos mudando a paisagem do local.

Segundo relatos de Monsenhor Gonçalves (1929, p. 272), o padre Joaquim Antônio do Canto assumiu e deu início à demolição da antiga Capela de São José e

iniciou a construção da matriz. O arcebispo de São Carlos, Dom José Marcondes Homem de Mello, durante uma visita pastoral que empreendeu no território de Rio Preto, que estava sob sua jurisdição, abençoou solenemente a nova Matriz, mesmo inacabada, no dia 04 de Setembro de 1914.

A paróquia foi entregue, a título de missão, à Companhia de Jesus, ou seja, aos padres jesuítas que permaneceram na cidade por sete anos, de 1916 a 1923, e prosseguiram na construção da Matriz. Nesse período, a Companhia de Jesus fundou várias associações para leigos – e difundiu a devoção aos Santos Anjos para as crianças, a devoção de São Luiz de Gonzaga para os jovens, a congregação das Filhas de Maria para as moças e a congregação das Mães Cristãs para as senhoras.

Por meio dos padres jesuítas e com a participação do poder público, foi autorizada a vinda das Irmãs Religiosas de Santo André, da Bélgica. Elas chegaram com o objetivo de abrir uma escola feminina em regime de internato, para jovens de todo o Município. Em 1920 foi fundado o Colégio Santo André, que além da instrução era também responsável pela catequese. A madre superiora do Colégio transformou a Associação das Mães Cristãs em Associação das Damas da Caridade, em 1923, desenvolvendo um trabalho social mais amplo. (BRANDI, 2002, p. 274).

Em setembro de 1924 a paróquia foi entregue às mãos de outra Ordem Religiosa, a dos monges beneditinos, que teve como vigário o padre Mauro Deutschmann.

De acordo com Bracci (1999), “Os padres da Ordem de São Bento vieram para Rio Preto por vários motivos: primeiro, a dificuldade em se ter padres residentes neste sertão e, depois, por ser terra a ser desbravada, por ter paróquia grande, ausência de escolas, hospitais, etc”. (1999, p. 72).

Os monges beneditinos difundiram a devoção ao Rosário, criando uma confraria e uma associação de Santa Terezinha do Menino Jesus, vários centros catequéticos e organizaram a missa dominical para as crianças. Eles tinham o propósito de construir um mosteiro em Rio Preto, até conseguiram as terras, mas não concretizaram esse projeto, pois foram transferidos para outro lugar. No local dessas terras foram construídas duas grandes obras sociais da Igreja de Rio Preto, que são o Asilo São Vicente de Paula para idosos e o Lar de Fátima onde, ainda hoje, é desenvolvido um trabalho com crianças e adolescentes. (BRANDI, 2002, p. 276).

Quando os padres beneditinos mudaram-se de Rio Preto deixaram as obras da Matriz quase concluídas e o encaminhamento do processo de criação da futura Diocese¹⁴ de Rio Preto, que seria desmembrada da Arquidiocese¹⁵ de São Carlos. Eles criaram uma comissão de paroquianos que deveria cuidar do levantamento de fundos para o patrimônio do Bispado (Razão social da Diocese), da Catedral (Igreja de atuação do Bispo), do Palácio Episcopal (Residência do Bispo) e da construção do Seminário (Lugar de formação dos futuros padres).

2. 4 A criação da diocese de São José do Rio Preto

O maior acontecimento na história da vida católica rio-pretense, que sem dúvida contribuiu para o fortalecimento religioso em toda a região e para a consolidação do catolicismo, foi a criação da Diocese de São José do Rio Preto, em 1929, e a tomada de posse do primeiro bispo, Dom Lafayette Libânio, em 22 de janeiro de 1931.

Tabela 1. Contingente populacional da nova diocese paulista

População da cidade de Rio Preto

Ano	Zona urbana	Zona rural	Total
1927	34.550	16.085	50.635
1950	39.606	26.246	65.852
1960	67.921	16.118	84.039

Fonte: Nilce Lodi, 1967.

Como a criação da Diocese teve grande importância para o desenvolvimento e visibilidade da cidade de São José do Rio Preto, convém que dediquemos algumas páginas para compreendermos tal processo.

Segundo Carlos Bracci (1999, p. 73), a partir de 1908 foram criados novos bispados no Estado de São Paulo, porque era praticamente impossível um bispo

¹⁴ Por Diocese entende-se “porção do povo de Deus confiada ao pastoreio do Bispo com a cooperação dos padres...”. Definição segundo o Código de Direito Canônico da Igreja Católica de 1983.

¹⁵ Por Arquidiocese entende-se um conjunto de várias Dioceses.

sozinho governar todos os cristãos católicos do Estado. Os governantes da Igreja, sentindo a necessidade de mais dioceses para abranger toda a extensão do catolicismo no Estado e já possuindo uma nova visão administrativa, defenderam os desmembramentos, e a criação de novos bispados para facilitar os trabalhos da Igreja e melhor atender as necessidades das pessoas.

No caso de Rio Preto, foi o arcebispo de São Carlos, Dom José Marcondes Homem de Mello, dadas as dificuldades e distâncias, quem pediu ao Núncio Apostólico (representante do Papa no Brasil) o desmembramento da sua diocese em duas novas circunscrições eclesiásticas: a de Rio Preto e a de Jaboticabal.



Figura 6. Dom José Marcondes Homem de Mello - Arcebispo de São Carlos e articulador da expansão do catolicismo no interior do Estado de São Paulo.

Fonte: BRACCI, 1999 p.72.

Os primeiros passos para a criação da diocese de Rio Preto já haviam sido dados pelo então vigário de São José do Rio Preto, o padre Mauro Deustsmann, religioso da Ordem de São Bento, que recebeu em 07 de fevereiro de 1925 uma carta do então bispo de São Carlos dizendo o seguinte:

(...) Comunico a V. Revma. que resolvi com a aprovação da nunciatura formar mais dois novos bispados na Diocese de São

Carlos, que serão Jaboticabal, na zona da Paulista, e Rio Preto, na zona da Araraquarense. O jornal de São Carlos dará a notícia. De São Carlos mandarei instruções a V. Revma. para a nomeação de uma comissão que cuide de levantar fundos para o patrimônio do Bispado, Cathedral, Palácio Episcopal e Seminário (Collegio). Espero que em Rio Preto tudo se conseguirá com o conjunto dos grandes e do povo, da boa vontade e da generosidade proverbial desse povo bom e privilegiado por Deus de uma abundância que a todos causa admiração. Pode dar publicidade aos termos desta carta. Com bênçãos aos Revmos. Padres e irmãos, seus companheiros. (BRACCI, 1999, p.73).

Tendo recebido tal incumbência para criar uma comissão que providenciasse as condições necessárias para a instalação da nova Diocese, padre Mauro convocou, por meio do jornal local *A Notícia*, a liderança da comunidade paroquial para uma primeira reunião e formação da comissão central da organização do patrimônio do Bispado de Rio Preto. Estiveram presentes na reunião Dr. Presciliano Pinto de Oliveira, Dr. Alceu de Assis, Dr. Cândido Gonçalves, Sr. Victor Brito Bastos, Dr. Ernani Pires Domingues, Coronel Reverendo Vidal, Pe. Mauro e algumas senhoras distintas da Comunidade.¹⁶ O interessante, nesta primeira reunião, foi a fala registrada em ata, do então presidente da comissão Dr. Presciliano Pinto de Oliveira que dizia que a criação da Diocese de Rio Preto se tornaria um “centro de convergência de grande atividade e energia política e social...”. (BRACCI, 1999, p. 73).

Os padres da Ordem de São Bento tiveram que deixar Rio Preto e o lugar deles na paróquia foi assumido pelo padre Joaquim Manoel Gonçalves que adquiriu, ao lado da Igreja matriz - a futura Cathedral, a residência que seria o primeiro Palácio Episcopal.

Em 25 de janeiro de 1929, pela bula “*Sollicitudo Omnium Ecclesiarum*” (O cuidado de todas as Igrejas), o papa Pio XI cria a Diocese Rio-Pretense, com sede na cidade de São José do Rio Preto e território totalmente desmembrado da Diocese de São Carlos. A nova Diocese possuía 15 paróquias no seu início e estava presente em 15 municípios que, antes, pertenciam à Diocese de São Carlos. Eram eles: São José do Rio Preto, Ariranha, Catanduva, Cedral, Fernando Prestes, Ibirá,

¹⁶ A grande articulação da Igreja católica com os poderosos locais é evidente. Senão vejamos: dos personagens elencados acima, o primeiro era engenheiro, o segundo era advogado, o quarto era farmacêutico, o quinto era médico e o sexto era fazendeiro.

José Bonifácio, Mirassol, Monte Aprazível, Nova Granada, Potirendaba, Santa Adélia, Tabapuã, Tanabi e Uchoa.

Tabela 2. População das principais cidades da recém-criada diocese de Rio Preto

Região de São José do Rio Preto	População
Localidades	1935
Rio Preto	66.090
Cedral	11.806
Mirassol	55.676
Monte Aprazível	58.984
Tanabi	28.618
Nova Granada	32.837
Potirendaba	13.204
Uchoa	15.179
José Bonifácio	20.785
Ibirá	17.058

Fonte: Nilce Lodi, 1967.

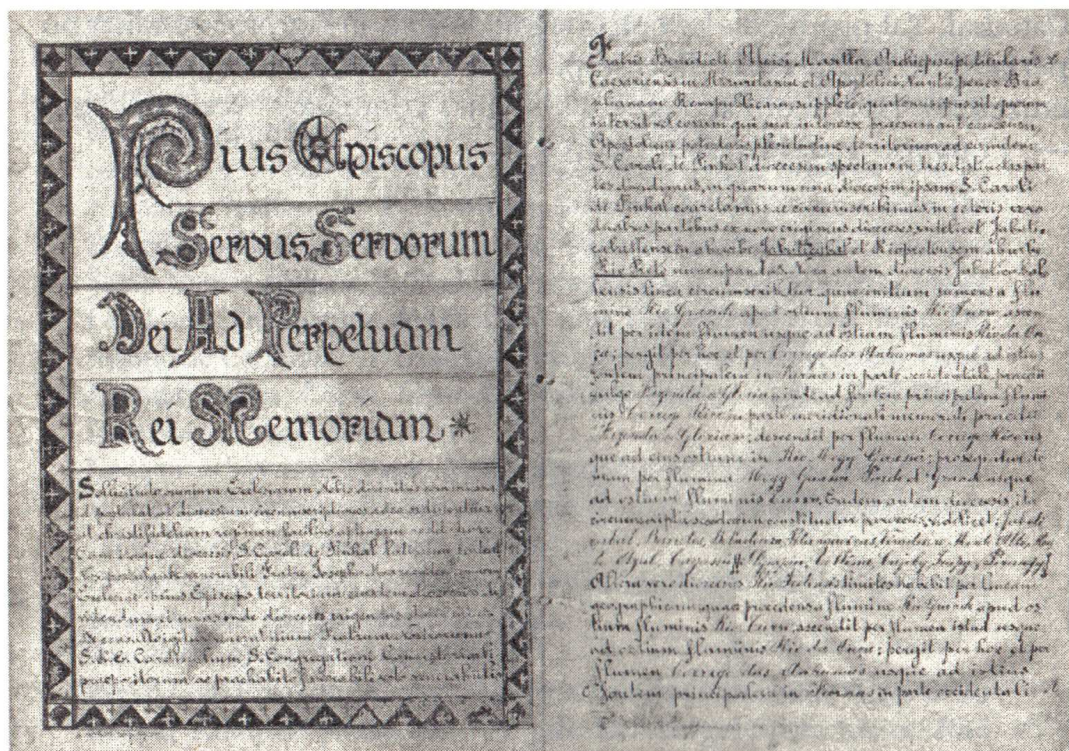


Figura 7. Bula “Sollicitudo Omnium Ecclesiarum”, da criação da Diocese de Rio Preto. Esse documento papal é expedido por Roma e contém informações sobre a nova Igreja particular de Rio Preto, sua dimensão territorial, as cidades que farão parte da nova diocese e o bispo que irá administrá-la.

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de São José do Rio Preto.

O território expresso pela Bula Papal da criação da Diocese de Rio Preto era maior que os 25.750 km² do Distrito de Rio Preto, criado em 1855. Desse território, posteriormente, nasceram outras duas novas dioceses: a de Jales e, recentemente, a Diocese de Catanduva.

Tendo sido criada a Diocese faltava um bispo para administrá-la, então o Papa nomeou o Reverendíssimo Monsenhor Lafayette Libânio, que foi eleito e nomeado como primeiro bispo de Rio Preto em 08 de Agosto de 1930 e tomou posse na nova Diocese em 22 de janeiro de 1931 como primeiro Bispo diocesano.



Figura 8. D. Lafayette Libânio, primeiro bispo de Rio Preto. Eleito bispo pelo Papa Pio XI, em 08 de Agosto de 1930 e tomou posse canônica em Rio Preto, em 22 de Janeiro de 1931. Morreu em Julho de 1979 e está sepultado na cripta da Catedral de Rio Preto.

Fonte: BRACCI, 1999, p.19.

Segundo o padre Carlos Bracci, o bispo fez seu trajeto até Rio Preto, com sua comitiva e familiares, em um trem especial da estrada de ferro *Araraquarense*. Ao chegar na primeira cidade de sua jurisdição, a cidade de Fernando Prestes, Dom Lafayette e sua comitiva foram recebidos pelo povo e por uma comissão de honra desejando-lhe às boas vindas e mostrando-lhe o entusiasmo e a alegria do povo católico em recebê-lo. Em todas as estações em que o bispo passava era saudado pelo povo e autoridades dos respectivos municípios.

Quando Dom Lafayette chegou na sede de sua Diocese, foi recebido e apresentado às autoridades, aos representantes dos movimentos e associações católicas. O Senhor Prefeito Municipal, Dr. João Augusto de Pádua Fleury, saudou-o em tom solene e o Hino Nacional e o Hino Pontifício. Depois, foi organizado um cortejo para conduzir o novo bispo até a sua residência, onde foi aclamado pelas associações e movimentos que traziam em suas mãos estandartes e bandeiras, o que, segundo padre Carlos Bracci, dava um “colorido especial à grande e suntuosa recepção ao novo prelado”. (BRACCI, 1999, p. 78).

Ao chegar no palácio episcopal, o Sr. Bispo foi saudado pelo advogado, Dr. Luiz Nunes Ferreira Filho, logo em seguida, dirigiu-se à Igreja Matriz onde foi empossado, por meio da leitura das Bulas de criação do Bispado e de nomeação de Dom Lafayette como bispo de Rio Preto. Estava assim instalada, em 22 de Janeiro de 1931, a Diocese de Rio Preto, com a posse do seu primeiro bispo. Conforme ata do termo de posse de Sua Excelência Reverendíssima Dom Lafayette Libânio:

Aos vinte e dois dias do mês de janeiro de 1931, chegou a esta episcopal cidade de Rio Preto S. Excia. Revma. Dom Lafayette Libânio, eleito Bispo por bula de S. Santidade o Papa Pio XI, datada de 08 de agosto de 1930, tendo sido sagrado em Pouso Alegre-MG, sua terra natal, a 27 de dezembro de 1930. Feita a sua entrada solene, S. Excia. Revma. de accordo com o Pontifical Católico tomou imediatamente posse do bispado depois da leitura da Bula Pontificia. Achavam-se presentes aos acto as Exmas. Autoridades locais, o Revmo. Clero, as associações civis e religiosas, e grande massa popular. S. Excia. Foi saudada pelo cura, Pe. Joaquim Manoel Gonçalves, fazendo em seguida seus agradecimentos. Do que para constar, eu, Côn. João Aristides Silveira, secretário ad hoc do bispado, lavrei este termo, que será assignado por S. Excia. Revma., pelas autoridades e mais outras pessoas presentes. (BRACCI, 1999, p. 80).

Os memorialistas locais relatam que, mesmo depois de o bispo se recolher em sua residência uma marcha popular com fogos, bandas, bandeiras e estandartes percorreram as ruas da cidade, passando várias vezes em frente ao palácio episcopal manifestando, assim, a alegria em recebê-lo.

Depois da chegada, o bispo iniciou a organização da Diocese apresentando a sua carta pastoral, ou seja, o seu projeto de trabalho para os próximos anos e também a sua equipe de trabalho. Para o cargo de chanceler do bispado (aquele que iria cuidar da parte burocrática) nomeou o padre Braz Baffa e para o cargo de

vigário geral (àquele que substituiria o bispo na sua ausência) nomeou o padre Joaquim Manuel Gonçalves (BRACCI, 1999, p. 79).

O governo de Dom Lafayette na Diocese de Rio Preto foi marcado pela a criação de 49 novas paróquias, uma nova diocese (a de Jales) e a construção do seminário Diocesano para a formação dos novos padres.

A Igreja Católica de Rio Preto, ao longo das décadas de 1920, 1930 e 1940, teve grande relevância no município, justamente por estar presente na sociedade em todos os campos: educacional, social, político, econômico e cultural. Sobretudo, nos anos posteriores, projetando a cidade de Rio Preto em nível estadual e até mesmo nacional, por meio de três Congressos Eucarísticos e de belas construções arquitetônicas que hoje constituem verdadeiro do “cartão postal” da cidade. Dentre essas construções podemos destacar: o palácio episcopal Dom Lafayette Libânio, a Igreja da Basílica de Nossa Senhora Aparecida, a Sé Catedral de São José, a paróquia do bairro Redentora e tantas outras.

Tabela 3. A presença da Igreja em Rio Preto.

Entidades e associações mantidas pela Igreja Católica em Rio Preto	
1910 – 1920 – 1930	
Associação Santos Anjos	
Associação de São Luiz Gonzaga	
Filhas de Maria	
Associação das Mães Cristãs	
Colégio Santo André	
Confraria do Rosário	
Associação Santa Terezinha do Menino Jesus	
Conferências São Vicente de Paulo	
Congregação Mariana	
Cruzada Eucarística	
Ginásio São Joaquim	
Colégio São José	
Lar de Fátima	
Asilo São Vicente de Paulo	
TOTAL	14 Entidades

Fonte: Dados levantados pelo autor.

CAPÍTULO III

OS DOCUMENTOS ECLESIAÍSTICOS E MOVIMENTOS ASSOCIATIVOS

3.1 O processo civilizatório – educativo na Igreja de Rio Preto

A atuação da Igreja católica em Rio Preto está diretamente ligada ao processo civilizatório da população do sertão paulista. No interior dessa instituição concretizam-se todos os esforços para formar os cristãos católicos dentro dos princípios da moral e dos bons costumes, segundo seu próprio ponto de vista. Ao mesmo tempo em que se preocupa com a formação da sociedade, a Igreja rio-pretense empenha-se para ser inserida na ordem nacional e reafirmar cada vez mais seu princípio de autoridade.

Partindo deste pressuposto e considerando o contexto religioso da época, analisaremos o livro Tombo da principal Igreja da cidade, a matriz de São José. Essa Igreja foi demolida em 1973 em função de inúmeras rachaduras existentes na construção e para a construção de um novo templo onde hoje se encontra a catedral, principal Igreja da diocese.

Além do livro tomo tomaremos também como objeto de análise as atas de reuniões de duas associações consideradas as mais atuantes no interior da Igreja local: o Apostolado da Oração e a Confraria do Rosário, ambas fundadas na década de 1930 e vigentes na Igreja até os dias atuais. Trataremos, também, do primeiro Congresso Eucarístico; movimento de massa popular que reforçou a identidade religiosa na sociedade rio-pretense. Analisaremos igualmente, um documento da criação do Centro Dom Vital de Rio Preto em que se destaca parte da elite intelectual colocando-se a serviço da Igreja em Rio Preto. E, por fim, apresentaremos as marcas civilizatórias da instituição no sertão por meio da imprensa local, mais especificamente por intermédio do jornal “O Município”, um importante veículo de comunicação e educação da população. Propomos então, a partir da leitura dessas fontes coletadas, compreender as mais importantes idéias e ações da instituição naquela região.

O livro Tombo da Matriz de São José¹⁷ data de 1852 e traz nas primeiras linhas toda a narrativa que conta o processo de criação do município, desde a doação do patrimônio a São José até a construção da primeira igreja, bem como todos os eventos e atos religiosos realizados na comunidade católica.

A Igreja local tinha um compromisso declarado com o progresso da cidade de Rio Preto, conforme a ideologia do período. Para maior controle sobre os bens adquiridos foi encomendado, pela própria instituição, ao engenheiro italiano Ugolino Ugolini, a demarcação e o levantamento topográfico das áreas e o traçado da planta da futura cidade. O trabalho foi desenvolvido entre os anos de 1893 a 1895. Nesse período, o patrimônio da Igreja era de 868 alqueires, sendo 678 doação para o patrimônio de São José, e 190 doação para o patrimônio de Nossa Senhora do Carmo. A maior parte da cidade ergueu-se sobre esses patrimônios, conforme observamos no excerto abaixo:

O “Correio do sertão” de Jaboticabal, de 07-02-1895 – n. 30. 5.a feira publica o seguinte Edital: São José do Rio Preto (Estado de S. Paulo) O Fabricheiro da parochia de S. José do Rio preto (São Paulo) avisa a todas as pessoas que tiverem cartas de aforamento de terrenos urbanos e ruraes nos Patrimonios d’esta parochia, à apresentar as respectivas cartas a esta fabrica para serem visadas até o dia 28 do mez de Fevereiro do corrente anno, decorrido este prazo os terrenos pelas quaes não se apresentarem os respectivos títulos de aforamento serão declarados devolutos e aforados novamente de conformidade com o regulamento sobre fabrica das Igrejas da Dioceze deste Estado. O Fabricheiro Ernesto de A.S. Benfica Visto – O Vigário J. Costa. (anotações do Livro de Tombo da Matriz de S. José em 07 de fevereiro de 1895).

O livro Tombo da Igreja matriz também serviu para registrar os principais eventos da diocese como a ata de criação da diocese de São José do Rio Preto, a posse do primeiro Bispo diocesano Dom Lafayette Libânio e também as atas das reuniões para organizar as equipes para a construção do Palácio episcopal e o Seminário diocesano. Encontramos publicado neste livro os principais eventos religiosos ocorridos nas cidades da região de Rio Preto, como Cedral, Mirassol, Nova Granada e Povoado de Bom Jesus dos Castores.

¹⁷ Uma das dificuldades que encontramos na análise dessa fonte foi a escrita quase ilegível.

Destaca-se, também, no documento analisado o registro das ações da Igreja no âmbito das associações para moços, para as meninas, para as mães cristãs e, principalmente, a ênfase nos temas tratados no interior do catolicismo que geralmente se pautavam pelas visões moralizantes ou apologéticas da fé católica.

Os textos do Livro Tombo eram redigidos pelos próprios vigários paroquiais, ora de maneira apenas citativa, ora de maneira discursiva. No segundo caso aparece de forma clara a visão de quem escreveu sobre o assunto que estava sendo redigido.

A citação pode ser vista no ano de 1916 quando o padre José Coelho aponta a “compra da imagem do Anjo da Guarda e a fundação da Associação dos Anjos” para as meninas católicas ou quando diz que foi “autorizada a ereção da Congregação de S. Luiz para moços por portaria de sua Ex. Rev. O Sr. Arcebispo – Bispo de São Carlos a 31 de julho de 1918, na matriz de Rio Preto”.

Já em outras páginas encontramos, de maneira muito evidente, a leitura que os vigários faziam dos próprios movimentos, principalmente quando os mesmos não estavam produzindo os frutos que eram esperados dentro da hierarquia clerical. As críticas aos católicos que pouco se mobilizam é evidente. Escreve o padre José Coelho sobre a inércia do Apostolado da Oração, uma das mais importantes associações da Igreja católica:

Fundado na matriz a 19 de Setembro de 1912, como consta da f.a 13 deste Tombo, o Apostolado teve suas crises e esteve quase a morte. As reuniões ou se não faziam ou só reuniam duas ou três zeladoras e as demais não eram zeladoras senão de nome e nem tinha presidente de zeladoras, nem secretário nem tesoureiro. Foi preciso reorganizá-lo, e reanimá-lo pouco a pouco e vai tomando incremento tentamos progressivamente. De modo que proseguem com alguma regularidade os actos e funções do Apostolado, sobretudo as reuniões e além da frequência crescente de comunhões, casamentos realizados, enfermos visitados e sacramentados por indicação e zelo de algumas zeladoras, festa com tríduo e mês de junho conseguiu ver erguido um bonito altar do Sagrado Coração, que só em madeira e talha está por 5 contos de reis e trata-se de angariar meios de o mandar dourar e pintar. O que mais concorreu para elle foi o Thesoureiro do Sagrado Coração de Jesus, o Sr. Capitão Jose Ferreira Julio, que também tem sido um benemérito da igreja. (anotações do Livro de Tombo da Matriz de S. José em 1918 p. 26).

Ainda dentro dessa visão crítica e por meio de uma analogia a um doente que está “nas últimas” e que precisa de todo cuidado necessário, o reverendo vigário

parte para o movimento específico para as moças católicas – a Congregação das Filhas de Maria. Estas estariam muito distantes do esperado pela Igreja.

Existia nesta matriz uma Pia-União das filhas de Maria, quase moribunda, que apesar dos cuidados e diligências do médico, exalou o último suspiro, porque os seus membros, embora muito boas moças, estavam muito longe de ser boas Filhas de Maria. Foi preciso deixar passar tempo e cogitar de estabelecer uma Congregação das Filhas de Maria com outros elementos e à sombra de boa árvore. E assim, com o auxílio de Deus, foi organizada a dita Congregação das Filhas de Maria na capela do Collegio de St. o André, no dia da Assumpção de N. Senhora a 15 de Agosto de 1920. Deus abençoe esta tenra planta para qual foi pedida a aprovação e a benção de S. Excia. Revma. Arcebispo-Bispo de S. Carlos e concedida em Agosto de 1920. (anotações do Livro de Tombo da Matriz de S. José em 15 de Agosto de 1895).

É oportuno ressaltar no livro de Tombo a preocupação do vigário da paróquia com a educação confessional para as moças da cidade que poderiam “se perder” ou mesmo se afastar da religião por conta de influências externas, principalmente vindas do espiritismo¹⁸. Destaca-se que a doutrina se disseminava velozmente pelo interior paulista nas primeiras décadas do século XX, sobretudo entre as camadas médias letradas da população. O espiritismo era visto, portanto, como um dos grandes males a ser combatidos pelos “verdadeiros” católicos do sertão. No excerto reproduzido abaixo, destaca-se, ainda, o esforço do pároco para trazer uma Congregação religiosa – as Irmãs de Santo André – que deveriam se estabelecer na região e ajudar na missão educadora da Igreja: zelar pela família, pela propriedade, pela moral e bons costumes dos habitantes do sertão.

Desde há muito que o Vigário pensava em estabelecer um colégio de educação para meninas, pois o único que havia era de Anália Franco espírita e seguidora do *systema* de Ferrer. As melhores famílias mandavam para lá suas filhas, e os meninos de tenra idade. Por isso tornava-se uma necessidade um collegio de religiosas. A empresa

¹⁸ Conforme o dicionário Houaiss, o espiritismo “é uma doutrina de cunho científico-filosófico-religioso voltada para o aperfeiçoamento moral do homem por meio de ensinamentos transmitidos por espíritos desencarnados que se comunicam com os vivos através de médiuns”. (HOUAISS, 2009, p. 820). O Espiritismo penetrou no Brasil na segunda metade do século XIX, oriundo da França, onde Allan Kardec, acabara de elaborar a partir de um diálogo com espírito superiores, a codificação de um conjunto de cinco obras que estabeleceram a base da doutrina espírita: Livro dos Espíritos, Livro dos Médiuns, Evangelho segundo o Espiritismo, O Céu e o Inferno discute penas e gozos terrenos e futuros e a Gênese, os milagres e as predições. (CASTRO, 1985, p. 12). Essa doutrina é oposta a doutrina principal da Igreja católica que é a ressurreição – enquanto que os espíritas acreditam na doutrina da reencarnação.

era grande e os recursos muitos. Tentando fortuna o Revmo. Vigário comunicou a sua idea ao chefe político da terra que era o Ilmo. Dr. Presciliano Pinto de Oliveira, que achou excelente idéia e offereceu o seu concurso na Câmara de que era Presidente e perguntou o que era preciso para conseguir o coll.o. Respondeu-le o Vigário que, apenas o pagamento da viagem, o aluguel da caza durante os primeiros anos e terreno para edificar o futuro e definitivo collegio. Pareceu ao Ilmo Dr. Presciliano não ser couza de outro mundo e prometeu entender-se com a câmara que ficou muito animado e contente com o projectado collegio que era mais um elemento e indício de progresso de Rio Preto e até um dos Camaristas e Prefeito municipal na ocasião ofereceu o terreno necessário para o collegio. Faltava, pois só que s. Excia. Revma. O Sr.o Arcebispo approvasse a idéia e escolhesse a congregação que havia de fundar e manter o collegio. Para tal fim escreveu o Revmo. Vigário a S. Excia. Revma. Que chegada a occasiao oportuna respondeu affirmativamente e que se arranjasse meios para a viagem e instalação, poderiam mandar da Bélgica as religiosas de St.o André que já tem colégio em Jaboticabal e Araraquara com excelentes resultados, e dar principio ao collegio no próximo ano de 1920, pelo mez de março. Não se demorou o Dr. Presciliano em dar conhecimento á Câmara e mandar vir de Jaboticabal a Religiosa, para se entenderem do que era preciso e escolher o melhor local e caza para tal fim. Veio trocaram idéias, combinaram tudo, a Câmara mandou um cheque de quatro contos para a viagem e tratou depois de vários alvitres, de arrendar, por três annos, a caza do Ilmo. Coronel Adolpho ao preço de 600\$000 por mez, alem de lhe comprar toda a mobília que elle estimou em 17 conto de reis. A tudo se sujeitou a Camara, visto não haver outro edificio como este em condições de servir. Para isso muito auxilio prestou o Ilmo. Cel. Basiliano da Costa Fontes, então residente em Rio Preto, como gerente do banco Comercial. Feito o arrendamento vieram as religiosas a anunciaram a abertura do coll.o para o dia 15 de março e tem continuado com boa aceitação. Já algum fructo se não vendo, na freqüência dos santos sacramentos e na fundação das Filhas de Maria em Congregação, compreendendo não só as alumnas mas também as meninas da cidade que se quizerem inscrever. E mais ser ainda serão os frutos, quando as irmãs poderem ter edificio próprio e internato em que possam dar ás meninas uma educação completa. E Deus queira que seja breve. (anotações do Livro de Tombo da Matriz de S. José em 1920, pp. 26 e 27).

A congregação chegou em Rio Preto em 1920, o colégio foi fundado no dia 12 de Março do mesmo ano e contou com a presença de quatro irmãs vindas da França – Madre Lúcia Maria Doyle, madre Joana Maria, madre Anastasie e madre Maria Francisca. Já no primeiro dia de aula compareceram vinte e três alunas.

O colégio funcionava em regime de externato e semi-internato e abarcava a educação integral das jovens. Atendia prioritariamente as famílias de melhores condições sociais e econômicas de Rio Preto e região, preocupadas em oferecer uma formação sólida às suas filhas que abrangesse não apenas as primeiras letras,

mas também as prendas e economias domésticas, noções de higiene e puericultura, além da consciência cristã. (LOCARINI, 2001, p. 37).

É destacada a posição da Igreja Católica frente a educação feminina, mostrando a atuação das congregações religiosas no processo civilizatório não apenas da região de Rio Preto, mas de vários rincões do país. Bem sabemos que as escolas confessionais, cujo público poderia ser feminino ou masculino, preenchia o espaço vago deixado pelo Estado no que concerne à educação da população brasileira. (MANOEL, 1996, p. 23). Os colégios atendiam, ainda, os interesses e as necessidades das classes privilegiadas, no contexto de educação para moças e em sua formação ética-cristã. No caso do colégio Santo André de Rio Preto, ainda hoje a sua clientela é formada majoritariamente pelas elites e camadas médias locais.



Figura 9. Suntuoso Colégio Santo André localizado na região central da cidade de Rio Preto e uma das edificações mais belas do município.

Fonte: Santo André centro de documentação, memória e educação.

Encontramos registrado no Livro no ano de 1923, ainda que de modo apenas citatório, algumas ações da Igreja Católica que tinham como objetivo abarcar para o seio de si mesma todas as categorias de pessoas quer fossem adultos, jovens, crianças ou velhos. Para tal, o Cônego Guerra Leal fundou a “Associação dos Moços Católicos” para formar cidadãos que salvaguardassem os princípios da religião. E também, no ano de 1924, quando os padres Beneditinos assumiram os trabalhos na paróquia de São José, fundaram a Confraria do Rosário e a Associação de Santa Teresinha do Menino Jesus. Instituíram a missa dominical para as crianças e criaram

vários centros de catequese para cuidar da educação religiosa dos fiéis desde a mais “tenra idade”.

No dia vinte e sete de setembro de 1925, o monge beneditino Dom Plácido Neblicht assinou o termo de abertura do livro de Atas do Apostolado da Oração¹⁹, uma das mais antigas associações da Igreja Católica que reunia os ilustres cidadãos rio-pretenses, mas não apenas eles; nas reuniões eram tratados variados assuntos, desde as obrigações para com a religião até as notícias do dia-a-dia veiculadas em nível nacional pelos impressos brasileiros. A idéia era a de preservar os fiéis das influências mundanas e também educá-los dentro de uma visão puramente cristã.

Dom Plácido preside a reunião do Apostolado da Oração e comenta as notícias do jornal “A União”, publicado no Rio de Janeiro sobre o Congresso Diocesano do Apostolado da Oração. Depois de distribuído os bilhetes mensais do “O mensageiro” [...] Estiveram presentes os zeladores: Dr. Antonio Souto Maior, Manoel Gonzalez, Dionísio Costa e as zeladoras: d. Corina Manso, d. Rosalina Corrêa, d. Emília Vieira, D. Brasilina Benfica, d. Amélia de Rubbio, D. Felicidade Siqueira, d. Maria Guido, D. Elisa Pinto, d. Maria José Cury, D. Sebastiana Pires Ferraz e D. Benedita Germann. (Ata do Apostolado da Oração de 25 de Outubro de 1925).

Nas reuniões do Apostolado da Oração, além de temas relacionados com a Igreja do Brasil, eram tratados outros assuntos de ordem interna ao movimento, tais como a finalidade da oração, a natureza e o fim do Apostolado, a importância da comunhão e do que era chamado de “boa imprensa”, ou seja, os veículos de comunicação de massa que apontavam os valores do catolicismo. Uma das temáticas recorrentes nessas reuniões era a apologia da fé católica com o intuito de formar bons cristãos. Outro tema frequente era a ferrenha condenação do espiritismo.

Depois de realizar as orações costumeiras, Dom Plácido Neblicht dissertou sobre “O Espiritismo”. Foram tratados outros assuntos: D. Rosalina Corrêa renunciou ao cargo de tesoureira. Dr. Souto Maior, secretário, é designado para a função, porém recomenda que o mesmo seja dado ao presidente do Apostolado, o sr. Vigário, como ocorreu no passado, com o Revmo. Pe. Rocha e o Cônego Guerra Leal. Fica deliberado, pois que, provisoriamente, Dom Plácido assumirá o cargo de tesoureiro. Algumas assinaturas do jornal “São

¹⁹ O Apostolado da Oração foi fundado pelos padres Jesuítas na França em 1844 e no Brasil foi fundado em 30 de Junho de 1867, no Recife (PE) na Igreja de Santa Cruz. O movimento muitas vezes é citado simplesmente como AO. (SCHNEIDER, 2006, p. 9).

Carlos” foram feitas, para o ano de 1926. (Ata de reunião do Apostolado da Oração de 31 de Janeiro de 1926).

Se o Apostolado da Oração não era composto apenas pela elite local, sem dúvida que eram os “cidadãos ilustres” da sociedade rio-pretense que ditavam, juntamente com os integrantes da Igreja, os rumos da organização. Assim observamos por intermédio das funções assumidas dentro da associação.

Após as orações rituais, foi lido o Necrológio do Dr. Arthur de Seixas Souto Maior, secretário por longo tempo do AO e ao qual prestou os melhores serviços. Seu falecimento, ocorrido recentemente, causou profundo pesar para a sociedade rio-pretense. Em seguida foi feita a eleição de um novo secretário, recaindo a mesma no Doutor Luis Nunes Ferreira, professor de Direito na Universidade do Rio de Janeiro, atualmente licenciado “sine tempore”, advogado nesta comarca de Rio Preto. Domiciliado e residente nesta cidade, desembargador “honoris causa”. Foi escolhido uma deputação, constituída pelos associados Coronel Manoel Jorge de Medeiros e Silca e sua excelentíssima senhora. O eleito respondeu que, conquanto lhe parecesse difícil, penhorado ficando pela escolha do Apostolado. Declarou que sinceramente se esforçará por bem servir, com a ajuda de Deus Nosso Senhor e o patrocínio da Santíssima Virgem, os altos intuitos da augusta devoção que nos leva à contemplação dos mistérios mais fortes do Novo Testamento, os da expiação do pecado pelos sofrimentos do Homem Deus. Esperava que o Reverendíssimo Vigário Direto do Apostolado, com suas reconhecidas luzes, seus paternos conselhos e suas piedosas orações, e também com a fortaleza aprendida nas práticas da grande e benemérita Ordem Beneditina, e os associados, com suas orações, o protegessem e animassem, para que ele, humilde e inexperto secretário, pudesse servir, se não com perfeição, ao menos convenientemente, aos intuitos da devoção que tanto tem contribuído para exaltar, nos círculos piedosos, a inteligência e o amor da humanidade do Divino Salvador. (Ata de reunião do Apostolado da Oração de 29 de Junho de 1926).

A irmandade do Apostolado da Oração também sempre esteve preocupada com a educação religiosa da Juventude, percebida como o futuro da Igreja. Inquietava-se, também, com a inserção da religião no meio operário, conforme observamos no excerto reproduzido a seguir:

Dom Plácido comentou sobre a intenção das orações do mês: “Para que nas fábricas e oficinas se defendam a fé e os costumes da juventude contra os perigos da impiedade e da imoralidade”. Exortou a que os presentes trabalhem pela defesa da fé e dos costumes, em prol do bem espiritual da juventude operária, à qual sempre incutir as

regras da lealdade, da economia, da dedicação e da temperança. A seguir foi feita ligeira prática sobre como lucrar as indulgências do mês de agosto que segundo o Sumo Pontífice, podem ser aplicadas “pro se” e “pro defunctis”. (Ata de reunião do Apostolado da Oração de 25 de Julho de 1926).

Era grande também a preocupação dos associados do Apostolado da Oração com a educação religiosa das crianças, constantemente ameaçada pelos vícios e perigos da modernidade, mesmo no sertão. Podemos verificar tal preocupação na reunião em que foi discutido mais um centenário da morte de Francisco de Assis. O santo foi apontando como modelo de pureza e simplicidade a ser seguido por todos, principalmente por aqueles que se preocupavam com a educação dos mais jovens – família e escola.

O Revmo presidente discorreu sobre o objetivo estritamente espiritual do AO. Implorar a Deus para que na ocorrência do sétimo centenário da morte de S. Francisco de Assis se estenda e penetre intimamente na sociedade cristã o espírito de simplicidade evangélica. “Sede simples como as pombas” (*Estote simplices sicut columbae*). Rememorou a vida de São Francisco no eremitério de Pozzio. Proseguindo Dom Plácido insistiu em que “a falsidade é um vício grave”. Que a “simplicidade é filha da graça, irmã da sabedoria e mãe da justiça”. “Terminou sua alocução rogando a São Francisco deste modo: Queira ele alcançar para nós esse espírito genuíno de retidão e simplicidade cristã”. Prosseguindo a reunião, tratou dos defeitos da hodierna educação da infância e da puerícia, dos perigos da promiscuidade, a desenvoltura e leviandade de certos folguetos e palestrar sobre o que põe em perigo a pureza dos costumes, mostrando como se podem desviar do caminho da moral cristã. (Ata de reunião do Apostolado da Oração de 26 de Setembro de 1926).

“Saber ler e escrever” era uma das condições para apresentar o pedido de inscrição no quadro associativo do Apostolado da Oração. Sendo assim, podemos inferir que esse movimento aglutinava majoritariamente os “bem nascidos” rio-pretenses, ou seja, àqueles que tinham acesso à leitura e à escrita, um verdadeiro privilégio na região nas primeiras décadas do século XX, conforme demonstrou Campos (2004). É possível observar, portanto, que a mesma Igreja que defendia a simplicidade para seus fiéis, acabava por excluir “os simples” de movimentos religiosos que falavam em nome dela.

Outra associação que teve particular relevância no cenário católico rio-pretense foi a Confraria do Rosário, fundada pelo vigário responsável pela paróquia

de São José e um dos maiores combatentes da fé católica no “Sertão do Avanhandava”: monsenhor Joaquim Manuel Gonçalves²⁰.

Depois de dar todos os passos para a criação canônica da Confraria do Rosário que, segundo o religioso, ocuparia o lugar entre “os sodalícios piedosos da paróquia”, no quarto domingo de março de 1930 ele fazia a primeira admissão solene dos confrades dessa associação e nomeava, a título provisório, a seguinte direção:

D. Juventina Marcondes de Castro, presidente; D. Paschoalina Nicolette, vice-presidente; D. Ida Ladeira, tesoureira, e as senhorinhas: Olga Culturato, Elvira Quaranta e Maria Madalena Rondon, e D. Elvira Santoni; respectivamente secretária, vice-secretária e vogaes do Conselho. Graças ao zelo destas e doutras Chefes escolhidas a devoção do Rosário acentuou-se num desenvolvimento maravilhoso, enchendo das melhores esperanças o seu fundador. E parece que o nosso Exmo. Bispo, de longe mesmo previu a boa vontade zelo, deste sodalício, quando, em resposta ao cumprimento que daqui lhe foi dirigido na sua eleição, respondeu paternalmente, e encarregou a Confraria do Rosário de ser a sua cooperadora pela oração na grande obra do seminário. Aqui arquivamos os dois documentos, que são notáveis neste histórico geral e simples e que assim resa. (Ata da Confraria do Rosário em fevereiro de 1933 f. 1. v).

Em resposta a correspondência enviada pelas chefes da Confraria do Rosário ao Sr. Bispo eleito para a recém criada diocese de Rio Preto, Dom Lafayette Libânio, vemos a calorosa acolhida do novo pastor a associação e ao mesmo tempo à missão que o bispo confia para todas as consorcias, de ajudá-lo no combate da fé e principalmente na difusão da religião católica na recém criada diocese.

As Directoras da Confraria de Nossa Senhora do Rosário. Pouso Alegre, 13 de Setembro de 1930. Exmas Shras. Diretoras da Confraria de Nossa Senhora do Rosário. Com prazer recebi o officio enviado, saudando-me por minha eleição para bispo de Rio Preto, pois são almas dedicadas a louvar N. Senhora pela recitação do Santo Rosário, que me saúdam. Deus louvado! Minha querida diocese já possui um grande numero de pessoas que sabem compreender que a felicidade só se encontra na religião. Nossa Senhora é a medianeira universal das graças, e o Rosário o meio

²⁰ Monsenhor Gonçalves teve uma atuação relevante na vida religiosa rio-pretense. Nasceu em Braga (Portugal), aos 27 de Novembro de 1870, filho de Manoel Caetano Gonçalves e de Ana Maria Gonçalves. Fez todos os estudos em sua cidade natal. Nela foi ordenado sacerdote no dia 22 de Dezembro de 1894. Exerceu as funções de professor de latim no Seminário de Braga e simultaneamente assumiu várias paróquias. Chegou a Rio Preto no dia 15 de maio de 1927. (BRACCI, 1999, p. 79).

mais propício para se conseguirem essas mesmas graças; por isso peço o auxílio dessa santa Confraria, para desenvolver o meu apostolado em Rio Preto. Pelo officio vi que a Confraria do Rosário ainda é nova; mas mesmo assim, espero do zelo das Directoras o rápido progresso da vida espiritual nessa nova Diocese. São Domingos com o Rosário venceu as heresias e nós com o Rosário argumentaremos o fervor religioso em Rio Preto. Contando com um número muito pequeno de sacerdotes para o trabalho, tenho que esperar do zelo das associações religiosas o incremento da vida religiosa em minha Diocese. Desde já recomendo as orações da Confraria a maior obra de um Bispado – O Seminário. Abençoando a todos e recomendando-me as fervorosas orações das fervorosas Directoras subscrevo-me, servo em Jesus Cristo (a) Monsenhor Lafayette Libânio Bispo eleito de Rio Preto. (Ata da Confraria do Rosário em Setembro de 1930 f. 3).

A Confraria do Rosário tinha a missão de cuidar da arrumação da Igreja e principalmente de zelar para que a ordem fosse mantida no nível social e no religioso, neste último podemos considerar a participação nas comunhões e também a freqüência nas reuniões da própria confraria. Essa missão se evidencia no trabalho daquelas que estavam em posição superior na Confraria e tinham a incumbência de comandar as demais fiéis do movimento para que elas perseverassem na religião e se tornassem verdadeiras guardiãs do catolicismo em Rio Preto.

Na residência paroquial, reuniu-se o Conselho da Confraria do Rosário, sob a presidência do rev.o Director Monsenhor Gonçalves. Recitadas as orações do estatutos, foi declarada aberta a sessão. Monsenhor Gonçalves propoz fazer uma reunião conjunta com o Apostolado da oração e Damas da Caridade para fazer arrumações dos altares. Em seguida o presidente depois de falar da pouca freqüência e ordem, da comunhão, propôs que os chefes no 4.o domingo ocuparem os bancos da frente e se esforcem por manter ordem. E também fez ver a obrigação das chefes e seus zelados de usarem seus distintivos. (Ata da Confraria do Rosário de 23 de Abril de 1933 f. 4).

De maneira ora sutil, ora declarada, o pároco da matriz e presidente nato da Confraria do Rosário sempre chamou os fiéis associados para assumirem suas responsabilidades “diante de Deus”, a quem deveriam prestar o devido culto e honra. O excerto abaixo revela a constante cobrança de Monsenhor Gonçalves para que os congregados não se imiscuíssem de suas responsabilidades no dia-a-dia da agremiação. E que não se apresentassem para à Igreja apenas nos dias santos. A disciplina era grande para os membros da Confraria.

As 2 e meia da tarde, recitadas as orações do estatuto, foi declarada aberta a sessão pelo revmo. Cura Mons. Gonçalves, Diretor da Confraria. Depois o presidente disse que tinha convocado esta reunião, porque queria dizer aqui, como em família, o que era indispensável para a orientação de todos. Extranhava deveras que os shrs. Chefes em geral e muitas das chefes que não apareciam senão raramente as reuniões e as missas e comunhões mensais, parecem reservar todo o seu fervor só para as procissões. Não implicava isto censura por comparecerem nestes actos externos do culto, mas dava-se a entender que não sabiam o valor das reuniões, onde todos devem conhecer melhor as suas obrigações e dever interar-se do andamento da congregação, nem estimavam, como deviam, a missa e os sacramentos. Pedia por isso que todos quantos estavam hoje ali, se capacitassem destes deveres e os cumprissem, encarregando ainda os presentes de levarem a quem ali não estava o conhecimento destes avisos e desta direção a que ninguém podia fugir, sem trair a sua missão. Tudo concorre cumprindo-se para as graças que o Senhor quer dar a todos, e para o desenvolvimento e eficácia da ação da Confraria. (Ata da Confraria do Rosário de 02 de Novembro de 1933 f.6).

Interessante observar a mão-de-ferro com a qual Monsenhor administrava a confraria. No excerto abaixo, não sabemos ao certo o motivo da reprimenda do religioso, mas, de fato, percebemos que nem tudo o que a Igreja pregava era de pronto assimilado pelos fiéis. Ainda na mesma sessão em que o Monsenhor conclamava a todos para que participassem ativamente do dia-a-dia da Congregação, somos informados de que uma prática (homilia, sermão) em uma das missas na catedral, havia sido interpretada de maneira errônea pela assembléia – o que estava causando um mal estar entre os católicos em geral. Um perigo, afinal, para uma instituição que necessitava de homogeneidade de pensamento, conduta e ação.

Depois, a propósito de interpretação errada que se tinha feito duma das práticas de sua Excia, e que produzise forte calúnia no meio de todos, avisou que devia ter sido causa de tanto mal estar, a errada interpretação ou a maldade de alguém que desejava transtornar a paz no seio da associação, ou menos atenção de alguma, dentre as Chefes, á pratica de Sua Excia. E disse que todos deviam estar prevenidas para não serem precipitadas em casos destes, mas seriamente refletidos, pois os inimigos da fé e o demônio gozariam com tais situações, porque o transtorno de paz que é sempre um mal, é nas associações piedosas um grande perigo. Deu a explicação da prática de Sua Excia que tão mal interpretada foi, e pedindo que todos se compenetrassem bem da sua missão e das suas responsabilidades. (Ata da Confraria do Rosário de 02 de Novembro de 1933 f.6).

Como no caso das Filhas de Maria, na da Confraria do Rosário defendia-se uma forte disciplina no que concernia à moral e às virtudes cristãs. Não obstante, também nesta última não faltavam críticas ferrenhas sobre o espiritismo, um inimigo histórico da Igreja Católica no início do século XX. Fazer parte de uma confraria conferia poder simbólico aos participantes – além de garantir plena indulgência dos pecados da vida.

A preocupação da Igreja local em arregimentar mais e mais fiéis é evidente. Trata-se, ao fim e ao cabo, de uma verdadeira batalha ideológica posta em prática pelo clero local.

Recitadas as orações dos estatutos, foi declarada aberta a sessão. O presidente disse que a Confraria precisa aumentar o numero, de associados, que está muito limitado. Por isso incentivou a todos os chefes a trabalharem com empenho para que se inscrevam novos associados, ilustrando-os acerca das obrigações e das graças da devoção do Rosário e dizendo-lhes quanto se lucra com a entrada na Confraria que dá direito e poder de ganhar todas as indulgências; rezando e mysterios por dia e 3 no domingo. Lembrou da festa de S. José e a Semana Santa, fazendo votos para que a Confraria se apresentasse ordenada e bem numerosa, a tomar parte em todos os actos e particularmente na comunhão e nas procissões. Lembrou depois a grande necessidade de ler e estudar muito sobre os princípios catholicos, fazendo deste estudo o maior empenho de hoje. A propósito que estando ahi, um irmão do Jornal cathólico o “Lutador”, aconselhava a todos a tomarem uma assignatura e lerem-no com atenção, sobre o espiritismo. (Ata da Confraria do Rosário de 15 de Março de 1936 f.15)

E cerrar fileiras nos sertão paulista não poderia excluir os pobres e desvalidos. Daí a decisão política de acolher novos membros, independentemente da origem social, para engrossar a fileira dos “soldados” de Cristo nesta jovem Igreja Diocesana.

Reuniu-se na casa parochial o Conselho da Confraria sob a presidência de Monsenhor Gonçalvez. Recitadas as orações do estatutos foi aberta a sessão. O presidente tratou da devoção dos 15 Sabbados que começará no dia 27 próximo, devoção esta, a que estão ligadas muitas raças particulares que afervoram a piedade dos que querem honrar a S.S. Virgem. Começarão os excercícios no próximo dia Sabbado, havendo missa, enquanto for o mez de Jesus, ás 7 e 1\2 com recitação do Terço do Rosário com communhão. Depois que passar a festa do Apostolado, as missas serão as 7 horas. Aproveitando o ensejo, Monsenhor propôs que no dia 7 de

Outubro, a Confraria fizesse como o Apostolado admitindo zelados pobres e oferecendo-lhes as fitas. E lembrou que para isso era preciso trabalhar, desde já. (Ata da Confraria do Rosário de 02 de Junho de 1936 f.15v).

A Igreja Católica do interior do Estado não ficou alheia, portanto, às questões nacionais, muito pelo contrário. A Ação Católica ecoava nas terras sertanejas de maneira retumbante – e as confrarias e apostolados constituem-se, afinal, numa prova disso.

Reuniu-se na casa parochial a Confraria do Rosário, sob a presidência de Monsenhor Gonçalves. Recitadas as orações dos estatutos foi aberta a sessão. Em Seguida o presidente fallou da obrigação que todos os Catholicos tem de se inscreverem na “Acção Catholica”, pedindo a todos os presentes que fizessem a sua inscrição. Disse que havia livros próprios para esse fim, e que as mensalidades seriam pagas nas reuniões mensaes, a Thesoureira da “Acção Catholica”, ou a alguém por ella. Pediu ainda que todos dessem um bolo, ou um prato de doces, mensalmente, para ser vendido aos alunnos do ginásio São Joaquim, pela sra Presidente da Acção. Esse dinheiro será em benefício das escolas das operárias. (Ata da Confraria do Rosário de 16 de Maio de 1937 f.6).

Se tomarmos como análise a trajetória da Igreja Católica em São José do Rio Preto e região, podemos perceber o quanto o papel das associações e movimentos, por meio de seus dirigentes, é de grande importância para compreendermos o processo histórico ocorrido não apenas na cidade, mas em toda a região.

Guardadas as devidas proporções de tempo e espaço, poderíamos estabelecer um paralelo entre as considerações de Azevedo acerca da importância do catolicismo na formação da cultura brasileira no período colonial e o ocorrido no sertão paulista entre os séculos XIX e XX.

3.2 A mobilização da população

Se a Confraria do Rosário já acenava para a importância da participação de todos os cidadãos rio-pretenses nas organizações leigas da Igreja, sem dúvida o ponto culminante da articulação de todos, independentemente da origem social, raça, gênero ou faixa etária em torno da Igreja Católica se deu por intermédio da

realização do Primeiro Congresso Eucarístico, transcorrido entre os dias 26 de Maio e 02 de Junho de 1940, na cidade de São José do Rio Preto. Aparentemente a identidade católica regional atingia o seu ápice com o referido evento.

Para Frei Henrique de Matos (2003, p. 62), os “Congressos Eucarísticos” tinham o intento de difundir a devoção a Jesus Sacramentado e neles destacava-se o caráter catequético e doutrinário. O assunto central desses congressos era o valor e a necessidade da Eucaristia e da obrigação de um retorno para Deus. Neles, cultivavam-se, então, dois princípios fundamentais: o de despertar a crença e a fé nos cristãos e reforçar o sentimento de patriotismo e amor à nação que deveria ser reconstruída.

Com o primeiro “Congresso Eucarístico Diocesano”, o senhor Bispo Dom Lafayette Libâneo também queria empreender uma grande obra em favor das vocações e iniciar a construção de um Seminário Diocesano:

Conciente de que o futuro de nossa Santa Religião, como também de nossa querida Pátria, em grande parte, depende de muitas e sólidas vocações eclesiásticas, foi sempre intento Nosso a construção de um *Seminário Diocesano* onde possam iniciar seu tirocínio as crianças em cujo coração Deus Nosso Senhor depositou o dom inapreciável da Vocação Sacerdotal. Em vista disto, creámos a Associação de S. José, que com suas preces vem trazendo o seu auxilio pecuniário. E falando em auxilio, não Nos é possível calar o gesto do Padre Ernesto Maria Fina, de saudosa memória, legando ao Seminário parte de seus haveres. Confiante na Divina Providencia que veste os lírios do campo e prôve a alimentação das aves do céu, tínhamos projetado para este ano a benção da primeira pedra do Seminário, quando, na reunião dos Exmos. Srs. Bispos da Província, ficou resolvido que, como preparação ao IV CONGRESSO EUCARÍSTICO NACIONAL, cada Diocese faça um CONGRESSO EUCARISTICO DIOCESANO, precedido também ele por SEMANAS EUCARISTICAS nas sédes Paroquiais. (Circular do Primeiro Congresso Eucarístico Diocesano de 02 de Fevereiro de 1940 p. 3).

Sendo assim, para que se tivesse adesão por parte de todos na organização do Congresso Eucarístico, o bispo diocesano, por meio de uma circular, erigiu algumas normas para movimentar, de forma geral, toda a diocese. Para tal, instituiu uma comissão central composta por ele mesmo, pelo Monsenhor Gonçalves, Monsenhor Braz Baffa, Frei Paulo Luig, Dr. João Deoclecio Ramos e Sr.a Ruth Medeiros.

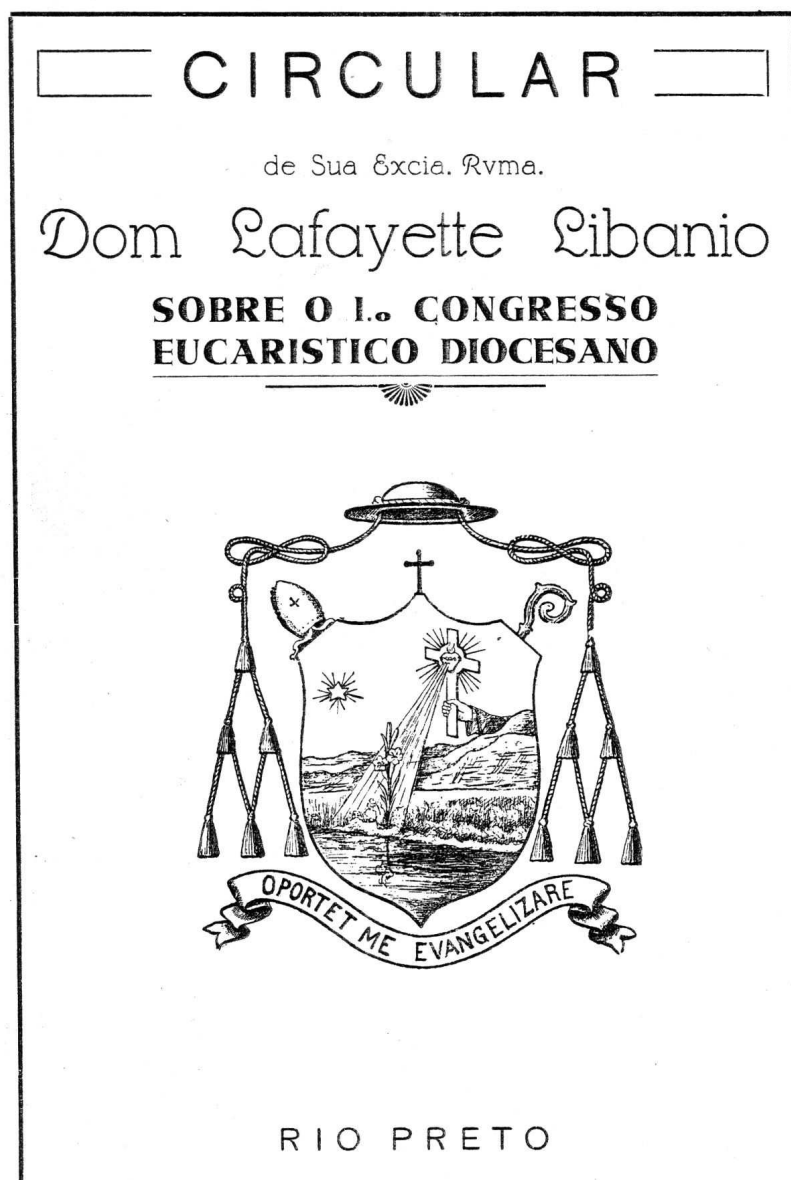


Figura 10. Fac-símile da circular do Congresso Eucarístico de Rio Preto que destaca o brasão de Dom Lafayette e o seu lema episcopal “É preciso que eu evangelize”. Observa-se a luz civilizadora que emana da cruz em solo sertanejo, fazendo brotar a flor, símbolo do belo e do bem.

Fonte: Arquivo da cúria diocesana.

O bispo também instituiu uma comissão diocesana tendo como presidente Monsenhor Albino da Silva Cunha, além dos seguintes padres – Gregório Nafria, Justino Girardi, Benjamim Malho, José Antonio Veloso Gomes, Fidelis Orueta e Frei Gil Maria. Para a comissão executiva, nomeou como presidente Frei Gil Maria e os padres Gregório Nafria e Jeronymo Brasil.

Depois de formadas as comissões, Dom Lafayette pediu aos respectivos párocos que “atendessem a estas comissões, com a delicadeza e boa vontade que caracterizam o verdadeiro zelo pela glória de Jesus Sacramentado” (LIBÂNIO, 1940). Outra orientação da autoridade eclesiástica foi que se realizassem semanas eucarísticas nas sedes paroquiais durante o período pascal. Para isso, as comissões elaboraram um roteiro que deveria ser efetivado nas comunidades paroquiais e que tinham a seguinte estrutura: início no domingo à noite com a recitação das orações *Veni Creator* (cantado), oração pelo Congresso, sermão sobre os fins deste movimento eucarístico, bênção do Santíssimo e canto do Hino do Congresso.

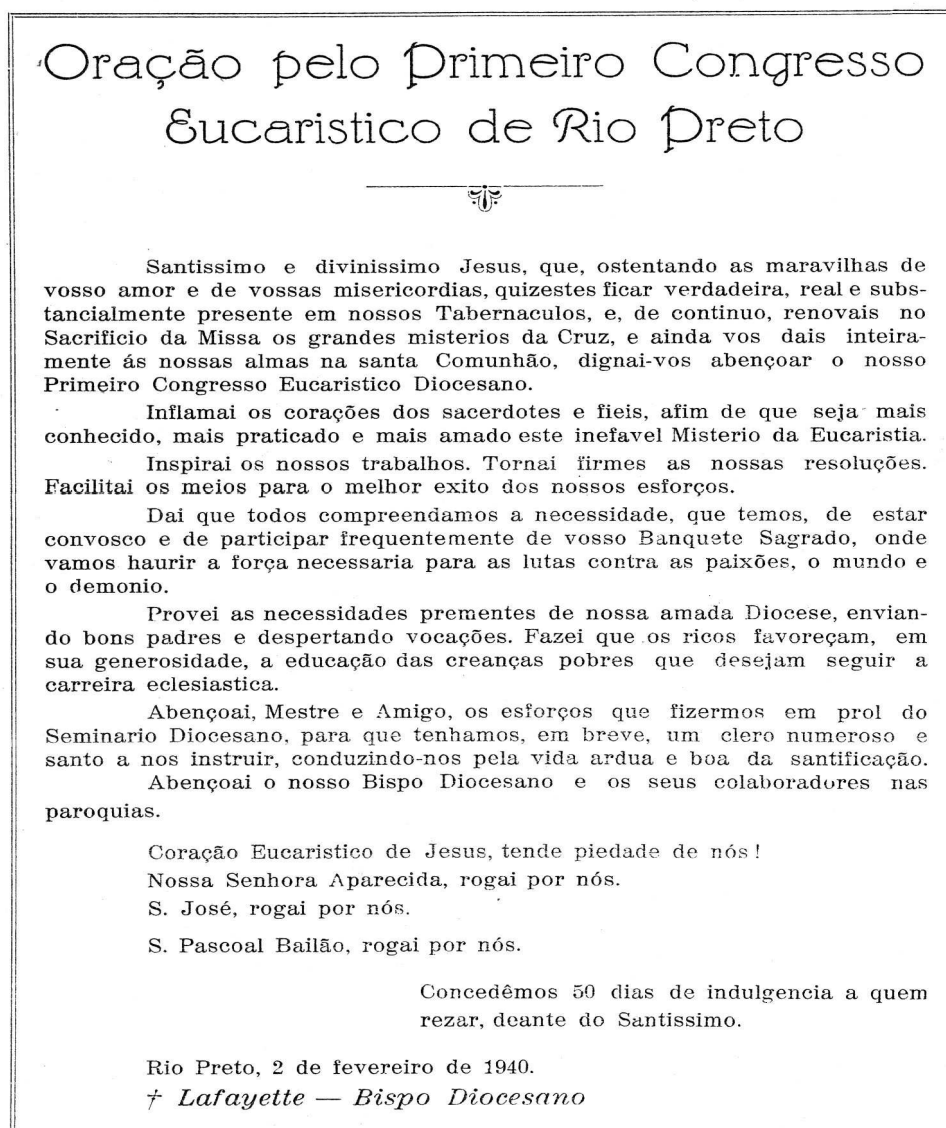


Figura 11. Fac-símile da Oração do Congresso Eucarístico de Rio Preto. Na oração é contemplado o pedido das bênçãos divinas sobre o Congresso, um forte apelo para o livramento das paixões mundanas e uma acentuada campanha vocacional.

Fonte: Arquivo da cúria diocesana.

Durante as preparações, foi pedido que se fizessem também missas com comunhões gerais, reuniões instrutivas para homens, senhoras e crianças (separadamente) e que nessas reuniões os leigos tomassem parte ativa fazendo ligeiras conferências.

A preparação do Congresso visava atingir a todos os fiéis, até os que estavam doentes e acamados. A circular instrutiva contemplava que seria “de grande proveito organizar-se uma comunhão geral para os doentes da cidade, levando-se procissionalmente o Santíssimo aos enfermos que deveriam, de antemão, estar confessados e preparados para receber a comunhão”.

Para que o Congresso Eucarístico ocorresse da forma como fora planejado inicialmente, algumas medidas foram divulgadas, dentre elas pedia-se que: a) o programa definitivo do congresso fosse organizado com antecedência e divulgado por boletins em toda a paróquia; b) os líderes organizassem comissões de finanças, de festejos, de ornamentação da Igreja e das ruas e da pauta de adoradores; c) pregadores e confessores fossem convidados. Caso os oradores fossem leigos o assunto a ser falado deveria ser indicado pelo organizados e o tempo de fala não deveria ir além de 05 minutos; d) fossem reservados lugares para as autoridades (antecipadamente convidadas) e que fossem designadas pessoas para recebê-las; e) se instalassem ampliadores de voz e ensaiassem o credo, cantos populares, o *Tantum ergo* (cântico *Tão Sublime* para ser cantado diante do Santíssimo) e o Hino do Congresso.

O hino, aliás, representa claramente o papel civilizador da Igreja Católica no sertão paulista, bem como o papel evangelizador dos católicos como um todo.

Hymno do Congresso

Letra do Mons. Dr. Henrique de Magalhães

Música de D. Etelvina Ramos Viana

I

Onde era o Sertão do Avanhandava,
Surgem as cidades... de repente!
E agora, na hostia consagrada,
Jesus abençoa sua gente!

ESTRIBILHO:

Viva Jesus!
Viva a Eucharistia!
Vibre em nossas almas seu amôr!
Seja o nosso peito seu altar!
De um extremo ao outro, em nossa Patria,
Jesus, para sempre, ha de reinar!

II

Campos de cultura em toda a parte...
Brilha, em céu azul, um sol de ouro!
—Brilhe o sol da graça em nossas almas!
Sede, ó bom Jesus nosso thezouro!

III

Nesta região a messe é grande...
Faltam-nos, porém, os operarios...
—Dae padres, Senhor, á vossa messe,
Povoe os nossos Seminarios!

Figura 12. Fac-símile do Hino do Congresso Eucarístico de Rio Preto.

Fonte: Arquivo da cúria diocesana

Observa-se claramente na execução do Hino: a) a idéia de que o sertão está em franca transformação; contrapondo sertão (lugar inóspito, desabitado, sem Deus, sem civilização) a cidade (lugar de progresso, povoamento, onde há presença de Deus, da Igreja e da civilização), b) demarcação da presença física da Igreja em

todos os cantos e lugares, mas também espiritual, c) transformação capitalista em curso, a transformação da natureza, a topografia do campo em cidade e d) um chamamento vocacional para o trabalho civilizador que é grande porque trata-se de uma terra em franco desbravamento.

Uma dimensão que não ficou de fora no ato preparatório do Congresso foi a reunião para as crianças, consideradas o futuro da Igreja e na idade ideal para se incentivar as vocações sacerdotais. Aqui podemos ver uma estratégia de arregimentação de futuros sacerdotes, a partir de um despertar sutil, bem como a valorização simbólica dessa figura central no processo civilizador em curso.

Não deve faltar uma *reunião de crianças*, na qual se falará do sacerdócio, mostrando a honra de ser padre e a falta que há de sacerdotes em nosso paiz. Pergunte as meninas si gostariam de ter um irmão padre e aos meninos si querem se-lo. Termine rezando pelas vocações. (Circular do Primeiro Congresso Eucarístico Diocesano de 02 de Fevereiro de 1940 p. 8).

Ao final das instruções preparatórias apontadas pela circular encontramos um veemente apelo do senhor bispo encorajando todos os fiéis e principalmente o clero para tal empreendimento. Evidenciando a relação que a Igreja teria que cultivar com os meios de comunicação e com os poderes constituídos; alertando os próprios padres para que trabalhem.

Caríssimos Cooperadores: si, de um lado, os labores feitos em prol da causa de Deus são sujeitos a dificuldades, pois, assim como Jesus, seremos perseguidos, também nós, de outro, contamos com as bênçãos do céu e também com o auxilio dos bons. Si não estamos em um tempo de santos, há santos ainda neste tempo. Não desanimeis jamais em frente a uma dificuldade, grande que ela seja. Si quizessemos dar um motivo de animação, bastar-Nos-ia falar sobre a boa vontade que temos encontrado em a nossa cidade episcopal, quer por parte da várias comissões, Jornais e Radio, quer da parte das Exmas. Autoridades Civis e Policiais. Trabalhai portanto, e orai. Vossa oração subirá ao trono do Altíssimo e descerão sobre vós as melhores graças de Deus. Só uma cousa Nós tememos – porque não dize-lo? – só de uma cousa tememos: o desanimo de algum vigário, que, não podendo fazer tudo, desista de fazer o que póde. (Circular do Primeiro Congresso Eucarístico Diocesano de 02 de Fevereiro de 1940 p. 8).

Do Congresso participaram os mais importantes líderes da Igreja e do laicato, bem como todos os chefes e participantes de movimentos religiosos que traziam

seus estandartes e respectivos distintivos, ou seja, os cartazes e flâmulas que representavam o que cada segmento significava na Igreja e qual era o valor moral que o mesmo movimento defendia. Por exemplo, as “filhas de Maria” vestiam-se de branco, representando a pureza de uma moça distinta que cultivava os mais nobres valores da moral e dos bons costumes que eram exigidos pela sociedade da época. (DIAS, 1996, p. 109).

A realização do Congresso Eucarístico no interior paulista buscava colocar Rio Preto na marcha do progresso, do desenvolvimento civilizatório e da ordem paulista e nacional. Ao que parece tais anseios foram alcançados. Pelo menos é o que informava o jornal “O Estado de S. Paulo” em seu suplemento que exaltava o tamanho acontecimento do sertão.

Rio Preto, a cidade-revelação, sede do Primeiro Congresso Eucarístico Diocesano do Interior, há pouco realizado com inenarrável imponência, não encantou os seus trinta mil visitantes apenas com os atractivos de sua beleza material – os seus vastos e cuidados jardins, as suas opulentas e modernas edificações, o asseio impecavel de suas vias publicas, - mas, e principalmente, pelo seu magnífico ambiente social e sua apurada civilização, pela índole ordeira de seu povo, por suas arrojadas iniciativas de progresso. A testa da administração municipal de Rio Preto há um homem que incentiva todos os bons emprehendimentos que possam beneficiar a linda cidade da alta araraquarense: - o dr. Cenobelino de Barros Serra. (Suplemento do jornal Estado de São Paulo, Julho de 1940 n.o 162 p. 2).



Figura 13. Movimentação na cidade de Rio Preto por ocasião do Congresso Eucarístico de Rio Preto.
Fonte: Arquivo pessoal de Nilce Lodi.

Não é por acaso que o suplemento do jornal apresenta Rio Preto como “uma expressão do progresso” e a cidade “das grandes realizações”, trazendo publicadas as principais obras e feitos da urbe interiorana – os belos edifícios, pontes, estação ferroviária, edifício dos correios e telégrafos, vias pavimentadas, escolas amplas e modernas, praças ajardinadas etc. Conforme demonstrou Campos (2004, 2009), tal era o imaginário regional acerca da cidade no período.

Segundo o “Estado”, o Congresso Eucarístico mobilizou toda a cidade, inclusive o comércio que “acompanhou o progresso” com belas lojas que não deixavam nada a desejar às lojas da capital.



Figura 14. Loja de Rio Preto extremamente organizada na ocasião Congresso Eucarístico de Rio Preto: mercadorias e vendedores alinhados, em “ordem”.

Fonte: Suplemento especial do Estado de São Paulo (1940).

Participaram do Congresso, além dos diocesanos e do clero local e nacional, o Senhor arcebispo de São Paulo Dom José Gaspar, o interventor federal Dr. Adhemar de Barros e bispos de todo o Brasil, numa clara irmandade entre poderes públicos e religiosos.



Figura 15. Dom José Gaspar e Adhemar de Barros políticos e figuras ilustres do Congresso Eucarístico de Rio Preto.

Fonte: Arquivo de Nilce Lodi.

O Congresso Eucarístico foi palco de importantes inaugurações para a Igreja local, como a capela e o altar-mor do santuário de Nossa Senhora Aparecida e o lançamento da pedra fundamental do Seminário Diocesano “Nossa Senhora da Paz”.

A relação entre a Igreja e o Estado fica, mais uma vez, evidenciada nos vários símbolos nacionais que se destacam no Congresso como a fita com as cores da bandeira, a constante celebração do hino nacional bem como a presença constante bandeira do Brasil.



Figura 16. Grande movimentação do Congresso Eucarístico de Rio Preto. Podemos perceber como as procissões eram bem organizadas por blocos de diferentes congregações. Além disso, observa-se e a participação de crianças vestidas de anjo, uma antiquíssima forma de representar a pureza infantil. Nota-se, ainda, o conagraçamento de homens e mulheres de diferentes etnias no ritual.

Fonte: Arquivo pessoal de Nilce Lodi.

A realização do Primeiro Congresso Eucarístico em terras rio-pretenses foi motivo de grande exaltação do catolicismo no “Sertão do Avanhandava” e exultação dos principais líderes da Igreja Católica, pelo fato do evento ter tido grande repercussão nacional e até mesmo internacional. Não obstante, o sucesso do evento parecia comprovar o que, de fato, pretendia a Igreja: a difusão da fé e da moral cristã entre os habitantes da zona pioneira paulista.

Fato culminante, nos anais da vida religiosas da cidade de Rio Preto e de toda vastíssima diocese de que é sede, foi sem dúvida, o I Congresso Eucarístico Diocesano, preparatório para o IV Congresso Eucarístico Nacional, a celebrar-se, em setembro de 1942, na Capital Bandeirante. Precedido de intensa propaganda e de um muito bem organizado trabalho, dirigido pessoalmente, pelo Exmo. E Revmo. Sr. Bispo Diocesano, Sua Excia. Dom Lafayette Libânio, auxiliado, eficientemente, por todos os sacerdotes da cidade e da Diocese, o I Congresso Eucarístico Diocesano obteve todos os resultados e frutos esperados. Além do Telegrama de Sua Santidade, o Papa Pio XII e das altas autoridades eclesiásticas do País, honraram o congresso de Rio Preto com suas presenças, entre outros, os seguintes srs. Bispos: de Jaboticabal, e Sorocaba, de Botucatu, de Cafelândia, de Taubaté; sobressaindo as figuras eminentes dos Excmos. Snr. Arcebispo Metropolitano e do Interventor Federal. Também compareceu, tomando parte ativa em todos os atos, o Exmo. Sr. Bispo de Pouso Alegre. Entre os fatos mais importantes do

Congresso, sobresaem o lançamento da pedra fundamental do Seminário Menor Diocesano, a criação da paróquia Nossa Senhora do SS. Sacramento, no bairro de N.S. do Monte Serrat, a inauguração do Santuário do Sagrado Coração de Jesus na Vila Bom Jesus e do presbitério do Santuário de N. Senhora Aparecida, no bairro da Boa Vista. (Livro do Tombo da Catedral de S. José, 1940 p. 115v).



Figura 17. Participação masculina no Congresso Eucarístico de Rio Preto. Observa-se como se apresentavam bem trajados, carregando seus chapéus nas mãos em sinal de respeito e levando o Estandarte de sua irmandade, bem como suas fitas nos pescoços. Pretos, pobres, banda de música, sitiante.

Fonte: Arquivo pessoal de Nilce Lodi.

Esses grandes movimentos que concentravam um expressivo número de pessoas deixaram clara a capacidade mobilizadora do catolicismo no sertão paulista. Acreditamos que muitas vezes, até sem perceber, mesmo aqueles que não comungavam com os ideais da Igreja a reverenciavam em tão grandiosos eventos e acabavam internalizando um modo católico de ser e de estar no mundo.

CAPÍTULO IV

INSTITUIÇÃO CULTURAL E A IMPRENSA NA IGREJA DE RIO PRETO

4.1 Uma elite intelectual a serviço da Igreja em Rio Preto

Além do bispo e dos padres, alguns intelectuais e pensadores católicos rio-pretenses também escreveram, defenderam e assumiram, em consonância com o que acontecia no Centro Dom Vital do Rio de Janeiro, a obra civilizadora/restauradora da Igreja para um reordenamento social de toda a nação, bem como para o fortalecimento do catolicismo no interior do Estado de São Paulo. Para isso, eles fundaram, no dia treze de Janeiro de 1941, o Centro Dom Vital de Rio Preto, por meio de decreto do bispo diocesano:

Por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo de Rio Preto. As que este nosso Decreto virem, saudações e benção no Senhor. Fazemos saber que, desejando proporcionar aos católicos diocesanos, residentes em nossa sede episcopal, um meio seguro para o estudo mais acurado dos ensinamentos de nosso Divino Mestre Jesus Cristo: Havemos por bem, pelo presente decreto, instalar em nossa Sede Episcopal o Centro “Dom Vital”, cuja finalidade de acordo com os Estatutos e determinações Diocesanas oferecerá aos seus associados, oportunidade para um conhecimento eficiente da doutrina da Santa Igreja, bem como, grande e incalculáveis benefícios prestará á sociedade. Por este nosso Decreto nomeamos, ainda, sua primeira diretoria que será composta dos seguintes membros: Frei Gil Maria, Assistente Eclesiástico; Dr. João Deoclecio Ramos, Presidente; Dr. Carlos Foot Guimarães, vice-presidente; Luiz Jacob, secretário; farmacêutico Eduardo Álvares, segundo secretário; Manoel Machado tesoureiro. Esperamos do zelo e dedicação de cada um dos membros da diretoria que tudo façam para completa realização do magnífico ideal que temos em vista. Dada e passado na Câmara Eclesiástica de Rio Preto, sob o nosso sinal e o selo de nossas armas, aos 13 de janeiro de 1941. E, eu, Mons. Braz Baffa, Secretário do Bispado, o subscrevi. a) + Lafayette, Bispo Diocesano. (Ata do Centro Dom Vital de Rio Preto de 13 de Janeiro de 1941 p.3).

Ao que consta no livro de Atas do Centro Dom Vital rio-pretense, esse espaço aglutinador surgiu em decorrência das dificuldades encontradas no Congresso

Eucarístico diocesano porque as pessoas encarregadas de elaborar as teses apresentadas nas sessões de estudo não estavam preparadas ou não tinham conhecimento aprofundado sobre a área que deveriam dissertar. Daí surgiu a necessidade de se criar um Centro de estudos que, segundo Dom Lafayette Libânio,

lhes assegurasse os recursos indispensáveis para o aperfeiçoamento dos seus conhecimentos, quer por meio de uma orientação segura e autorizada, quer por meio de uma biblioteca onde pudessem encontrar os elementos necessários ao desenvolvimento de sua cultura religiosa. (Ata do Centro Dom Vital de Rio Preto de 13 de janeiro de 1941 p.2).

A defesa da criação de uma biblioteca, bem como a idéia de uma “orientação segura”, nos diz muito sobre a formação da própria identidade dos dirigentes católicos locais. Na verdade, tais medidas demonstram o intento formador da Igreja frente a uma população considerada despreparada para a missão de civilizar o sertão. Era necessário que os próprios pregadores locais tivessem, portanto, condições de corresponder às exigências intelectuais do movimento.

Outro aspecto relevante, como era praxis na Igreja Católica: todos os que assumiam um cargo dentro do centro deveriam fazer sua profissão de fé e/ou compromisso de fidelidade à Instituição, como fez a nova diretoria do Congresso Eucarístico perante o bispo diocesano.

Nós, aqui presentes, nomeados por S. Excia. Revma. O Sr. Bispo Diocesano, membros da primeira diretoria do Centro Dom Vital de Rio Preto, nos comprometemos, diante de Deus e com o seu auxílio, a observar os Estatutos, salientando as obrigações decorrentes do artigo 4.o a) ter uma vida eucarística freqüente e ativa; b) conservar submissão completa a ortodoxia da Igreja; c) conservar adesão total às determinações e conselhos da Santa Sé; d) Renunciar a qualquer atividade política ou social que, de qualquer modo, contravenha as condições acima enumeradas ou prejudique a finalidade do Centro, a juízo do Assistente Eclesiástico; e) Conservar subordinação consciente à Autoridade Diocesana; f) não pertencer a sociedades reprovadas pela Igreja.” (Ata do Centro Dom Vital de Rio Preto de 13 de janeiro de 1941, p. 4).

Com isso, podemos ver que as obrigações assumidas pelos membros do Centro Dom Vital de Rio Preto, inspiradas no Estatuto do Rio de Janeiro, eram bem rígidas e mantinham de maneira fiducial todos os associados sob a guarda, assujeitamento e autoridade da Igreja. Na solenidade de instalação do Centro de Rio

Preto estiveram presentes, além de autoridades civis e eclesiásticas, o reverendíssimo Monsenhor Dr. Henrique de Magalhães.

Ele veio como representante oficial da sede Dom Vital do Rio de Janeiro e falou, em seu discurso, sobre os fins e a importância do Centro Dom Vital para a cidade de Rio Preto, depois apresentou as biografias de Dom Vital e de Jackson de Figueiredo, identificando-o como aquele que “lançou as sementes do Centro Dom Vital entre a mocidade de nossa terra” e, por fim, transmitiu a satisfação do grande líder do laicato católico e presidente perpétuo do Centro Dom Vital, Dr. Alceu de Amoroso Lima por tal iniciativa em Rio Preto.

Por fim, o bispo declarou também como sócios fundadores do Centro Dom Vital em Rio Preto, além da diretoria, os católicos Dr. Ângelo Joaquim Corrêa, Alberto J. Ismael, Danilo Barbosa, Antonio Vieira Santos Junior, Orlando Corrêa e José Felício Miziara, homens ilustres da sociedade local.²¹

O Estatuto do Centro Dom Vital de Rio Preto trazia em sua página inicial as palavras de D. Sebastião Leme incentivando a obra de Jackson de Figueiredo e enaltecendo, sobretudo, a revista “A Ordem”, onde era publicada a produção intelectual dos católicos. Observa-se, portanto, a circulação das idéias e ações da Ação Católica também no interior paulista.

O Centro Dom Vital é a maior afirmação da intelligencia christã em terras do Brasil. A obra grandiosa que, do saudoso Jackson de Figueiredo ao nosso Tristão de Athayde, vem elle desenvolvendo, só podem ficar insensíveis os espíritos sem fé, sem coração e sem patriotismo. É, pois, com entusiasmo de apóstolo e de brasileiro, que, elogiando e encarecendo a actuação do centro Dom Vital, aqui deixamos fervoroso appello em benefício da revista “A Ordem”. a) + Sebastião, Cardeal Arcebispo. (Estatuto Centro D.Vital de Rio Preto, 19 de Março de 1941).

O estatuto do Centro Dom Vital de Rio Preto é composto de 21 artigos distribuídos em Fins, Sócios, da Diretoria, Funções, Assistente, Funcionamento, Disposições Gerais, Disposições transitórias e Termo de Compromisso. Dessa estrutura, vale ressaltar que no artigo 1.º está determinado que o Centro seja uma associação subordinada em tudo à Ação Católica e que tenha por fim desenvolver, por todos os meios intelectuais legítimos, a cultura católica em Rio Preto e cidades

²¹ Os personagens elencados no corpo do texto ocupavam as seguintes profissões: advogado, professor, farmacêutico, fazendeiro, economista, prefeito, procurador geral, etc.

vizinhas, organizando cursos e conferências sobre temas de cultura e vida religiosa. É observado, também, que se mantenha uma biblioteca com obras católicas.

Já no artigo 2.º é afirmado que o Centro pode ter quatro classes de sócios – Ativos, Assistentes, Correspondentes e Honorários. Todos seriam obrigados a pagar uma mensalidade para a manutenção do local.

Outro aspecto que se destaca no Estatuto está no artigo 16.º. Nele fica determinado que sejam formadas cinco comissões de estudos para elaboração de teses: Comissão de Teologia e Liturgia – Comissão de Apologética e História, – Comissão de Filosofia e Ciência – Comissão de Sociologia e Letras e Comissão de Apostolado Social. Cada sócio do Centro deveria se inscrever em uma dessas comissões, comprometendo-se a especializar-se em estudos referentes a uma das teses sugeridas. No entanto, sem dúvida que de todo o Estatuto, era o supracitado artigo 4.º o que mais evidenciava o controle da Igreja sobre seus membros e, ao mesmo tempo, impunha uma fidelidade aos princípios católicos.

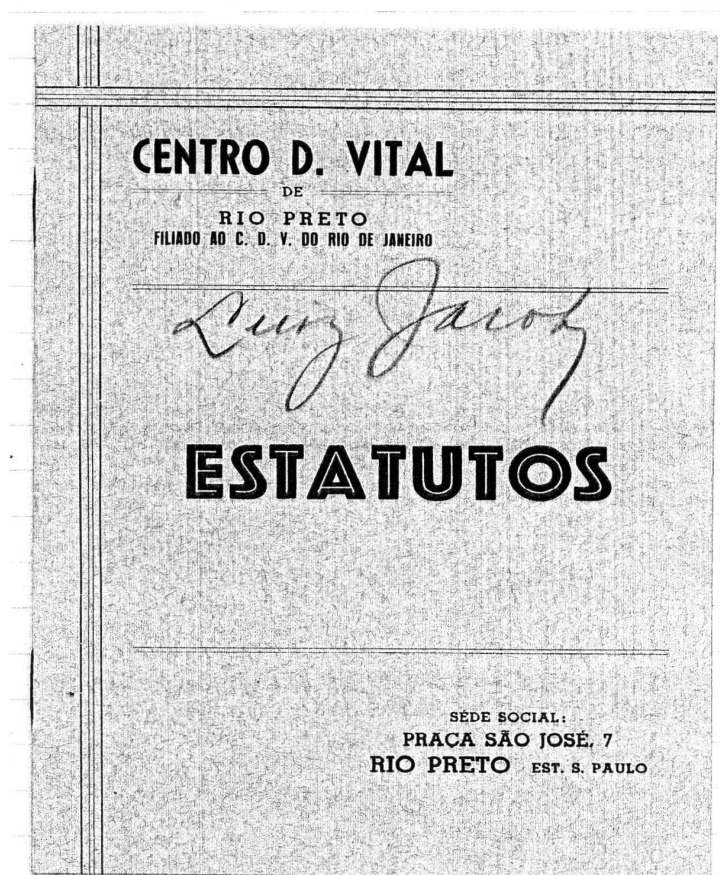


Figura 18. Fac-símile do Estatuto do Centro Dom Vital de Rio Preto. Exemplar que pertenceu a Luiz Jacob, católico e secretário do Centro Dom Vital em Rio Preto.

Fonte: Arquivo da cúria diocesana.

A primeira reunião do Centro Dom Vital rio-pretense aconteceu no dia 02 de Julho de 1941 na casa paroquial, onde funcionava a sede provisória do mesmo. Estavam presentes Frei Gil Maria, assistente eclesiástico, os diretores Dr. João Deoclécio da Silva Ramos, o presidente, Manoel Machado, o tesoureiro, Luiz Jacob, o secretário e os associados Dr. Francisco Purita, Prof. Oscar Salgado Bueno e Antonio Vieira dos Santos.

No primeiro encontro dessa diretoria, o senhor presidente Dr. João Deoclécio falou do objetivo de consolidar todos os projetos que tinham em mente e que, para isso, “contava com a cooperação e decidida boa vontade dos senhores associados para que o Centro possa levar a bom termo a execução de sua finalidade correspondendo, assim, aos desejos do Exmo. Sr. Bispo diocesano”.

Na ocasião, o presidente falou que havia recebido uma correspondência do Centro Dom Vital do Rio de Janeiro agradecendo a instalação de uma filial em Rio Preto. Foi também aprovada unanimemente, na ocasião, a proposta de enviar um agradecimento especial para o jornal “Folha”, da cidade de rio Preto, por ter publicado a mensagem enviada ao Centro Dom vital de Rio Preto “pelo grande pensador e *Leader* do laicato católico Sr. Dr. Alceu Amoroso Lima”.

Depois foram distribuídas as teses que os associados deveriam estudar ao longo do ano corrente. Observa-se que as temáticas abordadas eram sobre os santos intelectuais católicos, modelos e protótipos de verdadeiros cristãos e discípulos de Jesus e da Igreja. A idéia era a de que os leitores deveriam primeiramente se espelhar na vida dos ícones clericais – e depois pregassem não apenas para os seus pares, mas para o restante da população.

Procedeu-se depois ao sorteio das teses que deverão ser apresentadas mensalmente, até o fim do corrente ano, cujo resultado foi o seguinte: para o mês de julho, Dr. João Deoclécio da Silva Ramos, tese: Frederico Ozanan; para o mês de Agosto, Luiz Jacob, tese: Santo Agostinho; para o mês de Setembro, Antonio Vieira Santos Junior, tese: São Paulo; para o mês de Outubro, Professor Oscar Salgado Bueno, tese: Ação Católica; para o mês de Novembro, Manoel Machado, tese: São Lucas; para o mês de Dezembro, Dr. Francisco Purita, tese: Juventude Operária Católica (JOC). (Ata do Centro Dom Vital de Rio Preto do dia 02 de Julho de 1941 p.8).

Observa-se que a arquitetura de uma filial do Centro Dom Vital do Rio de Janeiro no interior paulista, mais respectivamente na “boca do Sertão”, é marca

tanto da importância da Ação Católica no interior paulista, quanto do processo civilizador em curso perpetrado pela Igreja na região.

4.2 Educação e cultura religiosa na imprensa de Rio Preto

Além dos sermões proclamados nas Igrejas e da fundação de colégios confessionais destinados a um público masculino e feminino; da realização de congressos, fundação de congregações variadas e de uma filial do Centro d. Vital; da realização de rituais públicos de diferentes graus de visibilidade (procissões, rezas, cantos etc), a Igreja local também utilizou, sobremaneira, a imprensa escrita para divulgar suas idéias e civilizar a população local.

Ela foi utilizada, portanto, como material de estudo para elaboração deste texto e proporcionou várias possibilidades de análise e de contextualização da trajetória da Igreja Católica no processo de organização e disseminação da cultura religiosa em Rio Preto, bem como sua atuação no processo formativo/civilizatório dos que habitavam a região.

Sendo assim, os periódicos tornaram-se uma fonte bastante relevante para o desenvolvimento da pesquisa, pois, por meio deles, pudemos encontrar informações e dados que provavelmente não encontraríamos em outra documentação mais específica sobre a atuação da Igreja de São José do Rio Preto fora do âmbito estritamente eclesial, ou seja, na vida pública.

Ao analisarmos o jornal “O Município”, por exemplo, um dos mais importantes da região conforme indicou Campos (2004, 2009), percebemos que mesmo sendo uma propriedade privada e estando a serviço do Partido Republicano, trazia nas suas primeiras páginas, em destaque, o cotidiano da Igreja local: as datas religiosas, as principais festas católicas, as discussões sobre a inserção da religião no cenário nacional bem como os anseios dos dirigentes da Instituição.

Tudo isso, com a finalidade de solidificar e fortalecer cada vez mais o catolicismo no interior do sertão paulista e, principalmente, reforçar os ideais católicos, os princípios religiosos e morais e as virtudes cristãs na vida dos fiéis. Podemos ver divulgado na primeira página do periódico a necessidade de buscar a

pureza da religião e as virtudes cristãs por meio da devoção a Virgem Maria, por exemplo.

O mez de Maio é na maior parte do mundo o mez mais lindo do anno. É o mez das flores. A natureza reveste-se de encantos e maravilhas. A terra parece transformada num jardim cujas flores exalam um perfume delicioso. Em toda a parte reina paz, alegria e esperança. Eis a razão porque o povo cathólico escolheu justamente esse mez para glorificar Maria a virgem das virgens. Nesse Mez, os catholicos do mundo inteiro reúnem-se espiritualmente para render homenagens grandiosas a Rainha dos Santos. Maria merece as nossas homenagens, pois Ella é a creatura mais pura, a virgem Immaculada, a flor mais bella entre as flores celestes. É Ella a quem a Igreja admira como o lírio dos valles e a rosa de Saro. Maria é a mãe de Jesus Christo, mãe de Deus. Sem Ella não haveria Redempção. Deste modo Maria torna-se a medianeira poderosa entre Deus e nós, entre o creador e as criaturas. É por isso que, na Ladainha Laureana a invocamos: “jonna coelo”, porta do céu; pois sem Ella não há entrada no céu. Maria é nossa mãe e protetora. Ella nos ama qual a mãe mais terna; Ella guia os nossos passos pelos caminhos sinuosos deste mundo; Ella é a estrella polar que no mar procelloso da vida. Indica o rumo a barguinha frágil do nosso ser. Vinde, pois, vinde todos e cantae louvores a virgem mais pura, a mãe de Deus, a mãe mais terna, a rainha dos ceos. Depositae aos pés de Maria as flores flagrantes da nossa terra, depositae as flores espirituais do vosso coração as virtudes crhistãs! (Mez de Maria. O Município, Rio Preto, anno IX, n. 752, 1 de Maio de 1926, p.1).

Além de a imprensa local divulgar os principais festejos da Igreja Católica, convocava também os leitores para tomarem parte nos festejos e nas procissões. Destaca-se que as festas eram momentos de aparente coesão social entre ricos e pobres. Eram períodos, também, em que os cidadãos considerados verdadeiramente católicos ganhavam maior visibilidade e prestígio. Era a elite da cidade, afinal, o pequeno grupo de letrados que lia e escrevia em O Município, que carregavam os símbolos máximos da instituição local.

As filhas de Maria desta parochia convidam por nosso intermédio o povo catholico desta cidade para tomar parte em todos os festejos a se realizarem hoje; e aos seguintes senhores: cap. José Mendes de Oliveira, cel. João Braga, dr. Pinto de Toledo Junior, dr. Nelson da Veiga, dr. Aluisio Nunes Ferreira e dr. Matheus Chaves Junior para carregarem o Pallio; os srs. Dr. José Nogueira de Noronha, Otavio Pinto César, Alceu Lemos de Medeiros e Silvestre Nazareth Cherubini para carregarem o andor da Immaculada Conceição; srs. Jose Maria Casaca, Eugênio Gomes, Frederico Jorge Sobrinho e dr. Aureliano de Mendonça para carregarem o andor de São Benedicto: srs. Sebastião Ramos, Ulderico de Toledo Pisa, João Marques da

Silva e Eros de Araújo para carregarem o andor de N. Senhora Aparecida; srs. Paulino Bueno de Aguiar, Luis Mansor, Antonio Lopes e Antonio de Mendonça para carregarem o andor de Nossa Senhora do Monte Serrat, o sr. dr. Ângelo Joaquim Correa para carregar o estandarte da Congregação Mariana e o sr. cel. Manoel Jorge de Medeiros e Silva para carregar o estandarte do Apostolado da Oração. (Mez de Maria. O Município, Rio Preto, anno IX, n. 776, 30 de Maio de 1926, p.2).

Uma das maiores e mais prestigiadas festas da Igreja Católica a mobilizar boa parte dos moradores da cidade de Rio Preto e região era a de Corpus Christ. A data era destaque no jornal local e ainda hoje continua movimentando comunidades Brasil afora.

A Egreja Catholica comemora hoje a festa de Corpus Christi e para que seja comemorada esta festa catholica o nosso Rvmo. Vigário P. Plascido Neblichit fará sair hoje ás 17 horas (5 da tarde) a imponente procissão de Corpo de Deus, em que Jesus Sachramentado percorrerá as principais ruas da cidade em visita á nossa população. Convida o nosso Vigário por nosso intermédio a população religiosa desta parochia para tomar parte nessa demonstração de Fé Apostólica; pedindo ás famílias que atapetem de folhas as ruas por onde tem de passar a procissão e ás irmandades que compareçam com seus distintivos e estandartes. Deverão carregar o Pallio os seguintes senhores: cel. João Braga, dr. L. Nunes Ferreira, dr. Matheus Chaves Junior, dr. Aureliano de Mendonça, Octavio Pinto Cezar e Albino José de Araújo Neto. Para carregar o estandarte das Filhas de Maria é convidado o dr. Ângelo Joaquim Corrêa e para carregar o estandarte do Apostolado da Oração é convidado o cel. Manoel Jorge de Medeiros e Silva. (Corpus Christi. O Município, Rio Preto, anno IX, n. 778, 03 de Junho de 1926, p.1).

Sobre essa mesma festa, o pároco da Igreja matriz D. Plácido Neblicht exaltou sobremaneira a suntuosidade do evento e o comportamento exemplar e civilizado por parte de todos os católicos.

Foi com sumptuosidade extraordinária que se celebrou no dia 3 do corrente a grande festa do Corpo de Deus. O comportamento exemplar do povo catholico testemunhou claramente que comprehende a importância do Mystério que se comemorou nesta festa. Grande número de fiéis rendeu suas homenagens a Jesus Sacramentado recebendo a Sagrada Communhão. A Procissão magestosa que levava o Santíssimo entre flores, incensos e cânticos pela cidade, foi uma das mais bellas que Rio Preto viu. Agradeço a todos que contribuíram para o engrandecimento desta esplendida manifestação de Fé. Agradeço de um modo especial ao Apostolado da Oração, ás filhas de Maria, ás Damas de Caridade, á Irmandade do Rosário e a Exma. Sra. D. Pequitita Noronha que enfeitaram com

todo carinho os lindos altares, ao incansável sr. Manoel dos Reis Araújo que organizou mui habilmente o imponente cortejo, e finalmente os Exmos. Srs. que carregaram o Pallio e os Estandartes. Que Jesus Hóstia derrame suas graças abundantes sobre todos os que o acompanharam em triumpho pelas ruas festivas desta cidade! Rio Preto. 4 de Junho de 1926. Dom Plascido Neblicht – Vigário. (Notas Religiosas. O Município, Rio Preto, anno IX, n. 781, 06 de Junho de 1926, p.2).

Outra festa Católica que tinha relevância no cenário local e que também dava prestígio àqueles que tomassem parte das cerimônias era a Festa do Coração de Jesus, celebrada durante todo o mês de Junho.

Terão lugar hoje as festividades do encerramento do mez do Sagrado Coração de Jesus, que constarão de: missa às 8 horas com comunhão geral de todas as Associações religiosas e de todos os fiéis; missa solemne às 10 horas com pratica, e procissão a tarde, após a entrada desta. Haverá bencam do SS. Sacramento. A procissão deverá sair da Matriz às 17 horas. Para carregarem os andores as zeladoras do Coração de Jesus por nosso intermédio convidam os seguintes senhores: Cel. Manoel Jorge de Medeiros e Silva, dr. Luiz Nunes Ferreira, Octavio Pinto Cezar, dr. Nelson da Veiga. Cel. João Braga e Reis Araújo, para carregarem o Pallio; Albino J. de Araújo Netto, dr. Aureliano de Mendonça, dr. Mario F. de Azevedo e major Léo Lerro para carregarem o andor do Coração de Jesus; José S. Castro, cap. José M. de Oliveira, dr. J. Nogueira de Noronha, e Antonio de Mendonça para carregarem o andor de Nossa Senhora; dr. Ângelo Corrêa para carregar o estandarte da Congregação Mariana e Silvestre N. Cherubini para carregar o estandarte do Apostolado da Oração. (Festa do Coração de Jesus. O Município, Rio Preto, anno IX, n. 883, 04 de Julho de 1926, p.2).

Segundo Lúcia Lippi Oliveira (1990, p. 175), as festas públicas “tem sempre uma função pedagógica e unificadora” e foram momentos de congregar pessoas de todos os níveis sociais, destacando é claro, o poder simbólico que as pessoas ocupavam na sociedade. Isso podemos ver claramente na organização das festas católicas sejam religiosas ou sociais. Sendo assim, ainda segundo a autora, as festas também “contribuem para legitimar e dar coesão social à nação”.

Na imprensa local ainda tiveram destaque os assuntos da Igreja em outros países, tais como o México, onde a doutrina sofria graves ataques e perseguições por parte do governo por conta de um regime ditatorial instalado no México no ano de 1926. Diante de tal situação, o vigário substituto, Pe. Geraldo convocou os paroquianos rio-pretenses para se unirem em orações em favor do sofrimento dos católicos mexicanos.

É publico e notório a perseguição movida pelos governos do México contra a religião Catholica Apostólica Romana, seus ministros, suas escolas e seus Institutos religiosos. As igrejas foram fechadas, os sacerdotes deportados, o culto publico prohibido em nome da lei. Assim accenderam no México uma perseguição religiosa igual ao tempo dos invasores pagãos nos primeiros séculos da igreja. Obedecendo a uma ordem episcopal far-se-ão, nesta Matriz, no dia 1.o de Agosto ás 4 horas da tarde preces publicas pelos christãos do México. Em seguida realisar-se-á uma procissão em redor do largo da Matriz recitando com o povo a Ladainha de todos os Santos e orações do Ritual. Depois da procissão será rezado com todos os fiéis um acto de desagravo diante do S. S. Sacramento exposto na custódia com recitação sete vezes do Padre. Ave e Glória pela conversão dos pecadores; então será dada benção com o S.S. Sacramento. Em Tal dia os fieis receberão a sagrada communhão com a mesma intenção pedindo pelos christãos do México. (Ao povo Catholico. O Município, Rio Preto, anno IX, n. 825, 31 de Julho de 1926, p.1).

O periódico também enfatizou, por meio dos padres da Ordem de São Bento, o desejo de se construir um colégio sobre o patrocínio de São Bento e que deveria ser dirigido pelos religiosos que ali estavam em missão. Para tal, eles aproveitaram os festejos de São Bento e lançaram a campanha educacional. Mas o empreendimento não se efetivou na cidade.

No dia 29 do corrente, celebrar-se-á nesta Matriz a festa de São Bento. A novena preparatória começará no dia 31 com terço, ladainha e bencam. Depois da reza haverá leilões com ricas prendas. Os generosos mordomos dos leilões são os seguintes: no dia 22 o sr. Nelson da Veiga e d. Nair de Assis; no dia 22 o sr. dr. João Fleury e d. Pequetita Noronha; no dia 23 o dr. Ângelo Corrêa e d. Ernestina Mattos; no dia 24 o sr. dr. Nunes Ferreira e d. Diva Spinola; no dia 25 o sr. dr. Mario Azevedo e d. Francisca Medeiros; no dia 26 o sr. dr. Matheus Chaves e d. Adalgisa Gonçalves; no dia 27 o sr. Octavio Pinto Cezar e d. Ada Taves; no dia 28 o sr. dr. Mendes Pereira e d. Dalú Sylo; no dia 29 o sr. Frederico Jorge Sobrinho e d. Solange Nascimento. Nos dias 22, 28 e 29 haverá também Kermesse em três barracas que serão para esse fim armadas no Lago da Matriz. As Barracas terão as cores verde, amarella e cor-de-rosa. Da barraca verde de São Bento, tomarão conta d. Dalú Sylos e a Irmandade de S. Bento. Da barraca amarella tomarão conta d. Olegaria e d. Anna Mendes de Oliveira, d. Iracema Spinola e d. Eunice Bueno de Aguiar. Da barraca cor-de-rosa, d. Christina Meirelles e a Irmandade do Rosário. São convidados todos os habitantes desta florecente cidade bem como os da circumvizinhança abrilhantarem o mais possível as solemnidades da grande festa em homenagem ao milagroso S. Bento. O saldo da Festa será empregado em benefício do Collegio São Bento. (Festa de São Bento. O Município, Rio Preto, anno IX, n. 831, 11 de Agosto de 1926, p.1).

O impresso ainda enaltecia os projetos sociais e as obras de caridades realizadas pelas senhoras da elite social rio-pretense, por meio da divulgação e preparação da festa de Natal para as crianças pobres. Aqui podemos ver propagar uma imagem de Igreja que se preocupa com os pobres e desvalidos da sociedade, tema contraditório e ainda recorrente no catolicismo até hoje.

Uma comissão de senhorinhas da nossa elite social, a pedido do Revdo. Pe. D. Amaro Skarker, vae promover uma elegante festa de caridade, especialmente dedicadas ás creanças pobres, na próxima noite de Natal. A festa terá logar no adro novo da Matriz e constará de uma bella “arvore de natal”, com sorteio e distribuição de brindes, e de uma ceia para as creanças. Gents Senhoritas tomaram a seu cargo a obtenção de prendas e donativos para a interessante festa infantil. (Alvore do Natal. O Município, Rio Preto, anno IX, n. 926, 05 de Dezembro de 1926, p.1).

No dia 24 de dezembro de 1926 o jornal divulgou, por meio de uma nota, a programação dos festejos da noite natalina para os católicos: “A’s II horas da noite haverá, matinas; em seguida benzer-se-ha a porta nova da matriz. A meia noite haverá missa solemne (missa do galo), após a qual será dado a beijar o menino Jesus”.

Como a vida da cidade estava intimamente ligada a vida da Igreja, dentre os festejos mais concorridos e denominados como “pomposos e deslumbrantes” eram o do padroeiro da paróquia, precedido sempre pela novena de São José e o da tradicional quermesse que mobilizava praticamente todos os católicos.

Com todo o esplendor realiza-se neste anno a festa do insigne padroeiro da cidade de S. José de Rio Preto, solemidade tradicional que em todas as epochas constituiu objeto de significativo amor, para com aquelle que protege com suas bençams toda esta parochia. Desejando patentear sua gratidão a S. José pelos benefícios do glorioso Santo, que protege e defende a cidade de S. José de Rio Preto. Os festeiros esperam que, todos na medida de suas forças concorram de qualquer modo, para o brilhantismo da festa. (Festa de São José. O Município, Rio Preto, anno X, 05 de Fevereiro de 1927).

A festa de São José, além de ser um momento de confraternização e para angariar fundos para as obras da construção da Matriz e manutenção da Igreja, servia também para fortalecer o catolicismo nas terras da região. A programação

religiosa exaltava de maneira muito evidente a vida exemplar de São José e suas virtudes heróicas, como modelo de vida para todos aqueles que buscavam ter uma existência pautada na religião e nos costumes da Igreja católica.

Pomposa e deslumbrante Festa
DE
SÃO JOSÉ
Milagroso Padroeiro da Parochia
Em São José de Rio Preto
Nos dias 10 a 19 de Março de 1927

Quando o esplendor realiza-se neste anno a festa do insigne padroeiro da cidade de S. José de Rio Preto, solemnidade tradicional que em todas as epochas constituiu objecto de significativo amor, para com aquelle que protege com suas bençãos toda esta parochia.

Desejando patenhear sua gratidão a S. José, pelos beneficios recebidos do glorioso Santo, que protege e defende a cidade de S. José de Rio Preto, os festeiros esperam que, todos na medida de suas forças concorram de qualquer modo, para o brilhantismo da festa.

PROGRAMMA

Dia 10 de Março

A's 5 horas da manhã alvorada pela banda de musica local.

A's 8 horas, missa com canticos em honra de São José.

A's 6 horas da tarde, começarão na Egreja Matriz as novenas preparatorias para a festa, com terço, ladainha cantada e bençã com Santissimo, sendo executados os cantos liturgicos pelas distinctas cantoras da Matriz, sob a direcção da Exma. Snra. D. Zulmira de Salles.

Em seguida terão inicio os leilões no coreto adrede preparado, tocando nos intervallos a afinada banda de musica local, sob a regencia do habil maestro Snr. Raphael Quaranta.

Dias 11 a 19 de Março

Proseguimento das festividades seguindo o programma do dia 10 de Março.

Dias 16, 17 e 18

Um conhecido orador fará conferencias religiosas sobre a vida exemplar e as virtudes heroicas de São José e outros assumptos de grande importancia.

Kermesse

Todos os dias haverá Kermesse, funcionando tres lindos pavilhões sob o patrocinio dos festeiros.

Dia 19
Encerramento da Festa

A's 5 horas da manhã, alvorada, ás 7 horas missa, ás 8 horas missa com Communhão geral de todas as Irmandades e fieis, ás 9 horas missa para as creanças do catholicismo, ás 10 horas sermão pelo Rvmo. Padre Miguel Siebler e missa cantada sendo executada por distinctas Senhoras e acompanhada pela orchestra, uma missa de grande effeito musical.

A's 4 1/2 horas da tarde percorrerá as ruas desta cidade uma magestosa procissão. Ao entrar a procissão, haverá sermão pelo mesmo orador e bençã com o Santissimo.

GRANDE TOMBOLA

Em beneficio das Obras da Matriz

Extrahir-se-á no dia 19 de Março a Grande Tombola "S. José" com 70 valiosos premios

Os festeiros convidam a todos os habitantes desta florescente cidade bem como os da circunvisinhança a brilhantarem o mais possivel as solemnidades da grande festa em homenagem ao glorioso S. José.

o saldo da festa será empregado em beneficio das Obras da Matriz

São José de Rio Preto, Fevereiro de 1927

Os Festeiros:
José Spinola Castro
Dr. Luiz Teixeira Leite Junior
Victor Britto Bastos

Figura 19. Propaganda das festividades católicas no matutino "O Município". Além de o jornal trazer toda programação da festa, destacava como forma de prestígio os nomes dos festeiros que eram os responsáveis pela organização da festa.

Fonte: Arquivo Público Municipal.

“O *Município*” também tinha espaço reservado para a cultura local associada à publicidade. Mas, mesmo quando o assunto parecia ser outro, era a Igreja Católica que continuava se destacando. Dentre as diversas propagandas que veiculavam na imprensa rio-pretense, a que se evidenciava eram as propagandas religiosas. Como exemplo, podemos apontar a divulgação do filme apresentado no cinema local, que narrava a vida e obra de Santa Terezinha do Menino Jesus, a santa francesa que certamente serviria de modelo “de pureza” principalmente para a educação das meninas.



Figura 20. Propaganda do filme católico sobre a vida dos santos no matutino “O Município”.
Fonte: Arquivo Público Municipal.

A película até mereceu a consideração do bispo francês D. Eugenio Jacques, exaltando a obra, a técnica do longa metragem e, principalmente, o modelo de santidade veiculado pela obra para os cristãos. Sendo assim, percebemos que a Igreja passou também a utilizar-se de um novo meio de comunicação para atingir um maior número de fiéis: o cinema.

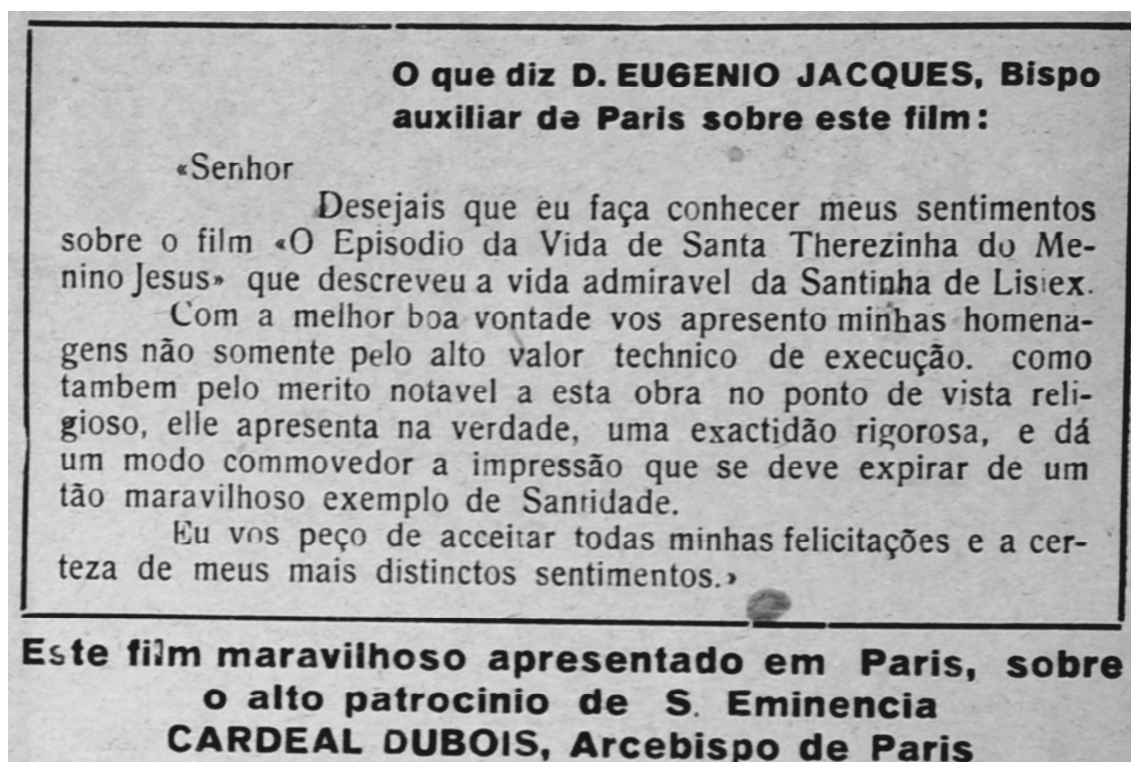


Figura 21. Propaganda do filme católico sobre a vida de Santa Terezinha no matutino “O Município” a partir da carta do bispo francês que o indica como um caminho de retidão e exemplo de santidade.
Fonte: Arquivo Público Municipal.

Outra característica do catolicismo local, frequentemente registrada com ênfase no jornal era o papel que as Filhas de Maria ocupavam no cenário regional. Tratavam o coletivo como um movimento que aglutinava “as boas moças” que tinham a vida pautada na moral e nos bons costumes requeridos pela instituição. De certa forma, qualquer moça que participasse de um movimento dessa ordem, gozava de distinção perante a sociedade.

Domingo, 1.º de Maio de 1927, realizar-se-ão na Matriz as seguintes cerimônias religiosas: MISSAS: Às 8 e às 10 horas. Durante a Missa as 8 horas se realizará a comunhão geral das distintas e devotas Filhas de Maria e das associações. A 1 HORA DA TARDE: Ensaio do catecismo; às 7 horas resa em honra de N. Senhora da Rainha de Maio. (Movimento religioso. O Município, Rio Preto, anno X, 29 de Abril de 1927, n. 1044, p. 1).

O afastamento dos padres beneditinos da cidade foi registrado nas páginas do jornal. Estes, ao deixar São José do Rio Preto, agradeceram o apoio recebido por todos enquanto estiveram a frente da Igreja Matriz e externaram o desejo de regressar um dia para executar a obra começada em construir um colégio de São

Bento e assim cumprir sua missão de professores e educadores, principal carisma da comunidade religiosa.

O abaixo assignado, ex vigário desta parochia de São José do Rio Preto, vem por si, e pelos seus companheiros da Ordem de São Bento, despedir-se do bom povo de Rio Preto, e apresentar a todos os seus ex-parochianos os mais sinceros agradecimentos pelo generoso acolhimento e agasalho, que lhes foi dispensado durante o tempo em que exerceram o seu ministério. Chamados a presença com seu Superior na Europa, foram por isso dispensados por S. Excia. o Exmo. Sr. Arcebispo-Bispo da Diocese da comissão religiosa, que vinham exercendo. Contam, porém, poder estar de volta dentro de pouco tempo, para dar execução ao compromisso que tomaram de construir o “Gymnasio de São Bento de Rio Preto”, já iniciado no bairro do Cemitério Velho. Aproveitam a oportunidade para comunicar a todos os que têm concorrido com espórtulas para esse fim e ao povo em geral, que estão quase concluídas as obras da Matriz, futura Cathedral, ficando todos os pagamentos em dia. Particularmente, também nenhum dos padres de São Bento, que ora se retiram de Rio Preto, deixa qualquer divida. Na sua ausência e até que regressem para sua missão especial que é a de professores e educadores, deixam como seu procurador o advogado dr. Matheos da Silva Chaves Junior. Assim se despedem, dos habitantes de Rio Preto, pedindo para todos os intercessão do glorioso São José e a graça de Deus. Rio Preto, 16 de Maio de 1927. Dom Geraldo Menhofer O.S.B. (Despedida e agradecimento. O Município, Rio Preto, anno X, 15 de Maio de 1927, p.2).

De 1930 em diante o movimento da Igreja Católica retratado no jornal “O Município” foi mais intenso. Criou-se, por exemplo, uma coluna chamada “Vida Catholica”, em que eram informados os eventos da Igreja em Rio Preto e região, o horário das reuniões das associações, os dias de novenas e procissões, os eventos das entidades católicas e, principalmente, os horários e os dias das celebrações das missas.

Outro aspecto relevante que o matutino recorrentemente divulgava eram os eventos relacionados a Igreja em nível nacional. Com isso percebemos que a religião no interior do Estado estava em consonância com a Igreja do Brasil e do mundo, tanto é que não deixamos de encontrar assuntos que versam sobre a política nacional, sendo eclesiástica ou não.

A nomeação do futuro cardeal do Rio de Janeiro está preocupando vivamente os círculos ecclesiasticos brasileiros, hevido fortes trabalhos em favor de algumas das mais destacadas figuras do clero nacional. Os nomes de d. Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro; d. Duarte Leopoldo, arcebispo de São Paulo; d. Antonio

Cabral, arcebispo de Belo Horizonte; d. João Becker, arcebispo de Porto Alegre; d. Augusto Álvaro da Silva, arcebispo de S. Salvador e de d. Miguel Valverde, arcebispo de Recife, estão sendo muito falados, havendo já a certeza de que o cardinalato da América do Sul não sairá do Brasil. Confirma-se, entretanto a notícia de que a nomeação não será feita antes de novembro. S. Santidade o Papa, ao que se adianta na nomeação do novo cardeal, depois dessa data, uma homenagem prestada a presidência Julio Prestes. (O futuro cardeal brasileiro. O Município, Rio Preto, anno XIII, n. 1784, 11 de Maio de 1930).

A identidade católica era constantemente reforçada, portanto, por intermédio das congregações, dos rituais e encontros, mas também por intermédio da imprensa local. Geralmente os redatores do jornal aproveitavam as datas mais comemoradas pela comunidade para divulgar os festejos tanto religiosos (procissões com presença de anjos e virgens) como sociais (quermesses em geral).

O MUNICIPIO

Deposito de Madeiras
DA
SERRANIA DE MONTE BELLO
Irmãos Paggiolo & Sava

Madeiras apuradas e em bruto, de todas as bilotas e dimensões. — Pinho do Paraná, em taboas apuradas, toros, guarnições, etc. — Telhas francesas e comuns. Atendimento com promptidão a qualquer encomenda.

Preços razoáveis

Rua do Commercio, 44
Telephone, 72 — RIO PRETO

Empresa Territorial Rio Preto Ltda.

Terrenos a prestações
nas villas

Esplanada — Imperial
Redemptora
e Ribeirão Claro

Terrenos desde 30\$ mensaes

Rua Bernardino de Campos, 17 (sob.)
Caixa, 282 Telephone, 282 RIO PRETO

Edital de Convocação de Sorteados

O dr. Cenobino de Barros Serra, presidente da Junta de Alistamento Militar deste município de Rio Preto,

FAZ saber que foram sorteados para o serviço do Exército no anno p. 1929 os cidadãos brasileiros, constantes das relações abaixo transcritas, que deverão se apresentar em Araraquara, deste Estado, no ponto de concentração da primeira chamada de 1929 e os da segunda chamada, que constituem o contingente suplementar, de 10 a 20 de Novembro de 1929; e os que não o forem ficarão sujeitos ás penas estabelecidas nos regulamentos militares e Código Penal do Exército. Para obter os meios de transporte (art. 106) deverão se dirigir os sorteados ao presidente da Junta Militar, dessa cidade, Dr. Cenobino de Barros Serra, no edificio da Câmara Municipal, sita á rua Jorge Tibirica. E para que chegue ao conhecimento de todos, lavrei o presente edital, que será afixado e publicado pela imprensa local, jornaes "O Município" e "A Notícia".

Eu, João Gonyde, secretario da junta militar, escrevi.

Dr. C. de Barros Serra

4.ª Circumscrição de Regulamento

Relação dos sorteados do município de Rio Preto. Número de alistados 88. Publicado n.º O Estado de S. Paulo de 7-12-29. Classe 1.907.08. Sorteada em 1.929. Contingente fornecedor. 1.ª chamada 13. 2.ª chamada 7. Os sorteados de nos 1 a 13 serão incorporados aos corpos do Estado de Matto Grosso; os de n. 14 a 20 são designados para os corpos também de Matto Grosso, em 2.ª chamada. Ponto de concentração e inspecção n. 10, em Araraquara. Dias de apresentação e inspecção, de 16 a 31 de Outubro de 1.929, para a 1.ª chamada.

NOME E FILIAÇÃO

1) Benedicto, filho de Florencio Martins Leme, 2) Sebastião, filho de José Soares da Silva, 3) Torquato, filho de Bertholdo Rodrigues Porto, 4) Vendelino, filho de José Martins da Cunha, 5) Joaquim, filho de Manoel Babinho Gonçalves, 6) João, filho de Saturnino Antonio Alentejo, 7) David Benito da Souza, filho de Olympio Avellino de Souza, 8) João Carlos, filho de Julio Amancio Correa, 9) Joaquim, filho de Pedro Henrique Dias, 10) Erotides, filho de José Salles Filho, 11) Maferem, filho de Francisco de Amor, 12) João, filho de Innocencio Cafer, 13) José, filho de Pedro José de Araújo, 14) José, filho de Verissimo Ferreira Junior, 15) Severino, filho de Miguel Longo, 16) Hugo, filho de Paschoal Besci-lacqua, 17) Ataliba da Cunha Carvalho, filho de João José Florentino de Carvalho, 18) Jetonymo, filho de João Cardoso Villela, 19) José, filho de Alfredo Marques Fernandes, 20) Vicente, filho de Roberto José dos Santos.

Aos devedores da massa falida de Gabriel Camarero

O infra assignado, tendo arrematado em leilão os creditos da massa falida de Gabriel Camarero, convida aos devedores da mesma que compareçam ao escriptorio do dr. Waldemar Lerro, rua Jorge Tibirica, 32, desta cidade, a quem já conterão os recibimentos, sob pena de compellilos a pagar judicialmente.

Rio Preto, 9 de Julho de 1930.

Ermanno Nora
IMPRESSOS a escriptura na «Casa Laurito»

POMPOSA FESTA

Em louvor do glorioso martyr

São Sebastião

A realisarem-se nos dias 1 a 10 de Agosto de 1930

Em BORBOLETA

Promovida pela Comissão nomeada pelo Exmo. Snr. Arcebispo-Bispo de São Carlos, terá lugar nesta villa, no dia 10 de Agosto do corrente anno, uma brilhante festa em louvor ao glorioso martyr São Sebastião, padroeiro de Borboleta.

O programma a ser observado pela Comissão de festejos constará de alvorada no dia 1.º de Agosto, dia em que terá inicio a festa, percorrendo as ruas da villa uma corporação musical, bateria de 21 tiros, repique de sinos, etc. e á noite terá lugar a novena e animado leilão.

Nos demais dias que precedem a festa haverá novenas e animados leilões e muitos divertimentos como sejam : Páo de cebo, corridas de saccos, etc. com valiosos premios para os vencedores.

O Revmo. Vigario estará na villa desde o dia 7 de Agosto, celebrando missas solennes na Capella, fazendo baptizados e confissões.

No dia 10, ao romper do dia a população será despertada por estrondosa alvorada com bateria e banda de musica

Haverá communhão, missa solenne às 10 horas e á tarde imponente procissão que percorrerá as ruas da villa. A' noite, após o leilão, serão queimados lindos e vistosos

Fogos de artificio

confeccionados por habil pyrotechnico para esse fim contractado.

A comissão pede, para o maior brilhantismo da festa o maior numero de prendas para os leilões, e bem assim anjos e virgens para realce da procissão

Borboleta, 10 de Julho de 1930.

A Comissão

Figura 22. Propaganda da Pomposa Festividade da Igreja Católica na vizinha cidade de Borboleta o matutino "O Município". Destaque especial para os fogos de artifícios uma das atrações mais esperadas da festa.

Fonte: Arquivo Público Municipal.

Destaca-se ainda, que a população tomava conhecimento dos assuntos relacionados à Igreja no mundo por meio das freqüentes cartas de Roma que eram veiculadas nos periódicos locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Igreja Católica Apostólica Romana, por meio de sua missão educadora, sempre buscou formar o “bom Cristão” dentro dos ideais católicos e a partir do seu princípio de autoridade. Sendo assim, podemos perceber a histórica intencionalidade da Igreja em fazer discípulos e em converter o outro, cada vez mais, para que ele abraçasse os ensinamentos cristãos e se fortalecesse na fé católica. Além da preocupação com a formação de seu “rebanho” a Igreja Católica buscou, no decorrer da história, uma visibilidade institucional que a colocasse numa posição de destaque.

Esses aspectos podem ser constatados nos estudos realizados neste trabalho e também, seguindo propostas anteriores de arrebanhar um grande número de fiéis para manifestar a fé católica, no grande evento que será promovido pela Instituição: a Jornada mundial da juventude (JMJ) que acontecerá em julho de 2013 no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. O movimento organizado para os jovens católicos de todo o mundo demonstra, mais uma vez, um forte momento de evangelização de massa que pretende mobilizar os diversos setores e segmentos da sociedade e assim, consolidar a força mobilizadora dessa instituição milenar.

Essa mesma Instituição no final do século XIX, assumiu um forte embate frente ao mundo moderno liberal que ameaçava o seu poder temporal, pregando cada vez mais que o Estado deveria se subordinar à Igreja. Contudo, vimos florescer um pensamento católico ultramontano que se baseava na crença de que se os homens não reconhecerem Deus como princípio ordenador do mundo, então, só lhes restava a força física para regular as relações humanas. (OLIVEIRA, 1990, p. 159).

Para controlar essa situação que se instaurava no embate Igreja/Estado, foi elaborado um compêndio de oitenta proposições (Syllabus) condenando as idéias consideradas modernas. Esse texto evidencia o forte controle da Igreja sobre seus fiéis ao trazer um ideal teocrático que foi reforçado pelas resoluções do Concílio Vaticano I, que definiu a infalibilidade papal e rejeitou terminantemente “os princípios

do liberalismo que defendia a autonomia da consciência humana, a soberania da razão e a laicização da vida moral”. (OLIVEIRA, 1990, p. 160).

Nos últimos anos do século XIX a Igreja, vendo-se isolada no mundo, propõe uma reconciliação e abertura à vida moderna por meio do magistério de Leão XIII que continha ideias para inserir os católicos na sociedade contemporânea, mas sempre pautando por uma sociedade que salvaguardasse os valores cristãos. Já no violento século XX, marcado por duas grandes guerras mundiais, percebemos por meio das vozes e manifestações dos principais dirigentes da Igreja, os papas Pio X, Pio XI e Pio XII, como a Instituição católica enfrentou de maneira emblemática e apologética os problemas e as mazelas desse período. Mesmo com tantas mudanças sociais, a Instituição seguiu delineando uma trajetória que confirmasse sua missão de salvaguardar seus valores e princípios e, sobretudo, deixasse clara sua posição política frente às principais questões postas nesse conturbado século.

Já em território brasileiro, os conflitos entre Igreja e Estado levaram os bispos a pressionarem os católicos a aceitarem os princípios doutrinários da Instituição e rejeitarem qualquer corrente que viesse a questionar os dogmas da religião, principalmente o ateísmo defendido pelos positivistas. Mas, como o progresso e as ideias republicanas eram eminentes a Igreja viu-se obrigada a buscar novos caminhos e repensar sua missão e ação. Para tanto, iniciou uma política de aproximação e diálogo com o governo republicano oferecendo sua colaboração religiosa na defesa da ordem. Percebemos assim, como a Instituição católica passou de “contrária” para “aliada” do Estado, mudando seu posicionamento de maneira tão rápida a ponto de se tornar um apoio para os governantes que também enfrentavam a resistência dos anti-republicanos.

Os objetivos deste trabalho eram mostrar como a Igreja Católica no sertão paulista fez parte de um processo civilizador em curso. A época delimitado foi a primeira metade do século XX e as pesquisas foram desenvolvidas a partir de documentos eclesiais, dentre outros, que confirmaram a hipótese que deu origem ao trabalho: a Igreja Católica da região de São José do Rio Preto, assim como de outras regiões do Brasil, seguiu os preceitos do Vaticano.

A ideia de trazer a relação entre o nacional e o local, à luz do conceito de macro-história e micro-história apresentado por Ginzburg (2007) na sua obra *O fio e*

os rastros, conferiu ao trabalho um tom investigativo e oferece ao leitor a possibilidade de, ao ler o texto, realizar sua própria trajetória de leitura reflexiva. Para o autor, ao se falar em micro-história estamos nos referindo a história local, ou seja, a partir de um acontecimento universal ou nacional podemos pensar como esses acontecimentos incidiram em uma proporção menor.

A partir daí podemos retomar a pergunta inicial desse trabalho – A Igreja educou a população da região de São José do Rio Preto na primeira metade do século XX? Podemos afirmar que ela buscou educar a partir do que considerava adequado em cada momento do seu pensar religioso. É isso o que foi possível demonstrar ao analisar as fontes.

Na primeira fonte, analisando o livro tombo da matriz de São José percebemos o discurso e a preocupação dos dirigentes da Igreja com o desenvolvimento da cidade, em colocá-la na marcha do progresso e, sobretudo, em formar o cidadão nos moldes católicos.

Na segunda fonte, vimos por meio da análise da Ata do Apostolado da oração como os assuntos nacionais eram tratados em nível regional e também como a Igreja primava por ter na fileira de seus bancos os cidadãos ilustres do município, isso para ela, era sinal de prestígio e porque não dizer de poder local.

Na terceira fonte, olhando para a associação da Confraria do Rosário percebemos como a Igreja tinha uma preocupação em manter a ordem, seja no nível social ou religioso. Os líderes religiosos defendiam acirradamente os princípios católicos e pregavam, de maneira implacável, contra tudo e todo aquele que poderia ser uma ameaça à fé católica.

O que mais projetou a Igreja rio-pretense, tanto em nível nacional como regional, foi o primeiro Congresso Eucarístico realizado no ano de 1940, que também foi objeto de estudo neste trabalho. Esse congresso foi um grande momento de articulação e estratégia política para a construção de uma identidade religiosa católica no interior do Estado. O evento congregou pessoas dos mais variados níveis, desde chefes de Estado a simples camponeses. Assim, por meio desta grande manifestação, a Igreja interiorana aproveitou a oportunidade para doutrinar as pessoas e propor, para todos aqueles que tinham se afastado da religião, um

retorno a Deus, Um dos principais objetivos do Congresso era manter o princípio da ordem e do progresso no sertão paulista.

Outra fonte analisada e que mostrou como a Igreja rio-pretense também aglutinou uma elite formada por intelectuais e pensadores católicos para ajudar em sua obra restauradora foi o documento de fundação de uma filial do Centro Dom Vital de São José do Rio Preto. Com o intuito de engrossar suas fileiras com os ilustres homens de bem e da religião, a Igreja não avaliava se eles eram tão presentes nas atividades religiosas, o importante era que eles estivessem inscritos nos anais diocesanos.

Por fim, analisamos a fonte impressa, mais especificamente o jornal como instrumento de educação, civilização e formação da cultura religiosa de Rio Preto. Neste material percebemos como a Igreja esteve presente nos diversos segmentos com sua força e atuação. O jornal, além de educar, teve a finalidade de solidificar e fortalecer cada vez mais o catolicismo no interior paulista, convocando todos os fiéis a seguir os ideais da religião e incutir em suas vidas as virtudes cristãs e os preceitos morais pregados pela Instituição.

Estudar, de maneira investigativa, a Instituição Igreja Católica é uma atividade que, certamente, não vai se esgotar justamente por ser ela uma Instituição milenar e que sempre esteve e está envolvida com os embates e as questões postas na sociedade e, sobretudo, pelas próprias contradições que a mesma apresenta no seu interior. Muitos outros caminhos precisam ser trilhados, outros aspectos precisam ser pesquisados. Este trabalho construiu parte da trajetória da Igreja Católica e é um convite ao leitor que desejar percorrer novos caminhos e continuar mergulhando em pesquisas sobre essa Instituição milenar posta no mundo moderno que sempre buscou civilizar seus pares.

REFERÊNCIAS

ABRUNHOSA, Abílio; LAURITO, Paulo. **Álbum Ilustrado da Comarca de Rio Preto**. São Paulo: Casa Editora Duprat-Mayença, 1929.

ARANTES, Lelé. **Dicionário Rio-Pretense**. São José do Rio Preto: Rio-pretense, 1997.

ARAÚJO, José Carlos S. **Igreja Católica no Brasil um estudo de mentalidade ideológica**. São Paulo: Paulinas, 1986.

AZEVEDO, Fernando. **A Cultura Brasileira**. São Paulo: Edusp, 2010.

BRACCI, Carlos. **História de um povo fiel**. São José do Rio Preto: Rio-pretense, 1999.

BRANDI Agostinho. **São José do Rio Preto: roteiro histórico do distrito: contribuição para o conhecimento de suas raízes**. São José do Rio Preto: Rio-pretense, 2002.

BRUNEAU, T. C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

CAMPOS, Raquel D. **Princesa do sertão na modernidade republicana a urbanidade e educação na Rio Preto dos anos de 1920**. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. **Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940)**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**. O imaginário da república no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1990

CARVALHO, Marta M. C. **Molde nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho na ABE: 1924-1935**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CASTRO, Maria Laura V. **O que é Espiritismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

CATANI, Denise B; CAMARA Maria Helena. **Educação em Revista a imprensa periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 2002.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2003.

CORNWELL, John. **O Papa de Hitler, a história secreta de Pio XII**. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

COSTA, A; SOUZA, Lilia. M. S. **1890-1914 no tempo das certezas**. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

CURY, Carlos R. J. **Ideologia e Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez Editora, 1986.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.

DIAS, Romualdo. **Imagens de Ordem**: a doutrina Católica sobre autoridade no Brasil 1922-1933. São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994. v. 1.

_____. **O processo civilizador**: formação do Estado e Civilização. Tradução de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993. v. 2

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1998.

GOMES, Leonardo. **Gente que ajudou fazer Rio Preto**. São Paulo: Ed. São José, 1975.

GUINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HILSDORF, Maria L. S. **História da Educação Brasileira**: Leituras. São Paulo: Cengage Learning, 2003.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **A Era dos Impérios: 1875 – 1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LAHUERTA, M. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, H; COSTA, Vilma. **A década de 1920 e a origem do Brasil moderno**. São Paulo: Unesp, 1997.

LOCARINI, Luiz Carlos. Monografia. **O Colégio Santo André de São José do Rio Preto 1920-1942**. São José do Rio Preto: Unesp, 2001.

LODI, Nilce. Tese de Doutorado. **O ensino médio em Rio Preto (SP) 1929-1949 – Contribuição à história das Instituições de ensino no Brasil**. São José do Rio Preto: Unesp, 1967.

LE GOFF, J. **História e Memória**, Campinas: Unicamp, 2003.

MANACORDA, M. A. **História da Educação. Da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

MANOEL, I. A. **Igreja e educação feminina: uma face do conservadorismo 1859-1919**. São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

MARTINA, Giacomo. **História da Igreja de Lutero aos nossos dias**. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do Homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa História 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil** – Tomo 2. São Paulo: Paulinas, 2003.

_____. **Nossa História 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil** – Tomo 3. São Paulo: Paulinas, 2003.

NEVES, Luiz Felipe Baeta. **O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

NOGUEIRA, Carlos R. **Apontamento para a história do Grande Município Paulista**. São Paulo: Ed. São José, 1952.

OLIVEIRA, Lúcia I. **A questão Nacional na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PAES, Castro. **A grande São José do Rio Preto**. Catanduva: São Domingos, 1967.

PAULO II, João. **Código de Direito Canônico**. São Paulo: Ed. Loyolas, 1983.

PESAVENTO, Sandra. **História e História cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PINSKY, Carla. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Ed. Autores Associados, 2008.

SCHNEIDER, Roque. **Manual do Coração de Jesus**. São Paulo: Ed. Loyola, 2006.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B; COSTA, Vanda M. R. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Edusp, 1984.

VALLE, Dinorath. **Jornais de Rio Preto**. Rio Preto: A Notícia, 1994.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VILLACA, A. C. **O pensamento Católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização, 2006.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Regis Barbosa e Karen Barbosa. 3.a ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2000.

ZAGHENI, Guido. **A idade contemporânea, curso de História da Igreja IV**. São Paulo: Paulus, 1999.

FONTES

PERIÓDICOS E IMPRESSOS:

- O Município**, Rio Preto, anno IX, n. 752, 1 de Maio de 1926, p. 1.
- O Município**, Rio Preto, anno IX, n. 776, 30 de Maio de 1926, p. 2.
- O Município**, Rio Preto, anno IX, n. 778, 03 de Junho de 1926, p.1.
- O Município**, Rio Preto, anno IX, n. 781, 06 de Junho de 1926, p. 2.
- O Município**, Rio Preto, anno IX, n. 883, 04 de Julho de 1926, p. 2.
- O Município**, Rio Preto, anno IX, n. 825, 31 de Julho de 1926, p. 1.
- O Município**, Rio Preto, anno IX, n. 831, 11 de Agosto de 1926, p. 1.
- O Município**, Rio Preto, anno IX, n. 831, 11 de Agosto de 1926, p. 1.
- O Município**, Rio Preto, anno X, 05 de Fevereiro de 1927.
- O Município**, Rio Preto, anno X, n. 1044, 29 de Abril de 1927, p. 1.
- O Município**, Rio Preto, anno X, 15 de Maio de 1927, p. 2.
- O Município**, Rio Preto, anno XIII, n. 1784, 11 de Maio de 1930.
- Estado de São Paulo**, Julho de 1940, n. 162, p. 2.

ATAS:

- Ata do Apostolado da Oração** de 25 de Outubro de 1925.
- Ata do Apostolado da Oração** de 31 de Janeiro de 1926.
- Ata do Apostolado da Oração** de 29 de Junho de 1926.
- Ata do Apostolado da Oração** de 25 de Julho de 1926.
- Ata do Apostolado da Oração** de 26 de Setembro de 1926.
- Ata da Confraria do Rosário** em Fevereiro de 1930, f. 1v.
- Ata da Confraria do Rosário** em Setembro de 1930, f. 3.
- Ata da Confraria do Rosário** de 23 de Abril de 1933, f. 4.
- Ata da Confraria do Rosário** de 02 de Novembro de 1933, f. 6.
- Ata da Confraria do Rosário** de 02 de Novembro de 1933, f. 6.
- Ata da Confraria do Rosário** de 15 de Março de 1936, f. 15.
- Ata da Confraria do Rosário** de 02 de Junho de 1936, f. 15v.
- Ata da Confraria do Rosário** de 16 de Maio de 1937, f. 6.
- Ata do Centro Dom Vital de Rio Preto** de 13 de Janeiro de 1941, p. 3.
- Ata do Centro Dom Vital de Rio Preto** de 13 de Janeiro de 1941, p. 2.

Ata do Centro Dom Vital de Rio Preto de 13 de Janeiro de 1941, p. 4.

Ata do Centro Dom Vital de Rio Preto de 02 de Julho de 1941, p. 8.

LIVRO DE TOMBO:

Livro de Tombo da Matriz de São José em 1918, p. 26.

Livro de Tombo da Matriz de São José em 15 de Agosto de 1895.

Livro de Tombo da Matriz de São José em 1920, p. 26 e p. 27.